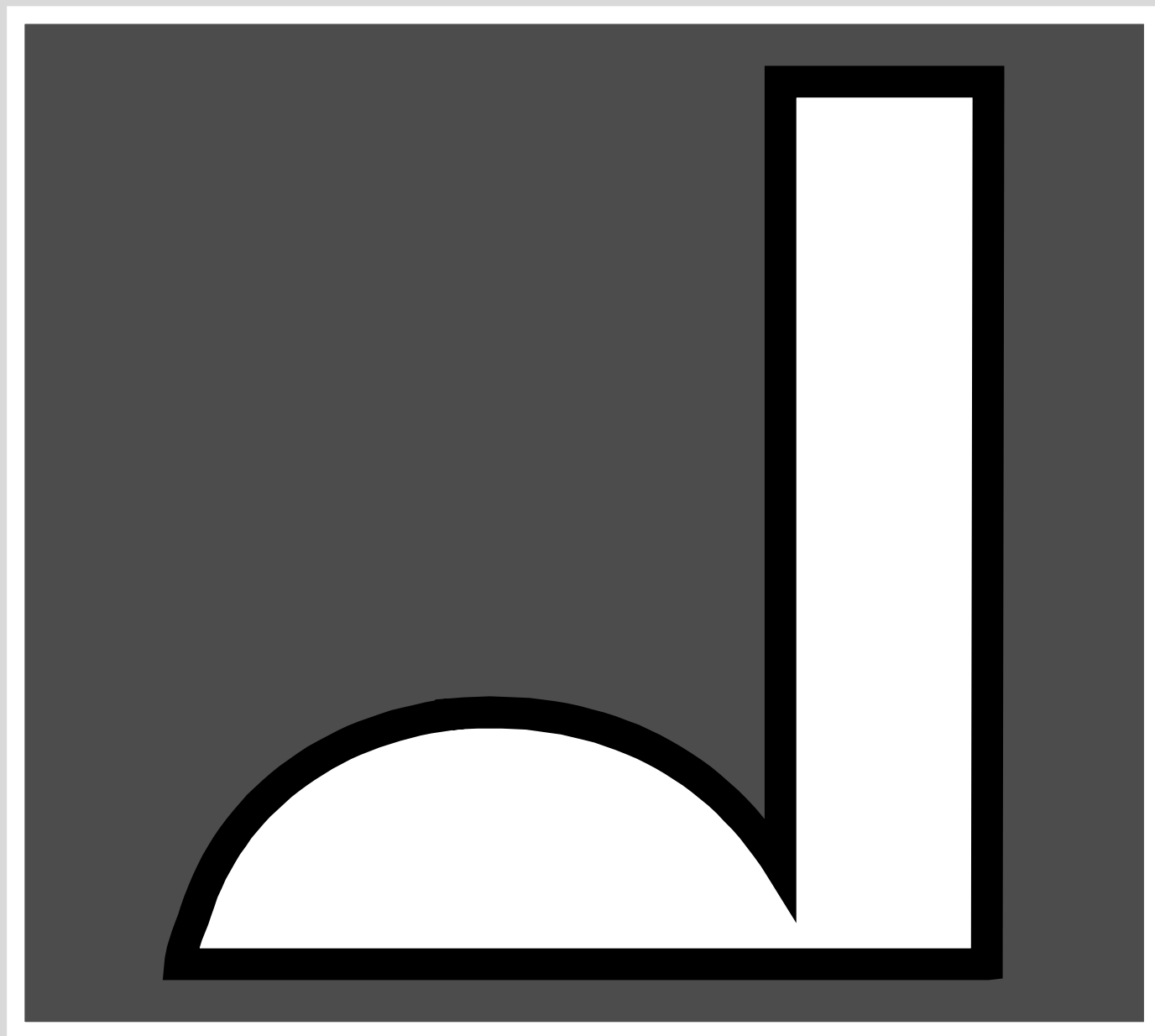




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVIII – Nº 093 – QUARTA-FEIRA, 2 DE JULHO DE 2003 – BRASÍLIA - DF

MESA		
<p>Presidente José Sarney – PMDB – AP</p> <p>1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS</p> <p>2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p>2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI</p>		<p>3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI</p> <p>4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS</p> <p>Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – BLOCO – PL – RJ</p>
<p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p>Corregedores Substitutos Hélio Costa – PMDB – MG Delcídio Amaral – PT – MS Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL</p> <p><i>Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003</i></p>		<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR (Resolução do Senado Federal nº 40/95)</p> <p><i>Aguardando indicações pelas lideranças</i></p>
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 23 (PT, PTB, PSB, PL)</p> <p>Líder Tião Viana PT-AC</p> <p>Vice-Líderes Antônio Carlos Valadares Magno Malta Fernando Bezerra Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Ideli Salvatti Geraldo Mesquita Júnior</p> <p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA 28 (PFL – PSDB)</p> <p>Líder Efraim Moraes PFL-PB</p> <p>Vice-Líderes Eduardo Azeredo Rodolpho Tourinho</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder Aloizio Mercadante PT-SP</p>	<p>Vice-Líderes João Capiberibe Fernando Bezerra Patrícia Saboya Gomes Hélio Costa Marcelo Crivella</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB - 22</p> <p>Líder Renan Calheiros PMDB-AL</p> <p>Vice-Líderes Juvêncio da Fonseca Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá</p> <p>LIDERANÇA DO PFL -18</p> <p>Líder José Agripino PFL-RN</p> <p>Vice-Líderes Leomar Quintanilha Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges</p>	<p>Rodolpho Tourinho José Jorge</p> <p>LIDERANÇA DO PSDB – 10</p> <p>Líder Arthur Virgílio PSDB-AM</p> <p>Vice-Líderes Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan</p> <p>LIDERANÇA DO PDT - 5</p> <p>Líder Jefferson Péres PDT-AM</p> <p>Vice-Líderes Almeida Lima</p> <p>LIDERANÇA DO PPS – 3</p> <p>Líder Mozarildo Cavalcanti PPS-RO</p> <p>Vice Líder Patrícia Saboya Gomes</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>		<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Sérgio Castro Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 1ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 1º DE JULHO DE 2003 (1ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 52ª Legislatura)

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados

Nº 1.342/2003, de 26 do corrente, encaminhando ao Senado Federal a Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 32, de 1999 (nº 2.741/2000, na Câmara dos Deputados). 16772

1.2.2 – Pareceres

Nºs 712, 713 e 714, de 2003, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos, respectivamente, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2003 (nº 1.083/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a revisão geral e anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, de que trata a Lei nº 10.331, de 18 de dezembro de 2001, referente ao ano de 2003. 16773

Nºs 715, 716 e 717, de 2003, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos, respectivamente, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2003 (nº 1.084/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a instituição de vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos civis da Administração Federal direta, autárquica e fundacional. 16777

1.2.3 – Ofício do Juiz Federal Substituto da 12ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal

Nº 447/2003, de 2 de junho último, solicitando documentos relativos à Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro, criada pelo Requerimento nº 127, de 1999, tendo sido atendido por meio do Ofício nº 928/2003, de 24-6-2003. 16782

1.2.4 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que dispõe sobre a proibição do uso de métodos de recrutamento de pessoal que possam causar dano a honra e a dignidade do trabalhador. 167783

Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2003, de autoria do Senador José Agripino, que dispõe sobre a isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de equipamentos e materiais para o exercício de fotógrafo profissional. 16784

1.2.5 – Comunicações da Presidência

Recontagem dos prazos das matérias constantes da pauta da convocação extraordinária do Congresso Nacional no período de 1º a 31 de julho do corrente. 16786

Recontagem dos prazos da tramitação dos Projetos de Lei nºs 8 a 13 de 2003-CN, em virtude da convocação extraordinária do Congresso Nacional no período de 1º a 31 de julho de 2003. Designação de calendários para a tramitação das matérias. 16786

Alteração dos prazos de funcionamento das Comissões criadas pelos Requerimentos nºs 2 e 5, de 2003-CN, em virtude da Convocação Extraordinária do Congresso Nacional para o período de 1º a 31 de julho de 2003. 16786

1.2.6 – Discursos do Expediente

SENADOR *LEONEL PAVAN* – Considerações sobre a prática da agricultura familiar. 16787

SENADORA *PATRÍCIA SABOYA GOMES*, como Líder – Registra a entrega a ONU do relatório governamental brasileiro sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher. 16789

SENADOR *PAULO PAIM* – Comentários sobre o seminário “A Empregabilidade da Pessoa Portadora de Deficiência” realizado em Recife. 16791

SENADOR *EDUARDO SUPLICY* – Alerta o governo para necessidade de acompanhar com muito cuidado o programa Primeiro Emprego. 16795

SENADOR *HÉLIO COSTA* – Apelo à Minis-
tra das Minas e Energia pela realização de estu-
dos sobre a viabilidade de prospecção de petró-
leo e gás natural na Bacia do Rio São Francisco,
em Minas Gerais..... 16798

SENADOR *JEFFERSON PÉRES*, como Lí-
der – Pedido de explicações ao governo a respei-
to de denúncias de corrupção no Ministério dos
Transportes..... 16798

SENADOR *OSMAR DIAS*, como Líder –
Recessão econômica no Brasil. Sugestão de mu-
dança no Sistema Integrado de Pagamento de
Impostos e Contribuições das Micro e Pequenas
Empresas (SIMPLES). 16800

SENADORA *IDELI SALVATTI* – Necessida-
de de um crescimento econômico com inclusão e
distribuição..... 16801

SENADOR *RENAN CALHEIROS*, como
Líder – Empobrecimento da classe média brasi-
leira..... 16805

SENADOR *JOÃO CAPIBERIBE* – Agrade-
cimentos ao Ministro Cristovam Buarque pela de-
cisão de assegurar número diferenciado de va-
gas de professores para universidades da Ama-
zônia. Assinatura, pelo Ministro Roberto Amaral,
de convênio com a USP para fornecimento de
bolsas para cursos de doutorado nas universida-
des da Amazônia..... 16806

SENADOR *ROBERTO SATURNINO* –
Análise da estagnação da economia brasileira e
expectativas de seu crescimento. Transcrição,
nos Anais do Senado, de discurso proferido pelo
Ministro Roberto Amaral, por ocasião da posse
de Celso Furtado na Academia Brasileira de
Ciências. 16807

SENADOR *JOSÉ AGRIPINO*, como Líder
– Preocupação com a questão agrária no País..... 16816

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO*, como Lí-
der – Repúdio às manifestações do Presidente
da República contra o Governador Joaquim Roriz
e sua vice, Sra. Maria de Lourdes Abadia. 16817

SENADOR *NEY SUASSUNA*, como Líder
– Comentários ao pronunciamento do Sr. Arthur
Virgílio..... 16819

SENADORA *IRIS DE ARAÚJO* – Conside-
rações sobre o agronegócio e sua importância
para o desenvolvimento regional brasileiro. 16819

SENADORA *ANA JÚLIA CAREPA* – Con-
gratulação ao governo Lula pela criação de fundo
de compensação para estados exportadores..... 16823

SENADOR *PAULO OCTÁVIO* – Necessidade
do governo federal investir no eco-turismo brasileiro. .. 16825

SENADOR *GARIBALDI ALVES FILHO* –
Pedido de cautela ao Governo Luiz Inácio Lula
da Silva..... 16830

1.2.7 – Leitura de requerimento

Nº 513, de 2003, de autoria da Senadora
Fátima Cleide, solicitando que o Projeto de De-
creto Legislativo nº 223, de 2003, seja submeti-
do à apreciação do Conselho de Comunicação
Social. 16831

1.2.8 – Comunicação da Presidência

Inclusão em Ordem do Dia oportunamente
do Requerimento nº 513, de 2003, lido anterior-
mente, pelos motivos expostos..... 16831

1.2.9 – Leitura de requerimentos

Nº 514, de 2003, de autoria do Senador
Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro-Chefe da
Casa Civil as informações que menciona. 16832

Nº 515, de 2003, de autoria do Senador
Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado
da Fazenda as informações que menciona..... 16832

Nº 516, de 2003, de autoria do Senador
Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro-Chefe da
Casa Civil as informações que menciona. 16833

1.2.10 – Ofícios

Nºs 310 a 312, de 2003, de 1º do corrente,
da Liderança do PMDB no Senado Federal, de
substituição de membros nas Comissões Mistas
destinadas a apreciar as Medidas Provisórias nºs
122, 123 e 121, de 2003, respectivamente. 16833

1.2.11 – Discursos encaminhados à pu- blicação

SENADOR *JEFFERSON PÉRES* – Consi-
derações sobre conjunto de projetos aprovados
nesta casa, e enviados a Câmara, que constitu-
em a reforma dos sistemas eleitoral e políti-
co-partidário. 16834

SENADOR *EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS*
– Homenagens pelo transcurso dos dias do Pesca-
dor e dos Caminhoneiros, comemorados dias 29
e 30 de junho, respectivamente..... 16835

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Registra a
participação brasileira nos jogos Paraolímpicos
no próximo mês de setembro de 2004..... 16836

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Conside-
rações acerca da atuação do Governo Federal..... 16837

SENADOR *ANTERO PAES DE BARROS* –
Comentários sobre os artigos dos jornais **Folha
de S.Paulo** de 22 de junho passado e da **Gazeta
Mercantil** de 23 de junho sobre o papel dos ban-
cos no crescimento econômico e o comporta-
mento autoritário do Governo Lula. 16838

SENADORA *LÚCIA VÂNIA* – Comentários à
matéria publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**,

da edição de 20 de junho do corrente sobre ocupação de terras pelo MST..... 16840

SENADOR PAPALÉO PAES – Críticas a falta de critérios no controle de medicamentos no país... 16841

1.2.12 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária, amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 16842

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, EM 1º DE JULHO DE 2003.

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 4.134 a 4.4.156, de 2003..... 16843

4 – ASSOCIAÇÃO INTERPARLAMENTAR DE TURISMO (Grupo Brasileiro)

Edital de convocação de reunião ordinária da Comissão Executiva do Grupo, para a última quarta-feira de cada mês..... 16855

Edital de convocação para reunião extraordinária de sua Comissão Executiva, a realizar-se no dia 3 de julho de 2003. 16855

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

14 – COMISSÃO REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

Ata da 1ª Sessão não Deliberativa, em 1º de julho de 2003

1ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. José Sarney, Eduardo Siqueira Campos,
Romeu Tuma e Augusto Botelho.*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O Sr. Primeiro Secretário, Senador Romeu Tuma, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

OFÍCIO DO PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 1.342/2003, de 26 do corrente, encaminhando ao Senado Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 32, de 1999 (nº 2.741/2000, naquela Casa), que altera o art. 61 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para incluir circunstância agravante genérica nos casos de crimes praticados contra policiais, membros do Ministério Público ou magistrados no exercício de suas funções ou em razão delas.

É a seguinte a emenda

EMENDA DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 1999 (Nº 2.741/2000, naquela Casa)

“Altera o art. 61 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para incluir circunstância agravante genérica nos casos de crimes praticados contra policiais, mem-

bros do Ministério Público ou magistrados no exercício de suas funções ou em razão delas”.

Emenda

Suprima-se da alínea **m** do inciso II do art. 61 constante do art. 1º deste projeto a expressão “civil ou militar”.

PROJETO APROVADO PELO SENADO FEDERAL
E ENCAMINHADO À CÂMARA DOS DEPUTADOS
PARA REVISÃO.

Altera o art. 61 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para incluir circunstância agravante genérica nos casos de crimes praticados contra policiais, membros do Ministério Público ou magistrados no exercício de suas funções ou em razão delas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso II do art. 61 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea:

“Art. 61
.....”

“II –
.....”

“m) contra policial civil ou militar, membro do Ministério Público ou magistrado, no exercício da função ou em razão dela.” (AC) *

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

DECRETO-LEI Nº 2.848,
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Código Penal

**CAPÍTULO III
Da Aplicação da Pena**

Circunstâncias agravantes

Art. 61 – São circunstâncias que sempre agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-84)

I – a reincidência; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-84)

II – ter o agente cometido o crime: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-84)

a) por motivo fútil ou torpe;

b) para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime;

c) à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação, ou outro recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido;

d) com emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que podia resultar perigo comum;

e) contra ascendente, descendente, irmão ou cônjuge;

f) com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade;

g) com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão;

h) contra criança, velho, enfermo ou mulher grávida; (Redação dada pela Lei nº 9.318, de 5.12.96)

i) quando o ofendido estava sob a imediata proteção da autoridade;

j) em ocasião de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública, ou de desgracia particular do ofendido;

l) em estado de embriaguez preordenada.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PARECERES

PARECERES NºS 712, 713 e 714, DE 2003

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2003 (nº 1.083/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a revisão geral e anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, de que trata a Lei nº 10.331, de 18 de dezembro de 2001, referente ao ano de 2003.

PARECER Nº 712, DE 2003, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Relator: Senador **Garibaldi Alves Filho**

I – Relatório

Vem ao exame do Senado Federal, em regime de urgência constitucional, o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2003 (nº 1.083, de 2003, na origem), de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a revisão geral e anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, de que trata a Lei nº 10.331, de 18 de dezembro de 2001, referente ao ano de 2003.

A proposição determina que as remunerações e os subsídios dos servidores públicos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais ficam reajustadas em um por cento, a partir de 1º de janeiro de 2003.

Explicam os Senhores Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda na exposição de motivos que acompanha o projeto que ele dá cumprimento ao disposto no art. 1º da Lei nº 10.331, de 18 de dezembro de 2001, que regulamenta o inciso X do art. 37 da Constituição, e que, em relação ao percentual proposto, um por cento, é importante ressaltar que, além de atender ao princípio da equidade e ao conceito de linearidade, permitirá o estudo de medidas complementares que reduzam as disparidades remuneratórias hoje existentes.

Aprovada na Câmara dos Deputados, vem a proposição ao exame desta Casa, onde recebeu duas emendas.

A Emenda nº 1, de autoria do eminente Senador Antero Paes de Barros, determina que o reajuste dos servidores públicos corresponda à variação do Índice Nacional de Preços Amplo (IPCA), enquanto a de nº 2, da nobre Senadora Lúcia Vânia, estabelece esse mesmo reajuste em 4% (quatro por cento).

II – Análise

A proposição atende ao pressuposto de constitucionalidade formal, tendo em vista tratar de matéria que deve ser disciplinada em lei ordinária, de iniciativa privativa do Presidente da República, na forma do que dispõe a alínea **a** do inciso II do § 1º do art. 61 da Constituição.

Da mesma forma, o projeto, não apresenta vícios de juridicidade e regimentalidade e vem vazado em boa técnica legislativa.

Com relação ao mérito, manifestamo-nos pela aprovação da proposta, que dá concretude, no ano de 2003, no âmbito da União, ao comando contido no art. X do art. 37 da Constituição, introduzido pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998, a chamada “Reforma Administrativa” e regulamentado pela Lei nº 10.331, de 2001.

Vale comentar que, conforme explicam os Ministros de Estado responsáveis pelas áreas pertinentes, a proposição pretende, tão-somente, atender a exigência constitucional da revisão anual dos estipêndios dos servidores públicos, no mês de janeiro, sem distinção de índices, extensivos aos proventos da inatividade e às pensões, não excluindo a adoção de posteriores medidas que promovam ajustes pontuais na remuneração das carreiras e categorias funcionais do serviço público federal.

Com relação às emendas apresentadas, malgrado os seus eventuais méritos, elas não podem prosperar, por padecerem de vício de inconstitucionalidade formal.

Isso ocorre porque como a matéria objeto da proposição sob exame é de iniciativa privativa do Presidente da República e as emendas promovem aumento de despesa, a sua apresentação está vedada pelo disposto no inciso I do art. 63 da Constituição e na alínea **a** do inciso IV do art. 230 do Regimento Interno do Senado Federal.

III – Voto

Do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2003, rejeitadas as emendas a ele apresentadas.

Sala das Sessões, 25 de junho de 2003. – **Edison Lobão**, Presidente – **Garibaldi Alves Filho**, Relator – **Serys Slhessarenko** – **Marcelo Crivella** – **José Maranhão** – **Juvêncio da Fonseca** – **Papaléo Paes** – **César Borges** – **Demóstenes Torres** – **Arthur Virgílio** – **Tasso Jereissati** – **Antero Paes de Barros** – **Geraldo Mesquita Júnior** – **João Capiberibe** – **Aelton Freitas** – **Paulo Octávio**.

PARECER Nº 713, DE 2003, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Relator: Senador **Garibaldi Alves Filho**

I – Relatório

Veio a esta Comissão, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2003 (Projeto de Lei nº 1.083, de 2003, na Casa de origem), que “dispõe sobre a revisão geral e anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, de que trata a Lei nº 10.331, de 18 de dezembro de 2001, referente ao ano de 2003”.

O projeto de lei em tela, de iniciativa do Poder Executivo, reajusta em um por cento, retroativamente a 1º de janeiro de 2003, as remunerações e os subsídios dos servidores acima referidos e revoga o art. 3º da Lei nº 10.331, de 2001, que determina a dedução de eventuais reajustes, decorrentes de reorganização ou reestruturação de carreiras, do percentual de correção concedido, a título de revisão geral, às remunerações e aos subsídios dos servidores públicos federais.

A proposta foi aprovada pela Câmara dos Deputados na forma em que foi encaminhada pelo Poder Executivo.

A matéria se encontra em análise simultânea, em regime de urgência, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e na Comissão de Assuntos Econômicos, podendo receber emendas somente perante a primeira. Foram apresentadas duas emendas, a saber:

Emenda nº 1-CCJ, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, determinando que o reajuste dos servidores públicos deverá corresponder à variação plena do IPCA; e

Emenda nº 2-CCJ, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que eleva para 4% o índice de reajuste dos servidores públicos.

II – Análise

Cabe a esta Comissão opinar apenas sobre o aspecto econômico-financeiro da proposição, conforme o inciso I do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal. Os demais aspectos da matéria, assim como as emendas apresentadas, serão apreciados pela CCJ.

De acordo com a Exposição de Motivos Interministerial nº 146/2003-MP-MF, que acompanha a Mensagem nº 206, de 21 de maio de 2003, do Senhor Presidente da República, a despesa decorrente da proposição em tela será de R\$526,09 milhões, em 2003 e exercícios seguintes, e beneficiará 1.247.989 servidores públicos, ativos ou inativos.

Os dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), particularmente o disposto nos arts. 16 e 17, foram devidamente atendidos. Assim, as despesas relativas a 2003 foram incluídas na Lei Orçamentária Anual, em dotação específica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e absorvidas pela margem líquida de expansão para as despesas de caráter continuado. Cabe informar também que, conforme os citados dispositivos da LRF, por se tratar de revisão geral da remuneração, nos termos do art. 37, X, da CF, a proposição não necessita ser instruída com a estimativa de seu impacto orçamentário-financeiro, nem demonstrar a origem de recursos para seu custeio.

Sobre o mérito do PLC nº 42, de 2003, cabe ressaltar que, embora sabidamente pequeno, o reajuste proposto pelo Poder Executivo é o único condizente com a atual situação econômico-financeira da União e os esforços do atual Governo em ajustar as finanças nacionais.

III – Voto

Pelo exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2003, nos termos em que foi proposto.

Sala da Comissão, – **Paulo Octávio**, Presidente – **Garibaldi Alves Filho**, Relator – **Eduardo Suplicy** – **Antônio Carlos Valadares** – **Geraldo Mesquita Júnior** – **Fernando Bezerra** – **Mão Santa** – **João Alberto Souza** – **Valdir Raupp** – **Efraim Moraes** – **Eduardo Azeredo** – **Patrícia Saboya Gomes** – **José Jorge** – **Arthur Virgílio** – **Lúcia Vânia**.

PARECER Nº 714, DE 2003

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre as Emendas nos 1 e 2, apresentadas no prazo único, previsto no art. 122, II, b, combinado com o art. 375, I, do Regimento Interno, perante a primeira Comissão a que foi despachado (CCJ)

Relator: Senador **Garibaldi Alves Filho**

I – Relatório

Vem ao exame do Senado Federal, em regime de urgência constitucional, o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2003 (nº 1.083, de 2003, na origem), de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a revisão geral e anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, de que trata a Lei nº 10.331, de 18 de dezembro de 2001, referente ao ano de 2003.

A proposição determina que as remunerações e os subsídios dos servidores públicos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais ficam reajustadas em um por cento, a partir de 1º de janeiro de 2003.

Explicam os Senhores Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda na exposição de motivos que acompanha o projeto que ele dá cumprimento ao disposto no art. 1º da Lei nº 10.331, de 18 de dezembro de 2001, que regulamenta o inciso X do art. 37 da Constituição, e que, em relação ao percentual proposto, um por cento, é importante ressaltar que, além de atender ao princípio da equidade e ao conceito de linearidade, permitirá o estudo de medidas complementares que reduzam as disparidades remuneratórias hoje existentes.

Aprovada na Câmara dos Deputados, vem a proposição ao exame desta Casa, onde recebeu duas emendas.

A Emenda nº 1, de autoria do eminente Senador Antero Paes de Barros, determina que o reajuste dos servidores públicos corresponda à variação do Índice Nacional de Preços Amplo (IPCA), enquanto a de nº 2, da nobre Senadora Lúcia Vânia, estabelece esse mesmo reajuste em 4% (quatro por cento).

II – Análise

A proposição atende ao pressuposto de constitucionalidade formal, tendo em vista tratar de matéria que deve ser disciplinada em lei ordinária, de iniciativa privativa do Presidente da República, na forma do que dispõe a alínea a, do inciso II do § 1º do art. 61 da Constituição.

Da mesma forma, o projeto não apresenta vícios de juridicidade e regimentalidade e vem vazado em boa técnica legislativa.

Com relação ao mérito, manifestamo-nos pela aprovação da proposta, que dá concretude, no ano de 2003, no âmbito da União, ao comando contido no art. X do art. 37 da Constituição, introduzido pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998, a chamada “Reforma Administrativa” e regulamentado pela Lei nº 10.331, de 2001.

Vale comentar que, conforme explicam os Ministros de Estado responsáveis pelas áreas pertinentes, a proposição pretende, tão-somente, atender a exigência constitucional da revisão anual dos estipêndios dos servidores públicos, no mês de janeiro, sem distinção de índices, extensivos aos proventos da inatividade e às pensões, não excluindo a adoção de ulteriores medidas que promovam ajustes pontuais na remuneração das carreiras e categorias funcionais do serviço público federal.

Com relação às emendas apresentadas, malgrado os seus eventuais méritos, elas não podem prosperar, por padecerem de vício de inconstitucionalidade formal.

Isso ocorre porque como a matéria objeto da proposição sob exame é de iniciativa privativa do Presidente da República e as emendas promovem aumento de despesa, a sua apresentação está vedada pelo disposto no inciso I do art. 63 da Constituição e na alínea a, do inciso IV do art. 230 do Regimento Interno do Senado Federal.

III – Voto

Do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2003, rejeitadas as emendas a ele apresentadas.

Sala das Comissões, – **Paulo Octávio**, Presidente em Exercício – **Garibaldi Alves Filho**, Relator – **Antonio Carlos Valadares** – **Geraldo Mesquita Júnior** – **Mão Santa** – **Valdir Raupp** – **Hélio Costa** – **Luiz Otávio** – **César Borges** – **Efraim Moraes** – **Rodolpho Tourinho** – **Sérgio Guerra** – **Eduardo Azevedo** – **Tasso Jereissati** – **Lúcia Vânia** – **Almeida Lima** – **Patrícia Saboya Gomes**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

(*)Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 4-6-98:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:”

(*)Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 4-6-98:

“X – a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;” (Regulamento)

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

II – disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

Art. 63. Não será admitido aumento da despesa prevista:

I – nos projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República, ressalvado o disposto no art. 166, § 3º e § 4º;

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 19,
DE 4 DE JUNHO DE 1998

Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 101,
DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Mensagem de veto

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

II – declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I – adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II – compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do **caput** será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

§ 3º Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º As normas do **caput** constituem condição prévia para:

– empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;

II – desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição.

SUBSEÇÃO I

Da Despesa Obrigatória de Caráter Continuado

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o **caput** deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo au-

mento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

§ 3º Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º A comprovação referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterà as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

§ 5º A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2º, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar.

§ 6º O disposto no § 1º não se aplica às despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição.

§ 7º Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.

PARECERES Nºs 715, 716 E 717, DE 2003

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2003 (nº 1.084/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a instituição de vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos civis da Administração Federal direta, autárquica e fundacional.

PARECER Nº 715, DE 2003, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Relator: Senador **Geraldo Mesquita Junior**

I – Relatório

É submetido a esta Comissão, em urgência constitucional, na forma do § 1º do art. 64 da Constituição, o Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2001 (nº 1.084, de 2003, na origem), de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a instituição de vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos civis da Administração Federal direta, autárquica e fundacional.

A proposta institui, a partir de 1º de maio de 2003, vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, ocupantes de

cargos efetivos ou empregos públicos, no valor de R\$59,87 (cinquenta e nove reais e oitenta e sete centavos).

A vantagem acima referida será paga cumulativamente com as demais que compõem a estrutura remuneratória do servidor e não servirá de base de cálculo para qualquer outra, incidindo sobre ela as revisões gerais e anuais de remuneração dos servidores públicos federais.

Explicam os Senhores Ministros de Estado da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, na Exposição de Motivos MP/MF nº 145, de 2003, que capeia a proposição, que se trata de medida complementar à proposta de reajuste linear de um por cento, retroativo a janeiro do corrente ano, encaminhada ao Congresso Nacional na mesma data.

Informam, ainda, aquelas autoridades que a proposta visa a reduzir a distância entre os valores da menor e da maior remuneração, por intermédio da instituição de vantagem pecuniária individual (...) que, por ter o mesmo valor para todos os níveis, classes, padrões e categorias existentes, representará uma primeira aproximação entre esses valores, tendo como resultados ganhos inversamente proporcionais aos obtidos desde 1998.

Aprovada na Câmara dos Deputados, vem a proposição ao exame desta Casa, onde recebeu emendas duas emendas no prazo regimental. A de nº 1, do Senador Antero Paes de Barros, determina o pagamento da vantagem pecuniária aqui instituída a partir de 1º de janeiro de 2003, e a de nº 2, do Senador Eduardo Azeredo, prevê que a mesma parcela incorporar-se-á ao vencimento básico do servidor a partir de 1º de janeiro de 2004, o que implica que, dali adiante, passará a servir de base para o cálculo de diversas outras vantagens.

II – Análise

O projeto é constitucional e vem veiculado pela espécie normativa própria, de iniciativa privativa do Presidente da República, **ex vi** da alínea **a** do inciso II do § 1º do art. 61 da Constituição. Ademais, é jurídico, atende as normas regimentais e vem vazado em boa técnica legislativa.

Quanto ao mérito, opinamos pela aprovação da matéria, que representa um passo fundamental na direção de melhoria dos vencimentos dos servidores públicos de menor remuneração que, nos últimos anos vinham sendo, sistematicamente, alijados das reestruturações de carreiras e tabelas promovidas pelo Governo Federal.

À guisa de exemplo, o abono proposto traduzir-se-á em aumento de cerca de dez por cento da remuneração dos servidores do nível auxiliar do Plano de Classificação de Cargos da Lei nº 5.465, de 1970 – exatamente aqueles que passaram os últimos oito anos quase sem qualquer reajuste –, enquanto representará menos de um por cento para os Auditores-Fiscais da Receita Federal, carreira que teve, nos últimos anos, reajustes significativos.

Ou seja, de fato, o projeto sob exame estará reduzindo as grandes disparidades remuneratórias no serviço público, contribuindo para fazer justiça aos servidores públicos.

A presente proposição, assim, inaugura uma nova fase na política remuneratória do Governo Federal, buscando a recomposição do poder de compra dos funcionários públicos mais humildes.

No tocante às emendas, ambas incorrem em de vício de inconstitucionalidade formal **ex vi** do disposto no inciso I do art. 63 da Constituição e na alínea **a** do inciso IV do art. 230 do Regimento Interno do Senado Federal, que vedam a apresentação de emendas que aumentem a despesa prevista nos projeto de iniciativa privativa do Presidente da República, como é o caso sob exame.

III – Voto

Em razão do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2003, rejeitadas as emendas nºs 1 e 2.

Sala das Sessões, 25 de junho de 2003. – **Edison Lobão**, Presidente – **Geraldo Mesquita Júnior**, Relator – **Serys Slhessarenko** – **Tião Viana** – **Antônio Carlos Valadares** – **Marcelo Crivella** – **Garibaldi Alves Filho** – **José Maranhão** – **Juvêncio da Fonseca** – **Papaléo Paes** – **Demóstenes Torres** – **Arthur Virgílio** – **Tasso Jereissati** – **João Capiberibe** – **Sérgio Cabral** – **Leonel Pavan** – **Almeida Lima**.

PARECER Nº 716, DE 2003, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Relator: Senador **Geraldo Mesquita Júnior**

I – Relatório

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre a instituição de vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos civis da Administração Federal direta, autárquica e fundacional. O referido projeto tramita em regime de

urgência constitucional, conforme o disposto nos termos do § 1º, do art. 64, da Constituição Federal, disciplinado pelo art. 375 do Regimento Interno do Senado Federal, o que torna sua apreciação necessária em até quarenta e cinco dias, sob pena de ser sobrestada a pauta de votação do legislativo.

Deve-se também destacar o fato de o projeto em comento tramitar simultaneamente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde serão apreciadas as emendas que porventura forem apresentadas. A esta Comissão cabe tão-somente apreciar as implicações financeiras e orçamentárias do aludido projeto.

Conforme dispõe o art. 1º, o projeto de lei em comento tem por objetivo conceder vantagem pecuniária individual aos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, ocupantes de cargos efetivos ou empregos públicos, no valor de R\$59,87 (cinquenta e nove reais e oitenta e sete centavos). Destaque-se que a referida vantagem será paga cumulativamente com as demais vantagens que compõem a estrutura remuneratória do servidor, não podendo servir de base de cálculo para qualquer outra vantagem.

O art. 2º estabelece que todas as revisões gerais e anuais dos servidores públicos também incidirão sobre a vantagem individual ora criada.

Já o art. 3º estende a referida vantagem a todas as aposentadorias e pensões dos servidores públicos federais.

Por último, o art. 4º determina que a lei entra em vigor na data de sua publicação, porém com efeitos financeiros retroativos a 1º de maio do corrente exercício fiscal.

II – Análise

Passa-se, agora, a analisar a supracitada proposição legislativa. Inicialmente, deve-se destacar que o presente abono concedido aos servidores federais constitui-se em medida complementar à proposta de reajuste linear a ser implementada pela União. Por ser o mesmo valor para todos os servidores, busca-se reduzir a distância entre os valores da menor e da maior remuneração, representando uma primeira aproximação entre tais valores, tendo como resultados ganhos inversamente proporcionais aos obtidos desde 1998.

O custo da folha de pagamento no início da administração do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva é o menor desde 1995. De acordo com dados da Secretaria de Tesouro Nacional, a despesa com pessoal da União nos quatro primeiros meses de 2003 consumiu

27,3% da receita corrente líquida (arrecadação menos transferências a estados e municípios), o que se enquadra nos limites legais para gastos com pessoal.

A Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), constitui-se no diploma legal disciplinador do aumento de gastos da administração pública, em particular com as despesas de pessoal. O art. 16 da LRF determina, *in verbis*:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II – declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Já o art. 17 estabelece, *in verbis*:

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

O projeto significará um aumento da despesa federal em R\$675,82 milhões em 2003, assim como um aumento estimado de R\$992,92 milhões nos dois exercícios seguintes. A LRF está sendo respeitada, visto que as despesas relativas a 2003 foram incluídas na Lei Orçamentária Anual de 2003, sendo absorvidas pela margem líquida de expansão para despesas de caráter continuado, conforme definido na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

III – Voto

Assim, do exposto, e tendo em vista não existirem óbices de natureza regimental, legal ou constitucional, votamos pela aprovação da matéria nos termos em que foi encaminhada pela Câmara dos Deputados.

Sala das Comissões, 24 de junho de 2003. –
Paulo Octávio, Presidente – **Geraldo Mesquita Júnior**, Relator – **Eduardo Suplicy** – **Antonio Carlos Valadares** – **Fernando Bezerra** – **Mão Santa** – **Garibaldi Alves Filho** – **Pedro Simon** – **Efraim Moraes** – **Eduardo Azeredo** – **Patrícia Saboya Gomes** – **Arthur Virgílio** – **Lúcia Vânia**.

PARECER Nº 717 DE 2003

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre as Emendas nos 1 e 2 apresentadas no prazo único, previsto no art. 122, II, b, combinado com o art. 375, I, do Regimento Interno, perante a primeira Comissão a qual foi despachado (CCJ).

Relator: Senador **Geraldo Mesquita Júnior**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2003 (nº 1.084 de 2003, na origem) de 2001, em urgência constitucional, na forma do parágrafo 1º do art. 64 da Constituição, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a instituição de vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos civis da Administração Federal direta, autárquica e fundacional, recebeu as seguintes emendas no prazo regimental:

A de nº 1, do Senador Antero Paes de Barros, determina o pagamento da vantagem pecuniária instituída no projeto a partir de 1º de janeiro de 2003;

e a de nº 2, do Senador Eduardo Azeredo, prevê que a mesma parcela incorporar-se-á ao vencimento básico do servidor a partir de 1º de janeiro de 2004, o que implica que, dali adiante, passará a servir de base para o cálculo de diversas outras vantagens.

II – Análise

Ambas às emendas incorrem em vício de inconstitucionalidade formal **ex vi** do disposto no inciso I do art. 63 da Constituição Federal e na alínea **a** do inciso IV do art. 230 do Regimento Interno do Senado Federal, que vedam a apresentação de emendas que aumentem a despesa prevista nos projetos de iniciativa privativa do Presidente da República, como é o caso sob exame.

III – Voto

Em razão do exposto, votamos pela rejeição das emendas nºs 1 e 2.

Sala da Comissão, – **Paulo Octávio**, Presidente em exercício – **Geraldo Mesquita Júnior**, Relator – **Eduardo Suplicy** – **Delcídio Amaral** – **Antonio Carlos Valadares** – **Mão Santa** – **Garibaldi Alves Filho** – **César Borges** – **Rodolpho Tourinho** – **Tasso**

Jereissati – Almeida Lima – Patrícia Saboya Gomes – Hélio Costa – Luiz Otávio – Lúcia Vânia – Osmar Dias.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL**

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

II – disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

Art. 63. Não será admitido aumento da despesa prevista:

I – nos projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República, ressalvado o disposto no art. 166, § 3º e § 4º;

Art. 64. A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início na Câmara dos Deputados.

§ 1º O Presidente da República poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.

LEI Nº 5.645, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1970

Estabelece diretrizes para a classificação de cargos do serviço civil da União e das autarquias federais, e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 101,
DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Mensagem de veto

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

II – declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta lei complementar, considera-se:

I – adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente e, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II – compatível com o plano plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do **caput** será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

§ 3º Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 4º As normas do **caput** constituem condição prévia para:

I – empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;

II – desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição.

SUBSEÇÃO I

Da Despesa Obrigatória de Caráter Continuado

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o **caput** deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

§ 3º Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º A comprovação referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterà as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 5º A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2º, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar.

§ 6º O disposto no § 1º não se aplica às despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição.

§ 7º Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Sobre a mesa, ofício do Sr. Juiz Federal Substituto da 12ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Ofício nº 447 /2003

Brasília/DF 02.06.2003

SENADO FEDERAL

À publicação.
Junte-se ao processado do
RQ nº 127, de 1999.
Em 01/07/2003.

Senhor Presidente,

Visando instruir os autos da Ação Penal nº 2000.024315-4, movida pelo Ministério Público Federal em desfavor de **PAULO CESAR XIMENES ALVES FERREIRA E OUTROS**, solicito a Vossa Senhoria que encaminhe a este Juízo os documentos abaixo relacionados:

1. cópia do **Relatório Final** da **Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro** e respectivos documentos:
 - a. Sumário Executivo do Caso Encol, em sete volumes, encaminhados pelo Banco do Brasil à CPI, contendo informações sobre as operações realizadas de 1995 em diante, bem como seus respectivos documentos (contratos, escrituras, documentos, etc.) ;
 - b. relatório da Auditoria Interna do Banco do Brasil, com 13 volumes, relativos à apuração de irregularidades nas operações realizadas no período de 1993 a 1997;
 - c. relatórios encaminhados pelo Conselho Fiscal do Banco do Brasil;
 - d. documentos solicitados pela CPI , mediante requerimentos;
 - e. notas Taquigráficas relativas aos depoimentos das pessoas convocadas pela CPI e
 - f. documentos encaminhados aos Senadores participantes da CPI.

Atenciosamente,

RONALDO DESTERRO

Juiz Federal Substituto da 12ª Vara

Exmo. Sr.
PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL
Senado Federal
N E S T A

OF. SF Nº 928/2003

Brasília, 24 de junho de 2003

Ref.:Ofício nº 447/2003, da 12ª Vara Federal da Seção Judiciária do DF

Exmº Sr.

Dr. Ronaldo Desterro

Juiz Federal Substituto da 12ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal

SAS Quadra 4, Lote 7, Bloco D, 2º andar

Meritíssimo Juiz,

Em resposta ao ofício em epígrafe, encaminho a V. Exª um exemplar do Relatório Final nº 4, de 1999, da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bancos ou do Sistema Financeiro, criada pelo Requerimento nº 127, de 1999, bem como cópias das notas taquigráficas relativas aos depoimentos das pessoas convocadas pela referida Comissão, em atendimento aos itens 1 e e.

Com referência aos itens **a, b, c, e d**, informo-lhe que, após diligências junto à Subsecretaria de Arquivo desta Casa, recebemos as informações constantes dos Ofícios nºs 87 e 89/2003-SSARQ (cópias anexas).

Assim sendo, sugiro a V. Exª credenciar servidor de sua confiança para manusear e coletar, junto àquela subsecretaria, a documentação solicitada.

Na oportunidade, apresento a V. Exª meus protestos de estima e consideração. – Senador **Romeu Tuma**, Primeiro Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – O ofício lido vai à publicação e será anexado ao processado do Requerimento nº 127, de 1999.

A solicitação foi atendida por meio do Ofício SF nº 928, de 24 de junho de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Sobre a mesa, projetos de lei que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 262, DE 2003

Dispõe sobre a proibição do uso de métodos de recrutamento de pessoal que possam causar dano a honra e a dignidade do trabalhador.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 443 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 443-A:

“Art. 443-A Ficará a cargo da empresa o procedimento a ser utilizado para o preenchimento da vaga, quando da contratação por processo seletivo.

§ 1º Fica proibida a utilização de métodos de recrutamento de pessoal que possam causar dano à honra e à dignidade do trabalhador.

§ 2º Pelo efetivo dano à honra e à dignidade do trabalhador candidato a uma vaga no quadro de pessoal da empresa, nos termos do § 1º deste artigo, é devida uma indenização no valor de 10 (dez) a 50 (cinquenta) vezes o salário estabelecido para o cargo, a ser paga pelo empregador ou pelo recrutador.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Tendo em vista as novas formas de administração empresarial voltadas para a alta competitividade exigidas hoje para os empreendimentos no contexto da interdependência socioeconômica mundial, também chamada de globalização, vemos, a cada dia, a implementação de novos métodos de recrutamento de pessoal.

Entre esses novos mecanismos, encontramos aqueles conhecidos como dinâmicas de grupo, pelas quais muitos candidatos a uma vaga na empresa são avaliados ao mesmo tempo.

Tais dinâmicas são atividades eficazes para se medir a capacidade de autocontrole, de criatividade, de iniciativa, de comando etc, características indispensáveis aos gerentes e aos executivos de empresas inseridas em mercados altamente competitivos.

Porém, de uns tempos para cá, esses métodos de recrutamento têm sido aplicados com algumas distorções, a ponto de provocar danos morais aos candi-

datos, que são obrigados a realizar atividades vexatórias e atentatórias à sua honra e dignidade.

O trabalhador candidato a uma vaga no quadro de pessoal da empresa por vezes é tratado, nessas dinâmicas de grupo, com desprezo e injúria ao ser submetido, por exemplo, a testes nos quais é obrigado a imitar o comportamento e a atitude de animais ou a realizar atividades infantis por meio de jogos conhecidos popularmente como cabra-cega, brincadeira de roda etc.

Essas atividades não levam em conta a idade, a religião, o sexo e a formação moral e intelectual das pessoas avaliadas, compelindo-as e arrastando-as ao desconforto e à humilhação perante os demais candidatos.

É inconcebível que numa sociedade voltada para a valorização dos direitos e garantias individuais se permita tal afronta à honra e à dignidade de um trabalhador que se candidate a uma vaga em uma empresa.

Esses direitos e garantias não devem ser submetidos à lógica dos mercados que comanda a tudo e a todos, independentemente da ética e da dignidade humana, a ponto de os trabalhadores serem tratados como simples peças de uma engrenagem empresarial, na medida em que são desprovidos de sentimentos e emoções.

Assim, com esse projeto temos a pretensão de salvaguardar a honra e a dignidade do trabalhador, direitos esses que merecem, como quaisquer outros, ser protegidos pela lei. Para isso, sugerimos acrescentar ao art. 443 da CLT um artigo 443-A, proibindo o uso de métodos de recrutamento que ofendam tais direitos dos trabalhadores.

Nas ações de dano moral, uma das maiores dificuldades do magistrado é encontrar um *quantum* indenizatório. Nesse sentido, propomos que ao trabalhador candidato a uma vaga no quadro de pessoal que sofrer ofensa a sua honra e dignidade, seja devida uma indenização no valor de 10 a 50 vezes o salário estabelecido para o cargo. Com esses limites, ficará mais fácil para o juiz fixar o valor da indenização que será paga pelo empregador ou pelo recrutador ao trabalhador ofendido.

Essas são as razões pelas quais contamos com o apoio dos ilustres pares na aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, 10 de julho de 2003 – Senador **Paulo Paim**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 443. O contrato individual de trabalho poderá ser acordado tácita ou expressamente, verbalmente ou por escrito e por prazo determinado ou indeterminado.

§ 1º Considera-se como de prazo determinado o contrato de trabalho cuja vigência dependa de termo prefixado ou da execução de serviços especificados ou ainda da realização de certo acontecimento suscetível de previsão aproximada. (Parágrafo único renumerado pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967)

§ 2º O contrato por prazo determinado só será válido em se tratando:

(Parágrafo incluído pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967)

a) de serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo; (Alínea incluída pelo Decreto-lei nº 229, de 28-2-1967)

b) de atividades empresariais de caráter transitório; (Alínea incluída pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967)

c) de contrato de experiência. (Alínea incluída pelo Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967)

(A Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 263, DE 2003**Dispõe sobre a isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de equipamentos e materiais para o exercício de fotógrafo profissional.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida isenção do Imposto de Importação (II) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidentes na importação de equipamentos e materiais adquiridos por fotógrafo profissional, desde que destinados a sua utilização exclusiva no exercício da profissão.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo não se aplica a produto importado que tenha similar nacional.

Art. 2º A isenção do IPI a que se refere o art. 1º estende-se aos equipamentos e materiais adquiridos diretamente de fabricante nacional.

Parágrafo único. É assegurada a manutenção do crédito do IPI relativo às matérias-primas, aos produtos intermediários e ao material de embalagem efetivamente utilizados na industrialização dos produtos referidos no **caput**.

Art. 3º A isenção de que tratam os arts. 1º e 2º é condicionada ao prévio reconhecimento, pelo órgão competente para a administração dos tributos, de que o adquirente preenche os requisitos previstos nesta lei.

Parágrafo único. O direito à fruição do benefício fiscal dependerá:

I – da comprovação, pelo beneficiário:

a) da sua regularidade fiscal relativamente aos tributos e contribuições especiais de competência da União;

b) do exercício da profissão de fotógrafo, mediante inscrição no Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) como contribuinte individual ou empregado com carteira profissional regularmente assinada, ou, se for o caso, como servidor público sujeito a regime próprio de previdência social;

II – da manifestação, pela repartição administrativa que o regulamento indicar, sobre a adequação, ao desenvolvimento do trabalho do profissional, dos equipamentos e materiais importados ou adquiridos no mercado interno, quanto a sua natureza, quantidade e qualidade.

Art. 4º Se aos bens objeto da isenção for atribuída destinação diversa da prevista no art. 1º, ficará o responsável pelo fato sujeito ao pagamento dos impostos dispensados e dos juros de mora, acrescidos, se for o caso, de multa de mora e de penalidades, nos termos da legislação tributária.

Parágrafo único. O disposto no **caput** não se aplica aos bens cuja mudança de destinação se der após o decurso do prazo:

I – de cinco anos do desembaraço aduaneiro, se importados;

II – de três anos de sua aquisição, se nacionais.

Art. 5º Os benefícios fiscais previstos nesta lei aplicam-se a importações e aquisições no mercado interno, cujos fatos geradores ocorram até 31 de dezembro de 2008.

Art. 6º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, o qual acompanhará o projeto de lei orçamentária, cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta lei.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. A isenção de que trata esta lei só produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implementado o disposto no art. 6º.

Justificação

O fotógrafo profissional, em nosso País, para exercer sua atividade a contento, cada vez mais necessita de sofisticados equipamentos e materiais, geralmente importados, de elevado custo de aquisição.

Os impostos indiretos que incidem sobre esses bens, indispensáveis ao exercício da profissão de fotógrafo, constituem pesado gravame a sobrecarregar a vida esforçada desses denodados trabalhadores nacionais e de suas sacrificadas famílias, sobretudo, na atual conjuntura econômica, de abertura crescente nas economias domésticas.

O presente projeto de lei visa a isentar esses equipamentos e materiais, adquiridos por fotógrafo profissional e destinados a sua utilização exclusiva no exercício da profissão, dos impostos indiretos de competência da União, incidentes na importação sem similar nacional, ou na venda direta por fabricante no País (arts. 1º e 2º).

A isenção é de natureza temporária, aplicando-se a importações e aquisições no mercado interno, cujos fatos geradores ocorram até 31 de dezembro de 2008 (art. 5º).

O projeto adota as cautelas necessárias a evitar fraudes, por eventual desvirtuamento da destinação dos bens amparados pelo benefício fiscal, cujo reconhecimento prévio há de ser obtido junto ao órgão competente para a administração dos tributos (arts. 3º e 4º).

Por outro lado, a proposição ajusta-se às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, prevendo

a adoção das necessárias medidas tendentes a obviar a renúncia tributária envolvida (arts. 6º e 7º)

Contamos com a simpatia dos ilustres Pares, sempre sensíveis às dificuldades dos trabalhadores nacionais, para aprovação e, se possível, aprimoramento, desse projeto de lei que temos o ensejo de apresentar, sob convicção de sua legitimidade e razoabilidade.

Sala das Sessões, 1º de junho de 2003. – **José Agripino.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI COMPLEMENTAR Nº 101,
DE 4 DE MAIO DE 2000

Da Lei Orçamentária Anual

Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

II – será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado

Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

§ 2º O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.

§ 3º O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Da Renúncia de Receita

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no **caput**, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o **caput** deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I – às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º,

II – ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

(À Comissão de Assuntos Econômico
– decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – As proposições que acabam de ser lidas vão à publicação e terão a sua tramitação iniciada a 1º de agosto próximo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência comunica ao Plenário que, em virtude da convocação extraordinária do Congresso Nacional, no período de 1º a 31 de julho do corrente, os prazos das matérias constantes da pauta de convocação serão recontados, para fazer constar este período de trabalhos legislativos (Mensagem Presidencial nº 69, de 2003-CN).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência comunica ao Plenário que os prazos para tramitação dos **Projetos de Lei nºs 8 a 13, de 2003-CN**, lidos na sessão de ontem, foram recontados em virtude da convocação extraordinária do Congresso Nacional no período de 1º a 31 de julho de 2003:

Até 05/7	– Publicação e distribuição de avulsos;
Até 13/7	– Prazo final para apresentação de emendas;
Até 18/7	– Publicação e distribuição de avulsos das emendas;
Até 28/7	– Encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência comunica ao Plenário que, tendo em vista a convocação extraordinária do Congresso Nacional no período de 1º a 31 de julho de 2003, ficam alterados os prazos de funcionamento das Comissões criadas pelos **Requerimentos nºs 2 e 5, de 2003-CN**, a saber:

REQUERIMENTO Nº 2, DE 2003-CN

Prazo anterior no Congresso Nacional: 11-12-03;
Novo prazo no Congresso Nacional: 10-11-03.

REQUERIMENTO Nº 5, DE 2003-CN

Prazo anterior no Congresso Nacional: 16-11-03;
Novo prazo no Congresso Nacional: 16-10-03.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra, pela ordem, a V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Senador Osmar Dias, concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Da mesma forma, Sr. Presidente, solicito a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Da mesma forma, Sr. Presidente, solicito a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Ex^{as} serão atendidos, conforme o disposto no Regimento Interno.

Uma vez que não temos Ordem do Dia, intercalaremos as comunicações inadiáveis com a lista dos oradores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan, do PSDB de Santa Catarina.

V. Ex^a dispõe de até vinte minutos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiramente, gostaria de agradecer a presença, nesta Casa, de Anderson Luz dos Santos, o Vereador Batata, e da Assessoria Jurídica da Prefeitura de Indaial, que vêm buscar recursos para o seu Município e para Santa Catarina.

Subo à tribuna hoje para falar sobre a agricultura familiar. Ontem, esse tema foi amplamente debatido por diversos Senadores que se pronunciaram. Hoje eu gostaria de expressar a minha preocupação sobre os projetos e sobre a solicitação de recursos por parte de agricultores de Santa Catarina.

A agricultura familiar é uma das forças que movem o nosso País, mesmo não sendo devidamente valorizada. Um importante estudo estatístico sobre o tema foi realizado no ano de 2000 por meio do projeto de cooperação técnica do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra e da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. Esse estudo, baseando-se nos dados pesquisados pelo Censo Agropecuário do IBGE de 1995/1996, permitiu uma visão abrangente sobre a realidade diversificada da agricultura familiar em nosso País. Por meio dele, ficamos sabendo que, em 1996, dos cerca de 4.860.000 estabelecimentos rurais, a expressiva

quantidade de 4.139.000 correspondia aos estabelecimentos familiares. Tínhamos, assim, 85,2% dos estabelecimentos indicados à agricultura familiar, enquanto em 11,4% deles se praticava a agricultura patronal. Uma pequena porcentagem correspondia a estabelecimento de entidades públicas de instituições religiosas e outras.

Em relação à área, entretanto, esses percentuais mostram-se muito distintos: temos 67,9% das terras com a agricultura patronal, enquanto 30,5% pertencem aos estabelecimentos familiares. Existe aí um percentual bem superior, mais da metade das terras agrícolas na mão de patrões, de grandes empresas, contra 30% pertencentes a propriedades dirigidas por famílias.

Vejamos, agora, Sr. Presidente, dados relativos à produção desses dois amplos segmentos da agricultura brasileira. O Valor Bruto da Produção (VBP) da agricultura patronal é, sem dúvida, bem maior do que o da agricultura familiar. Naquela safra de uma produção de aproximadamente R\$47,8 bilhões, cerca de 61% foram de responsabilidade da agricultura patronal, enquanto 37,9% corresponderam à produção da agricultura familiar. Se levarmos em conta a área, no entanto, veremos que a produção da agricultura familiar, correspondente a 37,9% do valor bruto total, foi superior aos 30,5% das terras que lhe correspondem. Se considerarmos ainda, Sr. Presidente, que todo o financiamento concedido aos agricultores familiares, no período pesquisado, equivale a 25,3% do crédito rural total – quando sua produção ficou mais de 12 pontos percentuais acima –, concluiremos que a agricultura familiar mostra uma produção proporcionalmente muito maior que a agricultura patronal, tanto em relação à área do conjunto em estabelecimento quanto em relação ao crédito concedido.

Não bastasse a maior produção, Sr^{as} e Srs. Senadores, vemos que a agricultura familiar gera um número de postos de trabalho expressivamente superior à agricultura patronal. Mesmo contando com cerca de 30% da área total, os estabelecimentos familiares são responsáveis por 76,9% do pessoal ocupado no meio rural brasileiro, o que equivalia, em 1936, a 13.780 mil pessoas.

Esse rápido olhar sobre a situação da agricultura familiar brasileira, Sr. Presidente, já nos permite chegar a algumas conclusões. Vimos que, no período da pesquisa, a agricultura familiar era a mais produtiva e, ao mesmo tempo, a que contava com menos apoio em crédito rural. Vimos que ela ocupa o maior número de pessoas no meio rural, seja em termos ab-

solutos, seja, muito expressivamente, quando comparada com a área que ocupa.

Concluimos que foi importante a política empreendida nos dois mandatos do Presidente Fernando Henrique Cardoso, de promover, de modo ordeiro e pacífico, uma reforma agrária que assentou mais famílias do que já se havia assentado em toda a história brasileira. Embora faltem, freqüentemente, condições favoráveis à produção nas novas propriedades, sabemos que esse é o caminho correto, devendo ser incrementado e aperfeiçoado.

Ressaltemos, ainda, a importância da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que foi anunciado, acertadamente, pelo Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva como uma de suas prioridades.

É preciso, no entanto, Sr. Presidente, fazer bem mais, pois o potencial da agricultura familiar brasileira é muitíssimo maior do que a sua atual participação na economia brasileira, que já é expressiva. Para que o Governo possa estimular a capacidade de crescimento da agricultura familiar de modo consistente e sistemático, é necessário conhecer a sua realidade, que varia enormemente de acordo com a região e com outros fatores, apresentando grande diversidade de condições de produção e de rentabilidade.

Antes de tudo, é bem diferenciado o grau de participação da agricultura familiar em cada região do Brasil. Quanto ao número de estabelecimentos, ela se mostra fortemente predominante em todas as regiões, indo dos 66,8% dos estabelecimentos no Centro-Oeste aos 90,5% na região Sul. Quanto à área, a agricultura familiar mostra-se mais presente no Nordeste, com 43,5%, e, no Sul, com 44% da área, e sendo bem menor a do Centro-Oeste, com 12,6%.

Nas regiões Norte e Sul, o valor bruto da produção pela agricultura familiar é superior à metade de toda a produção agropecuária, com os índices respectivos de 58,3% e 57,1%. Em todas as regiões do Brasil, a produção familiar é superior ao crédito rural por ela recebido em relação aos respectivos totais.

Além da grande variação regional, os agricultores familiares apresentam condições muito diversas no que se refere às condições de produção, como área de cultivo, tecnologia e capacidade de investimento. Um estudo elaborado pelo Projeto de Cooperação Técnica Incra/FAO divide o conjunto dos agricultores familiares brasileiros em quatro grupos, de acordo com a renda total auferida em um cálculo que leva em conta o valor da diária média estadual, chegando a quatro tipos de agricultores com características bem diferenciadas.

Teríamos no tipo A, de maior renda, 8,4% dos estabelecimentos de agricultura familiar; 20,4% e 16,9% nas faixas intermediárias B e C; e 39,4% dos estabelecimentos no tipo D, de menor renda.

Desse alto percentual na faixa de renda, que perfaz mais de 1,9 milhão de estabelecimentos, mais da metade se encontra na região Nordeste.

Conclui-se, entretanto, pelo cruzamento com outros dados, que cerca de 16% desse número não seria constituído por agricultores pobres, mas por agricultores familiares capitalizados ou em processo de capitalização que estavam realizando novos investimentos ou apresentaram frustrações de safra ou de comercialização, no ano de levantamento das informações.

Enquanto os tipos C e D respondem por apenas 3,6% e 4,1%, respectivamente, do valor da produção, o tipo A, de maior renda e menor contingente de estabelecimentos, produz 19,2% do total. As regiões Sul, com 41%, e Sudeste, com 21%, são responsáveis por 62% dos agricultores familiares do tipo A no Brasil.

O estudo prossegue mostrando, sempre em relação às cinco regiões e aos quatro tipos de agricultores, dados relativos à área dos estabelecimentos, à condição do agricultor e do pessoal ocupado, à assistência técnica, tecnologia e associativismo, aos produtos explorados, ao grau de especialização e ao nível de investimento, entre vários outros.

Remeto às pessoas interessadas o **site** do Incra na Internet, onde poderão ter acesso ao referido levantamento estatístico em sua totalidade.

Sr. Presidente, o que salta aos olhos, mesmo em um exame mais superficial dos dados relativos à agricultura familiar no Brasil, pode ser resumido em duas noções: grande potencialidade e grande diversidade.

Mesmo que constataremos as condições duras e adversas que cabem a boa parte dos agricultores familiares, predominantemente no Nordeste, mas, em algum grau, em todas as regiões do País, sabemos que sua situação é, via de regra, melhor do que a dos excluídos e marginalizados das grandes cidades. Diversos estudos indicam que o custo de gerar um emprego na agricultura familiar é pelo menos quatro vezes menor que o de qualquer outra alternativa. Por outro lado, mesmo em propriedades pequenas e desprovidas de recursos de várias ordens, uma ordem efetiva de crédito e de assistência técnica pode e deve melhorar as condições de produção, fazendo com que essa possa ir além da mera subsistência.

De outra parte, podemos atestar a pujança e o dinamismo de uma expressiva parcela dos agriculto-

res familiares do Brasil. Esses agricultores, Sr. Presidente, geram riquezas e empregos de modo o mais significativo, ainda mais se levada em conta a menor disponibilidade de terras e de crédito a seu favor, quando comparada a dos agricultores patronais.

Tenho a satisfação de observar que os agricultores familiares do Estado de Santa Catarina estão entre os que mais têm contribuído para o crescimento não só da produção, mas também da produtividade rural brasileira. Lá contamos com uma tradição já antiga de agricultura familiar, lado a lado com o empenho determinado pela modernização tecnológica e pelo dinamismo das atividades rurais.

Sr. Presidente, sabemos todos, de um modo geral, quais são as necessidades dos produtores rurais no Brasil. Os agricultores familiares, como todos os demais, necessitam de crédito em condições compatíveis com sua condição de produtor, necessitam de assistência técnica, acesso à tecnologia, à energia, facilidades para armazenagem e para comercialização dos seus produtos. Condições favoráveis ao associativismo constituem um item que diz respeito particularmente aos pequenos e médios produtores, entre os quais se destacam os que praticam a agricultura de caráter familiar.

Há um rol de medidas necessárias, Sr^{as} e Srs. Senadores, as quais já são conhecidas e discutidas há algum tempo, embora no seu detalhamento possam surgir novidades e inovações. Sabemos ainda que, sob os mais diversos pontos de vista, a agricultura familiar deve ser priorizada, tanto por razões de ordem econômica, como de ordem social e ambiental.

Particularmente neste momento em que se procura combater e até mesmo extinguir a realidade da fome no Brasil, a agricultura familiar não pode ser preterida, já que ela produz, de acordo com a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF), cerca de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros.

O que falta verdadeiramente é partir para a prática, é transformar em prioridade efetiva de governo o fortalecimento da agricultura familiar brasileira. As iniciativas tomadas no Governo Fernando Henrique Cardoso foram importantes, mas é necessário e inadiável que sejam ampliadas, intensificadas.

Nesse sentido, consideramos louvável a ação do Governo Lula de destinar R\$5,4 bilhões para a agricultura familiar no Plano Safra 2003/2004, lançado no último dia 24 de junho. Esse valor fica, entretanto, na média do que vem sendo destinado à agricultura familiar nas últimas safras. O fato realmente grave e inaceitável é que as exigências burocráticas fazem

com que só 60% desse montante seja efetivamente transformado em empréstimo.

Contamos com que o Governo Federal, associado aos governos estaduais e municipais, mostre uma verdadeira e indiscutível vontade de fortalecer a agricultura familiar brasileira, não se restringindo às declarações de intenção e a medidas que, por desconhecimento das reais condições de nossos agricultores, não têm as conseqüências desejadas.

É inquestionável, Sr. Presidente, que o País e a população brasileira muito vão ganhar quando nossa agricultura familiar puder desenvolver, com o apoio imprescindível, todo o seu potencial.

Assim, em que pese o lançamento pelo Governo Federal, no último dia 24 de junho, do Plano Safra para a Agricultura Familiar 2003/2004, ainda entendo que são necessárias medidas adicionais para fomentar e desburocratizar o Pronaf, como o fim das exigências e garantias para se ter acesso ao crédito, a correção da defasagem dos valores dos tetos de renda bruta anual e dos limites de crédito e a assistência técnica falha, entre outros problemas. Cabe lembrar que, para ter acesso ao crédito, os agricultores devem obedecer a alguns requisitos, de acordo com o grupo em que se enquadram, e devem seguir uma lista de exigências a serem cumpridas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, além da burocracia que leva a morosidade na liberação dos recursos e muitas exigências por parte dos bancos como aval, o penhor de safra, garantias reais como equipamentos e até a hipoteca de imóveis, alegando segurança, também entendemos que os tetos de renda e os limites de crédito, tanto para custeio da lavoura quanto para investimentos em bens duráveis são baixos e devem ser atualizados, uma vez que não são corrigidos há pelos menos três anos.

Vamos continuar apostando na agricultura familiar para transformar o Brasil no verdadeiro celeiro do mundo.

Fiz este pronunciamento para cumprimentar o Presidente Lula por esses empréstimos por meio do Pronaf, mas também para alertar o Governo Federal que a agricultura familiar não pode ficar nos meros empréstimos de R\$400,00 ou R\$600,00 por família. Precisamos, além disso, de outras atividades e outros investimentos para fortalecer esse importante segmento da economia brasileira gerador de empregos.

Muito obrigado.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra à Senadora Patrícia Saboya Gomes, na condição de Líder, por 5 minutos, para uma comunicação urgente, de interesse partidário, nos termos do art. 14, II, “a”, do Regimento Interno.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS – CE. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em nome da Bancada feminina aqui presente, quero registrar o momento histórico que o dia de hoje, 1º de julho de 2003, representa para o Estado brasileiro e, em especial, para todas as mulheres e meninas do nosso País.

A delegação do Governo brasileiro, liderada pela ex-Senadora Emilia Fernandes, atualmente Ministra da Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres, encontra-se em Nova York para, no dia de hoje, apresentar ao Comitê das Nações Unidas para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Comitê CEDAW), em seu 29º período de sessões, o *Relatório Nacional Brasileiro relativo aos anos de 1985, 1989, 1993, 1997 e 2001, nos termos do art. 18 da CEDAW – que é a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher*.

Quero deixar registrada a importância da apresentação desse Relatório Governamental pelo Estado Brasileiro que, pela primeira vez, após quase vinte anos, presta contas à comunidade internacional sobre os compromissos legalmente assumidos desde 1984, em decorrência da ratificação da CEDAW.

O Relatório Governamental ao Comitê CEDAW da ONU apresenta um elenco extenso das medidas legislativas, judiciárias, administrativas e outras adotadas no decorrer das duas últimas décadas, para implementar os direitos consagrados pela Convenção, bem como aponta os fatores e as dificuldades enfrentadas para implementá-los.

A CEDAW é um tratado internacional das Nações Unidas de proteção específica aos direitos humanos das mulheres. Fundamenta-se na dupla obrigação de eliminar a discriminação e de assegurar a igualdade entre homens e mulheres. Para a CEDAW, a discriminação contra a mulher significa “*toda distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, o pleno exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo*” (art. 1º). Na definição de discriminação contra a mulher, segundo a Recomendação Geral nº

19 do Comitê Cedaw, inclui-se também a violência baseada no sexo, que afeta milhares de mulheres e meninas brasileiras.

Ao ratificar a Cedaw, em 1984, o Brasil se comprometeu a tomar uma série de medidas apropriadas para garantir a igualdade e fazer valer o princípio da não-discriminação e da não-violência. Para garantir a igualdade entre os sexos, é bom destacar, não basta proibir a discriminação e a violência contra as mulheres e as meninas, mediante legislação e outras medidas repressivas. São também essenciais estratégias e ações capazes de incentivar a inserção e a inclusão social dessas mulheres e meninas, que hoje são a maioria da população brasileira e têm os seus direitos fundamentais violados cotidianamente.

A Convenção estabelece como um dos mecanismos de implementação dos direitos a elaboração de relatórios de maneira sistemática. Cabe, assim, ao Brasil, como Estado-Parte da Convenção, o dever de encaminhar documentos periódicos ao Comitê Cedaw. Nesses relatórios, o Estado deve esclarecer o modo pelo qual está colocando em prática os preceitos da Convenção.

O Brasil, desde que ratificou a Convenção, não tinha, até hoje, prestado contas ao Comitê Cedaw. Nesse contexto, o Relatório Governamental que o Estado brasileiro apresenta hoje consolida em um só documento o conteúdo do que deveria ter sido apresentado em cinco relatórios, desde que ratificou a Cedaw.

Para a elaboração da versão preliminar do Relatório Governamental, o Estado brasileiro contou com a colaboração de organizações da sociedade civil, por meio de consultoria prestada por um consórcio de organizações de mulheres. Por ocasião da apresentação do Relatório Governamental, o movimento de mulheres no Brasil também enviou sua própria contribuição ao Comitê Cedaw, na forma de Relatório Alternativo da sociedade civil.

O documento do movimento de mulheres pretende subsidiar o Comitê da Cedaw em sua análise do Relatório Governamental e também subsidiar o novo governo na abordagem dos temas prioritários que devem merecer a atenção do Estado no que se refere à melhoria da qualidade dos programas e ações governamentais para a erradicação da pobreza, da discriminação e da violência contra mulheres e meninas, bem como para a promoção da equidade e da justiça.

A elaboração do Relatório Alternativo envolveu a participação das mais significativas redes, organizações e movimentos sociais que atuam na defesa dos direitos de mulheres e meninas no País. Essa arti-

culação resultou em documento que expressa a voz das mulheres brasileiras na sua diversidade e múltiplas necessidades.

Esse documento apresenta propostas e recomendações concretas ao Estado para a elaboração, a execução e o monitoramento de políticas de gênero que contemplem a universalidade dessas políticas e a diversidade das mulheres, orientando, portanto, as ações governamentais, em especial no que se refere a aspectos relacionados à cidadania, à saúde e à violência.

Um dos pontos de preocupação ressaltados no Relatório Alternativo é o tráfico de mulheres e meninas para fins de exploração sexual comercial e a exploração sexual de meninas em todas as regiões, o qual é hoje fenômeno em expansão em nosso País.

Pesquisa realizada pela ONG Cecria, em 2001 e 2002, desvendou 241 rotas de tráfico para a exploração sexual interna e para outros países e continentes. Esse problema afeta especialmente as mulheres e as meninas das Regiões Norte e Nordeste, onde os índices de pobreza são mais elevados, o que inclui as garotas indígenas e negras, brutalmente utilizadas nesse comércio, transformadas em “mercadoria exótica e erotizante”.

Conforme determina o art. 6º da Cedaw, o Estado brasileiro assumiu o compromisso legal de tomar “todas as medidas apropriadas, inclusive de caráter legislativo, para suprimir todas as formas de tráfico de mulheres e exploração da prostituição da mulher”, o que, sem dúvida, alcança a exploração sexual de meninas e adolescentes brasileiras.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesse sentido, a apresentação do Relatório Governamental e do documento alternativo vem reforçar os esforços do Legislativo brasileiro ao instalar a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) mista que trata da exploração sexual de crianças e adolescentes, a qual tenho a honra de presidir.

O momento histórico de apresentação e defesa desses relatórios perante o Comitê Cedaw, sem dúvida alguma, é uma oportunidade valiosa para exigir do Estado brasileiro o cumprimento de seus compromissos e obrigações legais, éticas e morais em relação aos direitos humanos das mulheres e das meninas.

Esperamos que o Comitê Cedaw possa contribuir com recomendações que orientem o Estado na adoção de medidas no âmbito das políticas públicas voltadas à prevenção, à punição e à eliminação da discriminação e violência em que se encontram milhares de mulheres e meninas em nosso País.

A Bancada Feminina do Congresso Nacional não poupará esforços, Sr. Presidente, para, no âmbito de suas atribuições, contribuir para a implementação da Cedaw, fazendo com que os direitos humanos consagrados na Convenção se tornem uma realidade para muito além dos textos legais e se façam refletir na vida concreta das mulheres e meninas brasileiras.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Antes de conceder a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, do Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul, a Presidência registra, com grande alegria, a visita de comitiva da cidade de Caxias do Sul, que certamente estará aqui para ouvir o pronunciamento de S. Ex^a. A Presidência sente-se honrada com a presença de cidadãos ilustres de um Estado tão importante e, ao mesmo tempo, registra a presença do Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, José Wagner Praxedes, que se encontra na tribuna. Inclusive aproveito para cumprimentar os telespectadores da **TV Senado**.

Com a palavra o nobre Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, primeiro, registrar a minha alegria. Caxias do Sul – e não foi combinada a presença deles aqui – é a minha cidade natal, da qual estou afastado há cerca de vinte anos. Mas ela cumpriu um papel decisivo no processo da minha eleição. Sendo Caxias do Sul uma cidade com cerca de 220 mil eleitores, recebi mais de 100 mil votos ali, que foram decisivos para meu ingresso no Senado da República. Cumprimento a delegação e, por extensão, Caxias do Sul e toda a região.

Sr. Presidente, uso a palavra, neste momento, para deixar registrada a minha homenagem a todos os que trabalham para defender as pessoas que têm algum tipo de deficiência. Nesse sentido, registro que se realizou em Recife o seminário “A Empregabilidade da Pessoa Portadora de Deficiência”. Esclareço que, além do debate do emprego da pessoa portadora de deficiência, esse seminário discutiu também o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, que é de minha autoria. E aqui faço uma homenagem especial a um menino de 25 anos, cego, que é lá de Caí, região de Caxias do Sul, que se chama Santos Fagundes e que me representou nesse evento defendendo o projeto da pessoa portadora de deficiência.

Cumprimento, também, o Ministério do Trabalho, lá representado por suas delegacias regionais e os cerca de 220 estudiosos do assunto.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de sintetizar o meu pronunciamento, homenageando algumas pessoas que se deslocaram de outras regiões do País para ficar durante dois dias discutindo a importância de valorizar o cidadão que tem algum tipo de deficiência. Cumprimento os Srs. Antônio Muniz, da Coordenadoria da Pessoa com Deficiência, da Prefeitura de Recife; Manoel Aguiar, Superintendente Estadual de apoio à pessoa com deficiência; Antônio José Ferreira, Presidente da Associação Pernambucana de Cegos; Antônio Cardoso, Diretor do Escritório Estadual da Federação Nacional de Educação e Integração do Surdo/PE. Aqui estão listados, Sr. Presidente, mais de trinta nomes de pessoas portadoras de deficiências que coordenaram esse evento, representando os Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul e outros.

Peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, que este pronunciamento seja publicado na íntegra.

Encaminho à Mesa outro pronunciamento, ainda dentro do meu tempo regimental: um manifesto do esporte. Na última quarta-feira, recebi em meu gabinete diversos profissionais dessa área, entre eles: Ademir Cruz de Almeida (futebol para amputados); Ana Beatriz Moser (vôlei); Anderson Lopes dos Santos (atletismo); Aurélio Miguel (judô); Bernard Rajzman (vôlei); Carlos Kirmayr (tênis); Cyro Marques Delgado (natação); Luiz Cláudio Alves Pereira (atletismo); Marcelo Vido (basquete); Marcos Vinícius Simões de Freire (vôlei); Maria Paula Gonçalves da Silva (vôlei); Mizael Conrado (futebol); Nelson Prudêncio (atletismo); Ricardo de Sousa, o Rico (surfe); Robson Caetano da Silva (atletismo); Suely Rodrigues Guimarães (atletismo); Zequinha Barbosa (atletismo); Victor Alves Teixeira (hipismo); Lars Schmidt Graef (vela – Presidente da Comissão); José Mário Tranquilini (judô); Rui Campos (vôlei) e Carla Ribeiro (caratê).

Sr. Presidente, não vou ler na íntegra o manifesto, de suma importância, em que os atletas demonstram que uma forma de combater a violência, de tirar os meninos e meninas da rua, é investir no esporte. Está comprovado que cada dólar investido no esporte traz uma economia, para o País, de algo em torno de sete dólares.

Por isso, Sr. Presidente, com o tempo terminado, encaminho à Mesa os dois documentos, o relativo à pessoa portadora de deficiência e o manifesto do esporte. Estamos capitaneando, em defesa da pessoa portadora de deficiência, uma frente parlamentar na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. A pedido desses atletas, estamos também colaborando

para que se crie uma frente parlamentar em defesa do esporte nas duas Casas do Congresso Nacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na semana que passou, mais precisamente do dia 18 ao dia 21, foi realizado em Recife, no Hotel Manibu, o Seminário “A empregabilidade da pessoa portadora de deficiência” e a apresentação do Estatuto das Pessoas Portadoras de Deficiência.

Gostaria de destacar que diversas entidades, movimentos e pessoas ligadas aos portadores de deficiência, além do Ministério do Trabalho, por meio de suas delegacias regionais, estiveram neste evento, que reuniu cerca de 220 pessoas.

Durante o evento discutiu-se a Política Nacional do Trabalho, Emprego e Renda para as Pessoas Portadoras de Deficiência e também o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, de autoria deste senador.

Na ocasião, foi criado um grupo de trabalho da região nordeste para discutir e apresentar propostas para o estatuto, inclusive determinando o dia 21 de setembro – considerado o dia nacional de luta desse segmento – como data limite para a entrega das propostas.

Aproveito o tempo que disponho para saudar a iniciativa de pessoas que contribuíram para a realização deste seminário, e também para ressaltar a participação desse segmento na construção das políticas públicas de trabalho do governo federal e na elaboração e afirmação do Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência.

Em nome dessas pessoas, a seguir relacionadas, quero agradecer a todas as outras, que de uma forma ou de outra, contribuíram para que este encontro fosse realizado:

Antônio Muniz – coordenador da Coordenadoria da Pessoa com Deficiência da Prefeitura do Recife;

Manoel Aguiar – superintendente estadual de apoio à pessoa com deficiência;

Antônio José Ferreira – presidente da Associação Pernambucana de Cegos;

Antônio Cardoso – diretor do Escritório Estadual da Federação Nacional de Educação e Integração do Surdo/PE;

José Alves Feitosa – presidente da Fraternidade Cristã dos Doentes e Deficientes/PE;

Ricardo Tadeu – procurador do Ministério Público do Trabalho em Campinas/SP;

Romeu Sassack – consultor de inclusão para os estados de Goiás e Paraná;

Irmã Maria Gomes – diretora do Instituto dos Cegos Antônio Pessoa de Queiroz;

Luís Braga e Célia Braga – Cooppa (Cooperativa das Pessoas Portadoras de Deficiência Mental – Porto Alegre/RS);

Luís Augusto Jemelli – diretor presidente da Faders (Fundação de Articulação e Desenvolvimento das Políticas Públicas para as Pessoas Portadoras de Deficiência/RS);

Lenice Maria – presidente da Associação de Cegos da cidade de Correntes/PE;

Adriana Cecília Uchoa Carneiro Netto – Coordenadora de Setor de Curso de Libras (Feneis / PE);

Teresa Antunes – Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Portadores da Síndrome de Dawn;

Luzenira Silva – APAE Recife;

Maria Laise Rezende – Centro Pró Cidadania e Arte – Integrarte;

Lília Pinto Martins – Centro de Vida Independente/RJ;

Marcelo Batista – Associação de Surdos de Pernambuco (ASP);

Valéria Félix Campos – Núcleo de Combate às Desigualdades de Oportunidades no Trabalho – DRT Maranhão; e

Manoel Veras – Núcleo contra a discriminação gêneros e raça – Ministério do Trabalho e Emprego.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta Casa teve a honra de receber na última quarta-feira os integrantes da Comissão Nacional de Atletas, composta por renomados nomes do nosso esporte, que aqui vieram fazer um apelo no sentido de que o Congresso Nacional providencie com a máxima urgência a aprovação de uma Lei de Incentivos Fiscais específica para o desporto nacional – a exemplo da legislação já existente para a área cultural.

A reivindicação da Comissão Nacional do Atletas procede. Se há um setor em nosso país que merece o apoio do poder público, até mesmo por meio de incentivos à iniciativa privada, sem dúvida alguma é o do esporte, praticado por abnegados atletas e geralmen-

te à custa de sacrifícios pessoais devido à falta de apoio às suas atividades.

Mais do que nunca se faz necessário apoiar as diferentes categorias do esporte amador, particularmente neste momento de proximidade dos Jogos Olímpicos e Para-Olímpicos de Atenas em 2004, da realização dos Jogos Pan-Americanos e Para-Pan-Americanos em 2007, no Brasil, e a candidatura aos Jogos Olímpicos e Para-Olímpicos de 2012.

Nosso esporte amador tem uma história de conquistas em torneios internacionais que se perdem em nossa memória, mas que integram com orgulho o nosso patrimônio esportivo tanto quanto as vitórias no futebol. Apesar de condições costumeiramente adversas, nossos atletas já trouxeram para o país inúmeras medalhas de bronze, prata e ouro.

Desde a histórica conquista de Guilherme Paraense, o primeiro a trazer uma medalha para o Brasil – de ouro, conquistada nos Jogos Olímpicos de Antuérpia, na Bélgica, em 1920, competindo no tiro ao alvo, o esporte amador faz escola no Brasil com campeões como Adhemar Ferreira da Silva, Joaquim Cruz, João Carlos Oliveira – o João do Pulo, e tantos outros nomes que, com suas vitórias e medalhas, conquistadas individualmente ou em equipes, encham de orgulho o desporto nacional.

Depois de Guilherme Paraense, o Brasil esperou 32 anos até conhecer um novo vencedor, Adhemar Ferreira da Silva, que com salto triplo conquistou medalha de ouro nas Olimpíadas de Helsinque, na Finlândia, em 1952, feito que seria repetido quatro anos depois, em Melbourne, na Austrália. Depois dele, mais 24 anos de espera até outro ouro (que veio em dose dupla, no iatismo) nos Jogos de Moscou, em 1980. Desde então, o Brasil nunca mais deixou de subir no degrau mais alto do pódio.

Todos esses feitos foram e continuam sendo conseguidos com muito sacrifício dos atletas e pouco patrocínio às suas modalidades esportivas. Podemos imaginar como poderiam ser multiplicadas essas vitórias do esporte brasileiro se ele não fosse apenas impulsionado pelos seus voluntariosos atletas.

Hoje existe um verdadeiro patrimônio do esporte nacional separada por um grande fosso da realidade do apoio que recebe. Essa lacuna poderá ser preenchida a partir do momento em que o empresariado nacional, a exemplo do que já ocorre com as atividades culturais, puder oferecer sua parcela de colaboração ao desenvolvimento do desporto.

Seguramente, a aprovação de uma Lei de Incentivos Fiscais para o Desporto Nacional pode

contribuir com esse objetivo. O incentivo ao esporte é importante em várias frentes: na formação da cidadania, no combate ao crime, na melhoria das condições de saúde, no aprimoramento dos estudos, na formação profissional.

Também consideramos da maior importância para a consecução desses objetivos a criação de uma Frente Parlamentar em Defesa do Esporte, a ser composta por Deputados e Senadores. A exemplo de outras Frentes Parlamentares poderíamos com essa iniciativa juntar esforços para a elaboração de projetos que venham ao encontro das reivindicações dos atletas para que possamos contribuir para a dinamização e o crescimento do desporto nacional.

As reivindicações constam do **Manifesto do Esporte** que nos foi entregue pelos membros da Comissão Nacional de Atletas, durante a visita feita ao Senado, cujo texto com respectivos signatários faz parte integrante deste pronunciamento para que fique registrado nos Anais da Casa.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210 do
Regimento Interno.)*

MANIFESTO DO ESPORTE

O esporte é uma das traduções mais ricas da cultura brasileira. Na verdade, a história do esporte se confunde com a própria formação da identidade cultural do Brasil. A competição esportiva é um dos poucos fenômenos sociais capazes de produzir um dos maiores valores das sociedades democráticas, que é justamente a igualdade entre os indivíduos.

Pensando nisso, o legislador constituinte transformou o esporte em direito dos cidadãos e em obrigação do Estado. Logo, o Congresso Nacional é fundamental para que o esporte brasileiro alcance, de uma vez por todas, lugar de destaque no cenário internacional.

Uma lei de incentivos fiscais para o esporte é uma reivindicação histórica do desporto nacional, sendo uma prioridade da Comissão Nacional de Atletas, desde a sua criação oficial junto à Presidência da República em 14 de dezembro de 2000.

Isto posto e considerando que:

- Existem vários projetos de lei tramitando no Congresso Nacional sobre este tema;
- A existência de uma Lei de Incentivos Fiscais em favor da cultura e a inexistência de uma lei

no mesmo sentido para o esporte é um sintoma manifesto de iniquidade;

- A organização esportiva integra o patrimônio cultural brasileiro (Lei Pelé, art.4º, § 2º);
- Dados da Organização Mundial da Saúde demonstram que para cada dólar investido em esporte, são economizados em média 7 dólares em saúde pública;
- O esporte, por seu caráter multidisciplinar, envolve questões relacionadas às áreas da educação, saúde, meio ambiente, direitos humanos, justiça, cidadania, inclusão e inserção social, auto-estima, espírito cívico e patriótico, fundamentais na formação do cidadão; e
- A proximidade dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Atenas em 2004, a realização dos Jogos Panamericanos e Para-Panamericanos em 2007 no Brasil e a candidatura aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2012.

Os integrantes da Comissão Nacional de Atletas, por intermédio do presente Manifesto, vêm à presença de Vossa Excelência, reivindicar, com a máxima urgência, a aprovação de uma lei de Incentivos Fiscais específica para o desporto nacional.

Brasília, 25 de junho de 2003.

ADEMIR CRUZ DE ALMEIDA (Futebol p/ Amputados)
ANA BEATRIZ MOSER (Vôlei)
ANDERSON LOPES DOS SANTOS (Atletismo)
AURÉLIO MIGUEL (Judô)
BERNARD RAJSMAN (Vôlei)
CARLOS KIRMAYR (Tênis)
CYRO MARQUES DELGADO (Natação)
LUIZ CLÁUDIO ALVES PEREIRA (Atletismo)
MARCELO VIDO (Basquete)
MARCOS VINÍCIUS SIMÕES DE FREIRE (Vôlei)
MARIA PAULA GONÇALVES DA SILVA (Vôlei)
MIZUEL CONRADO (Futebol)
NELSON PRUDÊNCIO (Atletismo)
RICARDO DE SOUSA, o RICO (Surf)
ROBSON CAETANO DA SILVA (Atletismo)
SUELY RODRIGUES GUIMARÃES (Atletismo)
ZEQUINHA BARBOSA (Atletismo)
VITOR ALVES TEIXEIRA (Hipismo)
LARS SCHMIDT GRAEL (Vela – Presidente da Comissão)
JOSÉ MÁRIO TRANQUILINI (Judô)
RUI CAMPOS (Vôlei)
CARLA RIBEIRO (Karatê)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa aguardará, nobre Senador Paulo Paim, o requerimento a ser formulado por V. Ex^a, que será atendido na forma do Regimento Interno.

Aproveito para comunicar também ao Senador Pedro Simon que a Casa, com grande alegria, recebe hoje uma comitiva de Caxias do Sul, do Estado de S. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, do Partido dos Trabalhadores, do Estado de São Paulo. S. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, saúdo também os conterrâneos dos Senadores Paulo Paim e Pedro Simon, de Caxias do Sul, que aqui nos visitam.

Inicialmente, Sr. Presidente, gostaria de saudar uma iniciativa do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, especialmente a maneira como resolveu apresentar ao Congresso Nacional o Programa Primeiro Emprego. Dessa vez, o Presidente apresentou um projeto de lei e não uma medida provisória. Trata-se de uma resposta a um apelo que muitas vezes nós mesmos, do PT, fizemos, para que o Governo confiasse mais no Congresso Nacional e apresentasse projetos de lei em vez de medidas provisórias, que limitam a possibilidade de cooperação efetiva do Congresso Nacional.

Considero que o Programa Primeiro Emprego tem méritos importantes, ainda que eu próprio tenha salientado alguns possíveis percalços na sua execução. A literatura econômica e a experiência dos inúmeros países denotam que devemos ter muita prudência com respeito a projetos de transferência de renda, quando dirigidos diretamente às empresas, pois isso pode acabar gerando alguns problemas sobre os quais gostaria de comentar também.

Louvo ainda outra decisão do Governo do Presidente Lula, que, ontem, na reunião com os 27 Governadores de Estado, resolveu anunciar que os programas de transferência de renda passarão a ser unificados, coordenados e racionalizados em direção de um único programa e que haverá também uma forma de cooperação da União, dos Estados e dos Municípios no financiamento desses programas – possivelmente uma participação da União da ordem de 60%; dos Governos de Estado, de 30%; e dos Governos municipais, também de 30%. Obviamente – acredito –, acabará havendo alguma consideração quanto à capacidade financeira tanto dos Estados quanto dos Municípios, na medida em que hoje há uma grande diferença entre a capacitação financeira de Municípios como

Guaribas e Acauã, no Piauí, onde se iniciou o Programa Fome Zero, e a de municípios de maior renda **per capita**, como São Paulo, Rio de Janeiro e a própria Capital Federal, Brasília.

É muito positivo que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tenha anunciado ontem, por intermédio do Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo, as medidas que foram consenso entre os Governadores de Estado. Registro que isso é consistente com as recomendações do próprio programa de Governo do Presidente Lula e do relatório do Governo de transição, coordenado pelo Ministro Antônio Palocci.

Havia, ao final do Governo Fernando Henrique, inúmeros programas de transferência de renda, como os de renda mínima associados à educação e à saúde e os denominados Bolsa-Escola e Bolsa-Alimentação. Havia o Bolsa-Renda, o programa Agente Jovem, o programa Auxílio-Gás e programas de transferência de renda como o seguro-desemprego, o abono salarial para os que recebem o 14º salário, aqueles que estão integrados no PIS/Pasep, no mercado formal de trabalho. Há ainda o salário-família e outros programas de transferência de renda, inclusive os previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no sistema previdenciário.

Alguns desse programas passarão a ser unificados. Caberá ao Governo, a toda sociedade e, certamente, aos pesquisadores do Ipea, de todos os institutos de pesquisa e das universidades analisarem os efeitos desses inúmeros projetos.

Como esses diversos programas prevêm diferentes benefícios para famílias com diferentes rendimentos, é importante que caminhemos na direção da unificação e racionalização dos direitos de cada família brasileira; não faz sentido que famílias em Municípios diferentes, sendo todas brasileiras, tenham benefícios diferentes.

Tenho ressaltado, Sr. Presidente, a importância de caminharmos na direção de uma renda básica de cidadania. Claro que não se pode fazer isso do dia para a noite, mas é importante fazê-lo, seja por meio do cartão alimentação, que felizmente começa também a se expandir, seja por outros meios.

Ontem, o Ministro José Graziano da Silva e o seu Secretário Executivo, José Giacomo Baccarin, me informaram que o programa está começando a deslanchar: para outubro, já se prevê um milhão de famílias com o cartão de alimentação, o que significa R\$50 por mês para cada uma das famílias beneficiárias na região do semi-árido do Nordeste. Além disso, o programa vai ser expandido também para a Amazônia.

Acredito que esse programa estará entre aqueles que serão unificados e racionalizados para que, um dia, possamos falar numa renda básica de cidadania no Brasil. O Cartão-Alimentação, o Bolsa-Escola, o Bolsa-Alimentação, o Bolsa-Renda, o Auxílio-Gás e o Agente Jovem são todos passos na direção de termos no Brasil uma renda básica de cidadania, o que significará o direito de todas as pessoas, não importando sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou mesmo condição socioeconômica, de participarem da riqueza nacional, tendo direito a uma modesta renda para si próprias e para todos os membros de suas famílias. Esse direito deverá ser como o direito de respirar. Inclusive nós, Senadores, que vivemos neste lugar que, dizem alguns, parece ser o céu.

É importante o grande entusiasmo manifestado ontem pelo presidente da Nestlé, Ivan Zurita. Como porta-voz dos empresários, mencionou que é com iniciativas construtivas como essa que o País vai crescer. S. S^a demonstrou a boa vontade dos empresários.

É preciso assinalar também que Frei Betto e Oded Grajew têm realizado um esforço muito grande como catalisadores de ações de boa vontade por parte dos empresários para colaborarem com as iniciativas do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Também quero ressaltar a importância dos depoimentos prestados ontem. A jovem Neuza Cristina Carval, beneficiária do programa Primeiro Emprego no Rio Grande do Sul, nos relatou como, tendo iniciado na empresa Estapar como estagiária-aprendiz, logo foi aprendendo uma série de atividades que lhe permitiram assumir postos de maior responsabilidade. Também o ator Lázaro Ramos, que atuou nos notáveis filmes “Madame Satã”, “Carandiru” e “O Homem que Copiava”, deu um comovente depoimento. Esse último filme trata da história de um jovem que enfrentava extraordinárias dificuldades na vida e trabalhava fazendo cópias mimeografadas em um pequeno estabelecimento comercial. Diante de problemas enfrentados por ele e sua família, acaba se decidindo pela trilha do crime e enfrentando outras extraordinárias dificuldades, como acontece com dezenas de outros jovens.

A justificativa para que o programa Primeiro Emprego venha a oferecer R\$200,00 por mês, por seis meses, às empresas que contratarem jovens de 16 a 24 anos, e R\$100,00 por mês, por seis meses, para as empresas médias e grandes – que faturem R\$1,2 milhão por ano ou mais – que venham a contratar jovens de 16 a 24 anos, é que a taxa de desemprego entre os jovens nessa faixa é praticamente duas vezes maior que a registrada para a economia em geral.

A justificativa teórica para isso eu mesmo mencionei na minha carta ao Presidente Lula quando Sua Excelência estava para anunciar esse programa. O economista da Universidade de Harvard Edmund Phelps, em **Remunerando o Trabalho (Rewarding Work)**, assinala que, como o benefício que advirá da contratação de uma pessoa é maior do que o custo privado para a empresa que a contrata – porque advêm benefícios para a sociedade do fato de se estar empregando uma pessoa, sobretudo um jovem, que passa a ter mais oportunidades, tem a sua auto-estima elevada e acaba contribuindo para o sustento de sua família –, seria justificável esse subsídio que agora acaba de ser concedido.

Entretanto, é preciso – e dirijo minhas ponderações particularmente ao Ministro do Trabalho e ao Secretário de Políticas Públicas de Emprego, Remígio Todeschini, responsável pela condução do programa Primeiro Emprego junto ao Ministro Jaques Wagner – que, de pronto, se inicie um acompanhamento para verificar se, realmente, todos os benefícios esperados desse programa estão sendo atingidos e se realmente esse caminho é o melhor possível. Conforme assinalei num pronunciamento feito aqui em abril último, nós precisamos examinar se a transferência de rendimentos diretamente às empresas irá ou não causar um processo de concentração de renda, de riqueza em mãos do capital. A experiência indica que se faz necessário tomar cuidados para evitar que as empresas que contratem jovens de 16 a 24 anos para obterem o benefício não acabem adotando a política de dispensar outros trabalhadores já empregados por elas que tenham maior idade.

Esses aspectos estão sendo levados em consideração na elaboração do projeto de lei e, certamente, nós aqui ainda poderemos aperfeiçoá-lo. De qualquer forma, ressalto que, na literatura econômica, há economistas, como Guy Standing, que acreditam que pode ocorrer o chamado “efeito peso morto”, isto é, haveria um efeito líquido relativamente pequeno caso as empresas beneficiárias resolvam demitir alguns para contratar esses novos.

O Sr. Osmar Dias (PDT – PR) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador?

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Concede-me também um aparte, Senador Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Vou conceder o aparte tanto ao Senador Mão Santa quanto ao Senador Osmar Dias.

No entanto, Senador Mão Santa, dado que o Senador Osmar Dias solicitou antes e também pelo

fato de ter sido ele um dos autores de um projeto que visa estimular o emprego para os jovens no Brasil, que já foi votado no Senado e está na Câmara dos Deputados, gostaria de ouvir S. Ex^a em primeiro lugar.

Tenho a honra de ouvir o Senador Osmar Dias.

O Sr. Osmar Dias (PDT – PR) – Senador Suplicy, agradeço a V. Ex^a pela deferência.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. *Fazendo soar a campainha.*) – Senador Osmar, permita-me apenas lembrar ao orador que restam apenas três minutos para o término do seu tempo, que os apartes não podem exceder dois minutos e que não pode haver concessão de aparte após o término do tempo do orador. Agradeço.

O Sr. Osmar Dias (PDT – PR) – Começando agora, falo um minuto, Sr. Presidente. Como V. Ex^a foi Relator do projeto de minha autoria, propondo o primeiro emprego, inclusive aperfeiçoando-o, Senador Eduardo Suplicy, sugiro a V. Ex^a que busque naquele projeto, que é nosso – de minha autoria, mas com o aperfeiçoamento de V. Ex^a – algumas sugestões a dar ao Governo. Acredito que o nosso projeto está melhor do que a proposta que o Governo divulgou no dia de ontem. Esse é um apelo que faço a V. Ex^a, que pertence ao Partido do Presidente e que foi Relator do meu projeto. Outro ponto: comunico ao Palácio do Planalto que o nosso projeto é de 1995 e, portanto, tem muita precedência em relação a outros que foram homenageados, ontem, pelo próprio Presidente da República.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Nobre Senador Osmar Dias, há uma passagem no pronunciamento do Presidente Lula, ontem à tarde, onde Sua Excelência diz:

Não vamos, aqui, ficar preocupados em saber de quem foi a idéia; não vamos ficar preocupados em saber quem fez a proposta. Estamos fazendo um projeto de lei que pode ser discutido no Congresso. Um assunto dessa envergadura poderia ser tratado por medida provisória, mas, para permitir que haja um debate maior, vamos fazer um projeto de lei. E não interessa, amanhã ou depois, fazermos um exame de DNA para saber quem é o pai do primeiro emprego. O importante é que esse projeto seja filho de uma imensa coletividade, conseguindo produzir, sem nenhuma vaidade pessoal, sem nenhum interesse menor, sem nenhum interesse político-eleitoral, uma proposta que nos permita olhar os nossos filhos nos olhos, olhar as nossas crianças bem no fun-

do dos olhos e dizer para eles que estamos fazendo apenas a nossa obrigação, dando a oportunidade que nós, políticos, tivemos e que recebemos dos nossos pais.

Tenho certeza, no entanto, que poderá haver o apensamento dos projetos, inclusive o de V. Ex^a, para que sejam examinados.

Ouçõ, neste momento, com muita honra, o aparte de V. Ex^a, nobre Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Nobre Senador Eduardo Suplicy, com toda a certeza, V. Ex^a é o Senador mais virtuoso que por aqui já passou nos 180 anos de Parlamento.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me deixa sem graça.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Há 800 anos, houve um São Francisco, que andou com uma bandeira que dizia: “Paz e Bem”. Penso que ele pode ter reencarnado em V. Ex^a, que é puro e bondoso. Mas, sobre essa história de renda mínima, fico com o Apóstolo Paulo: quem não trabalha não merece ganhar para comer. E mais, como aliado do Governo Lula – e não confunda aliado com escravo, com subserviente –, quero dizer que o PT é inexperiente, pois governou poucas prefeituras, pouquíssimos Estados, tendo sido inclusive rejeitado, depois de seu governo, por algumas cidades. O PT ouviu o galo cantar, mas é inexperiente. Aliás, olhando para a Senadora Patrícia Saboya Gomes, lembro-me de Fortaleza. E ainda que o Presidente Lula represente a massa do povo brasileiro, Sua Excelência não é Deus, não é divino. Assim, embora esse projeto seja muito bom e esteja cheio de boas intenções, penso que o banco popular do Banco do Brasil não vai dar certo. Fui Prefeito e Governador; Luiz Inácio Lula da Silva é Presidente da República. Mas Sua Excelência nunca foi Prefeito nem Governador. E por que o banco popular do Banco do Brasil não vai dar certo? Em primeiro lugar, porque os juros são de 2% ao mês, quando o País está globalizado e os norte-americanos estão colocando 1% ao ano. Em segundo lugar, porque a rede privada que teria que colocar dinheiro, não o vai fazer, porque isso dá muito trabalho, porque seria necessário aumentar o número de funcionários e os banqueiros não querem ter prejuízo e nem trabalho; eles querem lucro fácil. Portanto, temos que ter humildade e copiar aquilo que deu certo. E quem diz isso não sou eu, mas o maior administrador da **General Electric Company**, Sr. Jacques-Arthur Weil. E Bill Clinton, sabido como é, ia jogar golfe com ele para aprender. Ele acreditava que deveria copiar, porque inventar era coisa para Einstein.

O que é difícil se copia. O modelo de banco do povo criado em Bangladesh, o Grameen Bank, do Prof. Muhammad Yunus, copiei quando fui Governador do Piauí e funcionou. Esse banco, sim, é popular, é do serviço social. Essa era a contribuição que gostaria de dar. E, se possível, pedindo apenas mais dez segundos, gostaria até de indicar o novo gerente do Banco do Povo do Brasil: o nosso experiente Senador Roberto Saturnino, grande líder e administrador, já tendo inclusive administrado o banco dos ricos, o BNDES. Quero dizer que não é feio copiar. A humildade leva a bons caminhos. Portanto, que copiemos o Grameen, do Prof. Yunus.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senador Mão Santa, com seu estilo aberto e transparente, V. Ex^a faz uma sugestão ao Presidente Lula com a qual, inclusive, concordo. Penso até que se o Presidente Lula quiser convocar o Senador Roberto Saturnino para administrar um banco do povo semelhante ao Grameen do Prof. Mohammad Yunus, de Bangladesh, certamente seria a melhor escolha.

Mas gostaria de lembrar que os aspectos mais importantes do Programa Primeiro Emprego, anunciado no dia de ontem, são justamente as medidas relativas à economia solidária, aos aspectos de estímulo à criação de cooperativas, inclusive de crédito, e também às formas simples de as pessoas adquirirem somas módicas, emprestadas a taxas de juros bastante modestas em relação ao que existe hoje.

Senador Mão Santa, V. Ex^a precisa considerar que para uma pessoa obter um pequeno empréstimo, hoje, é submetida à força dos agiotas que cobram entre 200% e 300% ao ano. E embora 2% ao mês ainda seja muito, é bem menos do que é cobrado por agiotas.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Se V. Ex^a me convidar, irei ensinar a equipe econômica como funciona um banco do povo, visto que no meu governo funcionou.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Vou concluir, Sr. Presidente. E, Senador Mão Santa, seguindo exatamente São Paulo na Segunda Epístola aos Coríntios, é que defendo essa proposta consistentemente, inclusive com a recomendação de Dom Luciano Mendes de Almeida, que me disse que não era necessário citar Karl Marx para defender a minha Proposta de Garantia de Renda Mínima, porque muito melhor defendida estava em São Paulo, quando ele observou que, para que haja justiça e para que haja igualdade, todo aquele que teve uma safra abundante não deve ter demais e todo aquele que teve uma safra pequena não deve ter de menos.

Portanto, seguindo São Paulo, vamos, um dia, assegurar que todos os brasileiros tenham o direito inalienável de participar da riqueza desta Nação com uma renda básica de cidadania.

Muito obrigado.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do Bloco do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Ex^a terá a palavra em seguida ao Senador Hélio Costa.

A Mesa registra a presença ilustre dos Vereadores Rui Furtado Maciel e Agaildo Souza Santos, de Lajeado, Tocantins. É uma alegria para esta Presidência que membros do Legislativo municipal estejam presentes nesta sessão do Senado Federal.

A Mesa esclarece às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que o Senador Osmar Dias e o Senador João Capiberibe, nessa ordem, estão inscritos para comunicações inadiáveis.

De acordo com o Regimento Interno, o Líder tem prioridade no uso da palavra assim que a pede. Portanto, o Senador Hélio Costa, na condição de Vice-Líder, será o primeiro a usar da palavra, como Líder do Governo, seguido do Senador Jefferson Péres, como Líder do PDT. Logo em seguida, a Mesa intercalará os oradores regularmente inscritos com aqueles que pediram a palavra para uma comunicação inadiável.

Senador Hélio Costa, V. Ex^a dispõe de até vinte minutos.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Brasil é sempre citado como o País do futuro, o País das oportunidades. Historicamente, numa referência a Pero Vaz de Caminha, é sempre lembrado como o País onde se plantando tudo dá. Mas ainda existem, no meu Estado de Minas Gerais, regiões que precisam de uma oportunidade: a oportunidade do desenvolvimento, a oportunidade de se poder viver como em outras partes do nosso Estado e do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. *Fazendo soar a campainha.*) – Senador Hélio Costa, a Mesa faz uma correção, já que cometeu um erro: V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Perfeitamente, Sr. Presidente. eu iria, na verdade, gastar apenas cinco minutos.

É por essa razão que lembro que, todas as vezes que o Brasil investiu e quis realmente mostrar a sua capacidade, o País conseguiu. Foi assim que fizemos com o aço quando, na década de 40, começamos a investir na produção desse metal, e, hoje, somos um dos maiores produtores do melhor e mais barato aço do mundo. Hoje, somos um dos maiores exportadores de soja, depois dos Estados Unidos, certamente. Somos um dos maiores exportadores de suco de laranja. Somos grandes exportadores mundiais de calçados. Sempre que queremos investir em algum setor conseguimos a excelência naquele setor. Mas é preciso criar a oportunidade.

É por essa razão que, hoje, fiz questão de vir ao plenário do Senado da República para defender uma posição no meu Estado de Minas Gerais. O norte de Minas, onde estive neste final de semana, já foi o maior produtor de algodão do Brasil; hoje, lamentavelmente, estamos importando algodão do Paraná – para nós é uma honra muito grande porque é um Estado produtor. Por que Minas Gerais está importando algodão? Porque deixamos de produzir, não demos oportunidade para se continuar uma cultura tradicional na região.

Hoje, ao mandar um ofício a nossa Ministra de Minas e Energia e ao Presidente da Petrobras, faço um apelo, porque é do norte de Minas que vem a notícia de que temos possibilidade de encontrar petróleo na bacia do rio São Francisco. Na verdade, a Petrobras já fez um estudo na região, mas nunca revelou o que encontrou. Ela não disse se seu estudo foi ou não bem-sucedido, se devemos continuar com a esperança de, em algum dia, extrairmos petróleo ou até mesmo gás naquela região.

A verdade é que há determinadas regiões na bacia do São Francisco que ninguém arrisca acender um fósforo na água do rio, porque pega fogo. Há vários lugares em que não se pode furar um poço, porque sai gás. Isso precisa ser investigado. É preciso que a Petrobras assuma uma posição. É importante que o Ministério de Minas e Energia dê essa chance ao povo do norte de Minas, fazendo essa prospecção na bacia do São Francisco.

Precisamos investir? Devemos investir. Quem acabou esclarecendo o potencial que existe na região da bacia do São Francisco foi o pesquisador Nestor Malarde Filho, que afirma que a bacia possui o petróleo do tipo **brant**, com grande valor no mercado internacional. Ele sustenta que a jazida petrolífera é uma

das maiores do País e que há quatro empresas interessadas em começar a fazer prospecção para possível exploração.

Entretanto, segundo matéria publicada no mais importante jornal de Minas Gerais, o **Estado de Minas**, até agora a Petrobras não incluiu a bacia do São Francisco entre as suas áreas de prospecção e estudo para ver se há petróleo e gás.

Então, encaminhei esse ofício à nossa ilustre Ministra Dilma Rousseff e, também, ao Presidente da Petrobras, o ex-Senador José Eduardo Dutra, para que se faça esta prospecção na região, pois será muito importante para o povo de Minas Gerais.

Conforme eu disse, estive, neste fim de semana, na região de Montes Claros, no norte de Minas, e pudemos avaliar como seria extremamente importante para o Estado, para o norte de Minas, para todo o vale do Jequitinhonha, para região inteira na fronteira com a Bahia, se pudéssemos dizer que existe uma leve esperança de ali se encontrar petróleo ou gás, porque seria a redenção econômica da região.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Hélio Costa, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com a palavra o nobre Senador Jefferson Péres, pela Liderança do PDT.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma revista e um jornal de circulação nacional trazem matéria referente a fatos muito graves ocorridos na esfera do Ministério dos Transportes, com o próprio Ministro e um Diretor de Departamento, acusando-se mutuamente de corrupção.

A história toda é nebulosa e muito malcheirosa. Para a Diretoria de Finanças do Denit, que substituiu o DNER, um partido político indicou o nome de uma pessoa que teria sido vetada pela Casa Civil, quando se apurou que o indicado era ligado a uma empresa que prestava serviços ao Ministério dos Transportes. O Partido indicou outro nome em substituição. A pessoa foi nomeada, empossada e, depois, verificou-se que também era ligada a uma empresa que prestava serviços ao Denit. O primeiro nome foi vetado pela Casa Civil; o segundo, não. Como se não bastasse, o primeiro nome apontado e vetado, foi, no mesmo dia, nomeado, junto

com o Diretor, para o cargo de assessor no mesmo Denit. Portanto, ficaram os dois indicados.

Agora, o Diretor é demitido, e o Ministro declara que o demitiu porque ele teria achacado empresas e empreiteiras, para fazer-lhes o pagamento de dívidas pendentes no Ministério. O ex-Diretor replica e diz que corrupto é o Ministro, que teria favorecido, indevidamente, uma grande empreiteira nacional e teria furado o cronograma de pagamento do Ministério, aumentando a parcela que seria de R\$8 milhões para R\$38 milhões. Isso tudo teria ocorrido numa reunião, com a presença do Ministro, do ex-Diretor e de dois diretores da empresa, cujos nomes foram citados na matéria.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores o fato é gravíssimo, não é acusação de um jornalista, não é especulação. O Ministro acusa o ex-diretor; o ex-diretor replica acusando o Ministro, acusam-se ambos de corruptos, e o Ministro ainda joga para o Chefe da Casa Civil, Ministro José Dirceu, dizendo que o pagamento à empreiteira, a antecipação e o rompimento do cronograma foi por determinação do Ministro-Chefe da Casa Civil, que teria atendido um pedido do Governador de Pernambuco.

Sr. Presidente, não acuso ninguém. Alguém está mentido nesta história ou ambos estão falando a verdade. Espero que o Governo dê uma ampla explicação. Se não der, infelizmente não faço parte da Comissão de Fiscalização e Controle, mas faço um apelo ao meu colega, Senador Osmar Dias, que representa o PDT naquela Comissão, que convoque o Ministro dos Transportes, convide o Ministro-Chefe da Casa Civil e o ex-diretor, Sr. Pimentel, para prestar esclarecimento. Um caso desse não pode passar em branco. É incrível! Este País está ficando anestesiado. Um fato desse passado na cúpula, com um Ministro e um ex-Diretor se acusando mutuamente de corrupto e dando nome aos bois, falando até em quantias, e não se apura isso! O Governo não dá sequer uma nota! Isso merecia uma nota de esclarecimento na televisão, ou então um ato de demissão.

De forma que fica aqui o meu apelo ao Senador Osmar Dias para que convoque as autoridades citadas, a menos que o Governo dê uma explicação, até lá, cabal e convincente. Não estou fazendo prejulgamentos, mas isso não pode ficar sem apuração e sem explicação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senador Jefferson Péres, penso que, neste caso, a **notitia criminis** é muito clara.

Desculpe-me, estou como Presidente da Mesa...

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Desculpe-me voltar à tribuna, Sr. Presidente. É muito clara a **notitia criminis**. E mais: se o Ministro tem razão, e o ex-diretor achacou, ele cometeu crime de extorsão. Não basta a demissão, não; é caso de instauração de processo penal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com a palavra o Senador Osmar Dias para uma comunicação inadiável, por cinco minutos. Em seguida, a Senadora Ideli Salvatti, como inscrita.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiro, quero dizer ao Senador Jefferson Péres que aceito o apelo que faz como Líder do meu Partido; portanto, farei o requerimento que solicita em relação ao caso do Ministério dos Transportes.

Pedi para fazer esta comunicação inadiável, Sr. Presidente, tendo em vista um assunto que considero importante. Nos últimos dias, os indicadores da recessão praticamente estão marcando o noticiário nacional. A renda do trabalhador caiu 14,7% no último ano; a produção industrial, 4,3%. Prevê-se a saída de US\$2 bilhões de investimentos estrangeiros neste ano de 2003; além disso, a previsão inicial de que haveria o ingresso de US\$13 bilhões foi revista para US\$10 bilhões, portanto, uma redução de US\$3 bilhões de investimento externo.

A economia está parada, e precisamos fazer alguma coisa de forma urgente. O anúncio que fez ontem o Presidente da República sobre o Primeiro Emprego é importante, mas esse programa não vai resolver todos os nossos problemas, ao contrário. Precisamos, daqui desta tribuna, interpretar os números divulgados, e posso citar alguns índices que revelam que realmente o Brasil está iniciando um processo de recessão. Por exemplo, houve uma queda de 11% de famílias que contratam o trabalhador doméstico em relação ao ano passado, o que significa 11% a menos de emprego nesse segmento; viagens ao exterior, 36% a menos; venda de veículos, 21% a menos; computador, 7,5% a menos; planos de saúde, Sr. Presidente, 41 milhões de brasileiros antes, 35 milhões de brasileiros hoje; escolas particulares, 15% a menos...

Senadora Ideli, quando V. Ex^a estiver na tribuna, eu farei silêncio.

A inadimplência cresce, Sr. Presidente. Nas escolas, o índice já é de 8%; condomínios, 15%; cartão de crédito, 15%. Esses dados nos levam a olhar o au-

mento das tarifas. Vou dar apenas um exemplo: gás de cozinha, no plano real, 550%!

Eu recebi do Presidente da Associação Comercial e Industrial de Bandeirantes, cidade do interior do Paraná, uma sugestão, que vou apresentar como proposta nestes dois minutos que me restam. O Celso Silva, Presidente daquela Associação, solicitou-me que eu levasse ao Governo Lula essa proposta. O Simples – Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – foi instituído em 1997, classificando as empresas de pequeno porte e as empresas consideradas microempresas. De 1997 até 31/12/98, o limite de arrecadação era de R\$720 mil. Portanto, as empresas que tinham um faturamento bruto de até R\$720 mil por ano eram consideradas de pequeno porte e estavam, portanto, inseridas no Programa Simples.

No dia 1º de janeiro de 1999, o Governo anterior alterou os limites dessa arrecadação, passando para até R\$120 mil as microempresas e até R\$1,2 milhão as pequenas empresas. Aquelas que se enquadram nesses limites de faturamento, gozam, portanto, dos benefícios tributários do Simples.

Só que, de lá para cá, Sr. Presidente, o IGPM foi corrigido em 80% aproximadamente. Então, esses valores estão absolutamente defasados.

Se o Governo quer gerar empregos, se o Governo quer fazer com que a economia cresça e quer promover o desenvolvimento – aliás, o Presidente Lula já adiou aquele espetáculo do crescimento econômico para mais seis meses –, dá para fazer algo importante neste segmento que gera 60% dos empregos no País, as micro e pequenas empresas. Acredito que, se o Governo Federal corrigir, ao nível do IGPM, em 80%, portanto, de 1º de janeiro de 1999 até agora, estaríamos proporcionando que as micro e pequenas empresas pudessem crescer, sem a preocupação do limite de R\$1,2 milhão.

Portanto, Sr. Presidente, estou propondo que o Governo Federal corrija este limite, que hoje é de R\$1,2 milhão, para R\$2,160 milhões. Todas as empresas que tiverem esse faturamento serão consideradas de pequeno porte e serão tributadas segundo o Programa Simples. Do jeito que está, as microempresas e as empresas de pequeno porte estão sendo freadas no seu crescimento, e assim estamos estimulando a sonegação e a informalidade – e isso não combina com geração de emprego.

Para registrar mais trabalhadores, para haver mais trabalhadores com carteira de trabalho, Sr. Presidente, é preciso ampliar os limites do Simples e, dessa

forma, não cercear o crescimento das empresas e incluir mais gente no mercado formal de trabalho.

É a proposta que deixo ao Presidente Lula, que, acredito, pode ajudar neste momento de crise. Repetindo, recebi essa sugestão do Presidente da Associação Comercial e Industrial de Bandeirantes, Celso Silva, e transformei-a numa proposta que já encaminhei ao Presidente Lula.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com a palavra a próxima oradora inscrita, Senadora Ideli Salvatti, por vinte minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente peço desculpas ao Senador Osmar Dias por talvez ter me excedido no tom. Mas quero deixar aqui registrado que a situação é muito complicada, porque nos inscrevemos para falar, cumprindo as regras, e, depois, começam as comunicações inadiáveis, que, de tantas, acabam não permitindo que os inscritos falem.

No início da sessão, como ontem, estavam alternando um Senador inscrito e uma comunicação inadiável, mas, por coincidência, quando chegou a minha vez, houve quatro comunicações inadiáveis na minha frente.

Era o registro que queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senadora Ideli Salvatti, peço licença a V. Ex^a para prestar um esclarecimento: essa intervenção inicial não será computada no tempo do seu pronunciamento.

Os Líderes têm precedência, em qualquer tempo. Estamos respeitando as comunicações inadiáveis, intercalando-as com os discursos. Se V. Ex^a quiser, posso repetir os nomes.

Eu sugeriria a V. Ex^a que apresentasse um projeto de resolução para que não se permitissem mais comunicações inadiáveis ou manifestações de Liderança. Nesse caso, a decisão ficaria com o Plenário.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Senadora Ideli Salvatti, para citar um exemplo, há poucas semanas, eu era o primeiro inscrito na lista de oradores e não falei até o final da sessão, tal o acúmulo de Líderes e de comunicações inadiáveis.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Considero importante que essa questão seja levantada, Senadora Ideli Salvatti.

Senador Roberto Saturnino, naquele dia, pedi desculpas, pois reconheci o que ocorreu a V. Ex^a.

Creio que esse protesto vale a pena, para que todos se sensibilizem e passem a colaborar, e seja garantido o direito dos inscritos, que ficam aqui na ex-

pectativa de falar. Isso depende da consciência de cada um.

Espero que esse apelo de V. Ex^{as}, Senadora Ideli Salvatti e Senador Roberto Saturnino, tenha repercussão entre os Srs. Senadores.

Continua com a palavra a Senadora Ideli Salvatti. Não serão descontados dois minutos do tempo de V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Muito obrigada, Sr. Presidente, inclusive por não descontar no meu tempo.

Ontem, houve um debate a respeito de uma portaria do Ibama que acabou trazendo conseqüências para a pesca artesanal. E, lá em Santa Catarina, a repercussão é bastante grave junto aos nossos pescadores.

Amanhã, teremos uma audiência com o Presidente do Ibama, juntamente com o gerente regional do Ibama de Santa Catarina, e espero que possamos ver atendida a reivindicação dos pescadores artesanais do meu Estado e de todo o Brasil.

Na verdade, inscrevi-me para falar sobre o espetáculo do crescimento, expressão utilizada pelo Presidente Lula que revela desejo e anseio que não é apenas de Sua Excelência, mas, tenho certeza, de toda a população brasileira.

A palavra crescer tem um significado muito forte. Todos nós desejamos, obviamente, crescer, crescer e crescer. Entretanto, no nosso Brasil, esse crescer tem que vir, obrigatoriamente, acompanhado da distribuição e da inclusão, porque já aconteceu, inúmeras vezes, de este País crescer e não haver distribuição. Ou seja, o bolo cresce, mas não é dividido.

Creio que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem essa obsessão do crescimento, mas também a obsessão da inclusão. É por esse motivo que inúmeras ações do Governo têm esse viés. Ontem, desta tribuna, iniciei uma exposição, mas, infelizmente, não pude terminar de citar o leque de ações que vêm sendo desenvolvidas pelo Governo com essa lógica da inclusão, da distribuição e, principalmente, da geração de oportunidades. Fiz também referência à agricultura familiar: a renegociação da dívida dos pequenos agricultores e, pela primeira vez, dos assentados da reforma agrária, a possibilidade de crédito, agora apresentada no Plano Safra, para a agricultura familiar, o que ampliou significativamente os recursos e simplifica o acesso dos agricultores a esse crédito, por meio do Cartão Pronaf, abrindo possibilidades para segmentos que sempre foram excluídos, como a mulher trabalhadora rural e o jovem trabalhador rural.

E outros projetos na linha da alocação de recursos para a inclusão, como o Programa Brasil Alfabeti-

zado, cujos recursos estão disponibilizados no Ministério da Educação e convênios estão com prazo prorrogado até o dia 15 de julho, para que sejam assinados e possam vir para os Estados e Municípios, a fim de possamos erradicar o analfabetismo.

Há ainda projetos como o Volta para Casa, do Ministério da Saúde, que aloca recursos para que pessoas com sofrimento mental, que estão praticamente abandonadas, jogadas, recebendo tratamento precário nos manicômios, nos hospitais psiquiátricos, possam ter a possibilidade de se incluir novamente na família. E há o Programa Primeiro Emprego, lançado ontem, a que o Senador Eduardo Suplicy se referiu aqui da tribuna; e o Projeto de Microcrédito, de Conta Fácil, de Cooperativa de Crédito, visando exatamente a dar oportunidade de crédito a algo em torno de 25 milhões de brasileiros, que nunca tiveram acesso a qualquer instituição financeira.

O viés de crescimento sob a ótica da distribuição e da inclusão é uma marca do Governo Lula. E é muito importante que nós tenhamos isso claro, na forma concreta das ações que vêm sendo desenvolvidas.

Quando se fala em crescer, crescer, crescer, há também a necessidade de que o crescimento seja sustentado, tenha sustentabilidade. Que não se trate apenas de bolhas de crescimento.

Quando o Presidente Lula fala em espetáculo do crescimento, eu, que gosto muito de música, de festa e de dançar, fico pensando que o espetáculo do crescimento não pode ser um samba de breque, Senador Roberto Saturnino. Não pode ser aquele bom samba de breque, que vai e pára, por melhor e mais bonito que seja. O espetáculo do crescimento tem que ser uma belíssima sinfonia, harmoniosa, tem que integrar todos os segmentos da orquestra, ter longa duração e não sofrer interrupções.

É esse espetáculo do crescimento, igual a uma sinfonia, que entendo o Governo Lula está se propondo a fazer: respeitoso, harmonioso, integrado e de longa duração.

Temos acompanhado o longo debate a respeito dos juros: "Os juros têm que cair!" É óbvio que é necessário que os juros caiam, baixem. O juro adequado tem a função do violino na orquestra da sinfonia: tem que fazer a sustentação de todo o andamento e de toda a harmonia musical. Só baixar os juros é insuficiente. Vou dar exemplo disso: se não houver sustentação na infra-estrutura não adianta baixar os juros. Tivemos exemplo concreto dessa situação recentemente. O nosso agronegócio tem crescido de quatro a cinco vezes o crescimento do PIB. No ano passado, chegou perto de 7%, quase quatro vezes o cresci-

mento do PIB nacional. O que acontece com o agro-negócio? As estradas não comportam o escoamento da produção, porque 80% delas estão em estado precário. Elas não sustentam, não agüentam, não têm estrutura para o escoamento da safra.

Além disso, os portos também não comportam mais o volume da exportação. Há poucos dias, no Paraná, formou-se uma fila de caminhões, para entrada no porto de Paranaguá, a fim de se exportar a produção de grãos que chegava na periferia da Capital. Essa fila media algo em torno de 60Km a 70Km.

Se não houver investimentos em infra-estrutura, na melhoria das estradas, dos portos e das ferrovias, na integração e na intermodalidade de transportes no nosso País, juntamente com a queda dos juros, vai se formar um gargalo e não haverá como se escoar a produção crescente.

Segundo os dados, que são muito claros, para recuperarmos a malha viária deveríamos investir algo em torno de R\$7,5 bilhões anuais, a fim de recuperarmos o prejuízo dessas décadas em que toda a nossa infra-estrutura, a nossa malha rodoviária e ferroviária, foi absolutamente sucateada.

Estamos adotando algumas medidas de descontingenciamento, e os Ministérios dos Transportes e de Minas e Energia foram dos primeiros a serem beneficiados, exatamente para que esse segmento, fundamental para desafogar o gargalo do crescimento, pudesse ter acompanhamento harmonioso dentro da orquestra.

Sem investimento em energia, não adianta apenas se baixarem os juros, e quanto a isso temos experiência acumulada em período bem recente. A simples mudança na taxa cambial depois da reeleição do Fernando Henrique, em que o dólar e o real passaram a ter uma relação mais compatível com a realidade econômica do nosso País, deu margem a um crescimento que acabou por nos levar ao racionamento, ao "apagão". A infra-estrutura de energia instalada não foi suficiente para aquela pequena bolha de crescimento.

Portanto, baixar os juros sem que haja investimentos adequados em energia elétrica, em combustível e em toda a infra-estrutura necessária para sustentar o crescimento também não vai adiantar.

A competente Ministra Dilma Rousseff, que muito orgulha as mulheres brasileiras, está ultimando o plano de reestruturação do setor. Todos sabemos que o processo de privatização do setor elétrico foi um desastre e desestruturou totalmente esse segmento importante para o desenvolvimento brasileiro. Estamos buscando autonomia quanto ao petróleo, e a Ministra

Dilma Rousseff está trabalhando incansavelmente para obter a redução do preço do gás de cozinha, que é devastador para a economia das famílias de baixa renda. Tudo isso tem ligação com o desenvolvimento.

Os dados apresentados pela Confederação Nacional de Indústria indicam que o Brasil deveria estar investindo R\$50 bilhões anuais em energia elétrica, petróleo, gás, saneamento básico, ferrovias, hidrovias e portos. Esse seria o investimento mínimo para haver sustentabilidade no nosso processo de desenvolvimento e crescimento.

Além da infra-estrutura e da energia, para que essa orquestra funcione na sinfonia necessária para o espetáculo do crescimento, também é necessário haver crédito. O Brasil é um dos raros países onde o sistema financeiro oferta a bagatela de 20% a 25% de seus recursos. Em todos os outros países decentes, em desenvolvimento, a oferta de crédito chega quase à totalidade dos recursos do sistema financeiro. Assim, esse gargalo do crédito afeta gravemente toda a perspectiva de crescimento, que não pode ocorrer sem financiamento.

Sabemos que, infelizmente, pela estrutura econômica herdada, pela necessidade de rolar sistematicamente a dívida pública, o Governo acaba sendo o grande captador da poupança externa e que o sistema financeiro repassa para o próprio Governo o maior volume dos recursos disponíveis, sobrando muito pouco para financiamento e empréstimos para a iniciativa privada e para as pessoas físicas.

Precisamos sair desse gargalo, mas isso não acontece da noite para o dia, pois deve haver o equacionamento da rolagem da dívida, que não é algo simples de ser feito. No entanto, se isso não ocorrer, se a oferta de crédito não aumentar, não poderá haver crescimento sustentável.

Algumas medidas estão sendo tomadas, como o microcrédito, a abertura de empreendimentos para cooperativas de crédito e o aproveitamento de 2% do compulsório, obrigatoriamente, para o microcrédito, pois, caso contrário, o dinheiro deverá ser deixado no Banco Central. Todas as linhas de crédito abertas são revistas pelo BNDES, que mudou a sua postura e o seu objetivo, deixando de ser o banco que financiou a privatização e voltando a ser aquele que financia o desenvolvimento. Isso é importante, porque esses financiamentos estão sendo dirigidos exatamente para segmentos estratégicos da economia, para cadeias produtivas que tenham como viés a contratação de mão-de-obra.

Ações desencadeadas no último período pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica destinam-se a

provocar a baixa do **spread** e a abrir concorrência efetiva na oferta desse recurso para se poder financiar.

A Caixa Econômica está tomando algumas medidas para beneficiar a classe média, que, no ano passado, perdeu 15% da sua renda. São medidas como a redução das taxas de juros de várias operações de crédito que atendem, sobretudo, a classe média. Serão cortados os juros do penhor, pois 51% dos que utilizam essa linha ganham entre 5 e 20 salários mínimos por mês; dos financiamentos a aposentados; dos empréstimos a trabalhadores que pagam as prestações por meio das folhas de salários e dos créditos a micro e pequenos empreendimentos, de pessoas que ficaram desempregadas e abriram o próprio negócio. A Caixa Econômica entrou ofensivamente na linha de crédito para facilitar a vida da classe média, criando uma concorrência e uma situação obrigatória também para outros bancos, numa disputa entre a própria Caixa e o Banco do Brasil.

Conforme informações prestadas pelo nosso Ministro Antônio Palocci, que hoje esteve reunido com a Bancada governista, está sendo ultimado um procedimento para que, por intermédio das centrais sindicais, se permita o empréstimo com desconto em folha de maneira ampla e generalizada, aquele em que não há risco para o sistema financeiro e que permite aos que estão empregados sair do sufoco, com juros bastante reduzidos frente ao mercado.

Esses são, sob o meu ponto de vista, os condicionantes para o crescimento, para que a orquestra funcione, para que a sinfonia seja harmoniosa e realmente agrade aos ouvidos da maioria da população brasileira. Deve-se trabalhar para baixar os juros, sim, mas se investindo em infra-estrutura, em energia, em oferta de crédito e – como educadora, eu não poderia deixar de ressaltar – em educação, pois, com as taxas de escolaridade que possui, o Brasil não pode oferecer sustentação para o crescimento.

No meu Estado, houve situações que deram uma demonstração inequívoca de que a educação e o ensino profissionalizante, absolutamente sucateado, são determinantes para o crescimento.

Com a mudança no câmbio, o que permitiu que novamente as exportações crescessem – o setor têxtil foi um dos beneficiados, e Santa Catarina é um dos grandes exportadores nesse setor –, há até hoje déficit de mão-de-obra qualificada para dar conta do crescimento das indústrias têxteis em todo o vale do rio Itajaí. E esse é um problema que vamos ter em inúmeros outros setores na hora em que o espetáculo do crescimento vier a ocorrer. Vai faltar mão-de-obra qualifica-

da, faltarão pessoas com escolaridade à altura para desempenhar e tocar na orquestra do crescimento.

Quero terminar com alguns bons sinais, porque tem gente dizendo que o espetáculo do crescimento é só otimismo do Presidente, que não vai acontecer, que vai ser prorrogado, protelado, que ninguém sabe quando começa. Mas estão aí os bons sinais. Iniciamos a curva descendente dos juros, na última reunião do Copom, e a queda da inflação não sofreu modificação. Ou seja, essa inflexão dos juros faz com que não haja preocupação de continuidade porque a inflação continua respondendo na linha de cair. As projeções para o ano que vem, feitas por inúmeros estudiosos, inclusive pelo próprio setor empresarial do País, apontam a perspectiva concreta de termos uma inflação em torno de 4%, em vez da meta de 5,5%; portanto, uma projeção de inflação abaixo da meta estabelecida pelo Governo.

A outra questão é que, conforme veiculado pelo **Jornal do Brasil** de ontem, vários projetos de investimentos estão sendo retirados da gaveta, algo em torno de quase US\$12 bilhões. São projetos do tipo da Alcoa, para expansão, nova fábrica e geração de energia; da Aracruz, para construção de fábrica da Veracel, na Bahia, e compra da Riocell; da Arcelor, para ampliação de fábricas; da Petrobras, para expansão da malha de gasodutos; da Fiat, para a linha de caminhões pesados, ônibus e renovação da linha de automóveis; da Toyota, para o desenvolvimento de um novo modelo; da Iberoostar, para empreendimento imobiliário na Bahia; da Peugeot, para investimentos gerais e novo modelo; da V&M do Brasil, para expansão; da Volvo, para expansão; da Yamaha, para nova linha de montagem; e outros mais, num total de US\$12 bilhões de investimentos em projetos que estavam na gaveta e começam a ser implementados. São os bons ventos, os bons sinais na perspectiva da volta do crescimento.

Quero aqui registrar que sou Palocci de carteirinha, em termos de política econômica. Está aí uma demonstração clara de que S. Ex^a está correto, de que está promovendo as perspectivas seguras para que o Brasil retome o crescimento sem perda do controle da economia. O superávit tão rígido que se obteve no primeiro semestre – além inclusive do compromisso – vai permitir que, no segundo semestre, possamos ter um afrouxamento no superávit primário. Com isso, vamos poder ter desafogo, inclusive com a liberação de recursos para inúmeros Ministérios – o que para todos nós é muito importante – e para obras em todos os Estados e em todos os Municípios brasileiros. E há uma perspectiva de entrada na economia,

até o final do ano, de R\$20 bilhões, com os quais serão feitos desde o reajuste dos aposentados, com o IPC pleno de 19,71%, até a questão do pagamento das diferenças do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e a restituição do Imposto de Renda. Ou seja, R\$20 bilhões que entram na economia junto com o desafogo do superávit primário, muito arrochado no primeiro trimestre, mas que vai desafogar, com certeza, no segundo, darão plenas condições para que o espetáculo do crescimento seja efetivamente harmonioso e de longa duração, como nós todos queremos nesta sinfonia da reconstrução do Brasil.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao nobre Senador Renan Calheiros, como Líder do PMDB; em seguida, o Senador João Capiberibe.

V. Ex^a tem a palavra por cinco minutos.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, exaltada como a base dos valores da sociedade moderna, sinalizadora da estabilidade das instituições democráticas, pela sua dimensão e importância, e núcleo maior da formação de opiniões e idéias em qualquer grupo social, a classe média não só está se proletarizando e se aviltando, como é hoje depositária da frustração de sonhos e de esperanças de boa parte da população brasileira.

Não há – e é importante fazer esta constatação – estabilidade das instituições democráticas, respeito à cidadania e desenvolvimento social equilibrado sem uma classe média forte. Talvez seja esse o principal segredo da sociedade norte-americana.

Há algumas décadas, o sonho de qualquer família da classe média brasileira, na busca de ascensão e reconhecimento social, era ver seus filhos escolherem carreiras que lhes dessem segurança, prestígio e boa remuneração. Durante o regime militar, a ampliação do papel do Estado e a modernização da economia favoreceram tremendamente o acesso de técnicos a postos de relevância bem remunerados na estrutura do governo e fora dele. A classe média viveu seu auge com a explosão de oportunidades e remunerações que não ficavam a dever às remunerações das nações desenvolvidas.

Por outro lado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, programas governamentais dito populares, como os de habitação, favoreceram muito mais a classe média do que o proletariado. O final da década de sessenta e seus anos dourados – dos setenta – permitiram à classe média brasileira acesso a bens materiais e culturais que lhes garantiam uma vida

condigna e confortável. Com a crise da economia e do Estado, nos anos oitenta, com a falência do Sistema Financeiro de Habitação e com o rebaixamento dos salários no setor público, a classe média perdeu, sem dúvida, muito do poder de compra e passou a viver um amplo processo de aviltamento.

Nenhuma outra parcela da população foi tão afetada quanto a classe média, a camada social que se espreme entre os poucos que têm muito e a maioria que tem muito pouco, quase nada. Para ela, a perda chegou a mais de 30% do rendimento familiar nos últimos cinco anos. A classe média perdeu, sem dúvida nenhuma, referências. Foi afastada para a periferia das cidades. Tirou o filho da escola particular e passou a curtir a angústia de um orçamento cada dia mais estreito. O número de alunos em escolas particulares foi reduzido em 15%, desde 1997.

Marcada por um certo ressentimento diante de aposentadorias que se corroeram, do rigor do fisco, do acesso mais difícil a bens culturais e de um salário que humilha, a classe média, hoje, busca uma saída. A única alternativa viável tem sido aberta para aqueles que têm um potencial empreendedor e hoje se arriscam a abrir o seu próprio negócio. A renda média dos brasileiros vem baixando progressivamente. Caiu 14,7% do ano passado para cá.

De acordo com recente reportagem da revista **Veja**, embora represente 23% dos brasileiros, a classe média compra metade dos remédios vendidos em farmácia, 55% do volume comercializado nos supermercados e adquire 90% dos aparelhos de televisão comercializados no País. A venda de veículos, segundo Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, caiu 21% nos últimos seis anos. Esse mesmo movimento está acontecendo, por exemplo, com os planos de saúde. Entre 1999 e 2003, o número de usuários dos planos de saúde caiu de 41 milhões para 35 milhões de pessoas. É claro que isso afetou as empresas, que trataram de demitir.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por que algumas idéias não poderiam ser objeto de discussão, por parte do Governo, para suavizar a sua situação? Por que o imposto de renda da classe média não poderia acolher, como dedução, gastos com serviços domésticos, desde que trabalhadores domésticos tivessem regularizada a sua situação previdenciária? Por que o contribuinte previdenciário não poderia destacar da contribuição para o INSS algo como um percentual para que ele optasse pelo seguro de saúde privada? Calcula-se que mais de um milhão de empregados domésticos – um milhão e duzentos, um milhão e trezentos – não contribuam para a Previdên-

cia nem tenham sua situação regularizada pelos seus empregadores.

Por que, Sr. Presidente, não se amplia o crédito educativo para o ensino médio e se abre espaço à classe média? Por que não se restabelece um programa de financiamento aos recém-formados profissionais? Por que não se garante o acesso ao financiamento de salas, lojas e espaços para pequenas indústrias e outras atividades à classe média, em prazo semelhante ao financiamento da moradia?

Sr. Presidente, a classe média paga, sim, muito imposto. O Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário realizou um recente estudo, mostrando que a carga de impostos sobre a população brasileira chegou a 41% do PIB, no primeiro trimestre de 2003. Dezoito anos atrás, pagavam-se 20% do PIB em impostos. Mas esses valores não contam toda a verdade. Desnecessário lembrar que os serviços oferecidos à sociedade – aí incluídos desde a prestação jurisdicional até a educação pública – são de qualidade insatisfatória. Quando se fez o aperto de consumo para salvar o balanço de pagamentos – como a redução nos prazos de financiamento de veículos – quem foi mais afetado? O pobre, que não compra de jeito nenhum? O rico, que paga à vista? A classe média, que está totalmente desassistida.

Além disso, apesar da privatização de empresas públicas, quem custeia hoje os investimentos em telefonia, siderurgia, mineração, bancos, eletricidade e pedágios é a população. Os impostos deveriam ter diminuído com as economias da venda das estatais, mas isso não aconteceu. Outro detalhe é que todo contribuinte de classe média tem de pagar, a cada ano, de 15% a 20% sobre a inflação real – não a medida pelos índices oficiais – que corrói seu poder de compra. E vale lembrar que desde 1994 não se corrige mais a Tabela do Imposto de Renda, apesar dos esforços que fizemos nesta Casa do Congresso Nacional.

Como a taxação da renda chegou ao limite do politicamente aceitável, estudiosos estão recomendando taxar o patrimônio da classe média via outro imposto. Sem falar que ninguém mais questiona os incessantes aumentos do IPTU, do IPVA e até da CPMF. E tem mais: embora dívidas do Governo não sejam consideradas impostos, elas são recursos que o Governo gasta hoje e que a sociedade terá de saldar amanhã, com impostos futuros. Essas dívidas aumentaram, nos últimos anos, entre 2% e 4% ao ano, segundo estimativas. Mais um caso comprovado de que quem paga é a classe média. Além dos impostos, a classe média teve de aprender a assumir os gastos com a saúde da família, educa-

ção, segurança pública e previdência privada – todas antes funções do Estado –, que, segundo o mesmo Instituto Tributário, aumentaram para 30% do PIB. Na Suécia, onde os impostos são elevados, o Governo devolve esse valor em serviços. Mas isso, no Brasil, é claro, não tem acontecido.

Essas, sem dúvida, são algumas reflexões que poderiam merecer análise e avaliação sobre a forma de viabilizar os anseios da classe média, sem doação ou postura paternalista por parte do Governo. Alguns Governos Estaduais estão isentando funcionários públicos do pagamento do IPTU. É uma forma de salário indireto que alivia o orçamento familiar. E se fosse reduzido, ou até isentado, por exemplo, o IPVA para um único carro da família, poderíamos, assim, melhorar um pouco mais a vida da desditosa classe média no Brasil.

Antes de encerrar, eu queria dizer a V. Ex^a que, por ocasião da reforma tributária, que brevemente chegará a esta Casa do Congresso Nacional, estamos estudando a possibilidade de propor uma emenda para que os aposentados por invalidez e por idade possam deduzir dos gastos, com amparo no seu imposto de renda, as despesas com remédio de uso continuado. Sem dúvida, seria uma grande contribuição que esta Casa do Congresso Nacional poderia dar a essa discussão, a essa reforma importante, cujo aspecto social precisa também ser ressaltado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com a palavra o Senador João Capiberibe, como último inscrito, para uma comunicação urgente.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de registrar a presença entre nós do Prefeito Leopoldo Machado, do Município de Itaubal do Piriirim, que teve zero de mortalidade infantil no ano passado.

Sr. Presidente, investir na construção do conhecimento técnico-científico na Amazônia é uma questão de soberania nacional. Tenho dito que o que nos ameaça na Amazônia, 61% do território nacional, é a negligência em relação às políticas públicas nacionais para aquela região.

Ao longo da história, o Governo Federal tem governado de costas para a Amazônia. E neste Governo, muito recentemente, temos tido conquistas importantes que têm que ser destacadas. Conquistas no

que diz respeito às nossas universidades. Temos as universidades mais precárias do País na Amazônia. E a nossa luta, que reúne toda a Bancada de Senadores e Deputados da Amazônia, no sentido de se resolver o problema da universidade começa a frutificar.

Gostaríamos, neste momento, de agradecer ao Ministro Cristovam Buarque, que aquiesceu a uma solicitação para destinar um número de vagas diferenciado para as universidades do Amapá, de Roraima, de Rondônia e do Acre. Pela primeira vez, artifice, fez uma equação diferenciada, colocando os professores tão solicitados pelos nossos reitores. Gostaria de manifestar aqui a nossa alegria e satisfação em reconhecer em Cristovam Buarque um Ministro comprometido com a redução das desigualdades regionais, porque é na construção do conhecimento que vamos poder reduzir essas desigualdades e transformar ciência, conhecimento em tecnologia.

Gostaria também de agradecer uma outra ação fundamental, no mesmo sentido, que é a do Ministro Roberto Amaral, da Ciência e Tecnologia, que acaba de assinar com a USP um convênio para fornecer bolsas para que os doutorados, o aprimoramento, a qualificação, a especialização sejam feitos na Amazônia, para que possamos fazer os doutorados na região, nas nossas universidades, no Amapá, em Roraima, no Acre e em Rondônia.

Quero informar que no dia 10 de julho, lá em Rio Branco, teremos um encontro dessas universidades e o Ministério da Ciência e Tecnologia, com a presença do Ministro Roberto Amaral e de sua equipe, destinada a discutir a formação de grupos especializados em ciência e tecnologia em cada universidade, a fim de que possamos dividir a tarefa do desenvolvimento tecnológico na região. Esse foi apenas o início. Conquistar os professores necessários para que as universidades funcionem ainda este ano foi um passo adiante. É evidente que precisamos continuar diferenciando as regiões que padeceram, ao longo da história do País, de exclusão nas políticas do Governo Federal, principalmente no que diz respeito aos investimentos na área do conhecimento.

Portanto, Sr. Presidente, gostaria de manifestar a minha alegria e a de todos os membros da Bancada de Senadores e de Deputados que há um mês e meio esteve com o Ministro Cristovam Buarque e com reitores, ocasião em que colocamos o pleito fundamental a fim de fazer funcionar as universidades ainda este ano, pois careciam de professores, fator fundamental que felizmente conquistamos.

Era a comunicação e o agradecimento que gostaria de fazer da tribuna do Senado Federal ao Ministro Cristovam Buarque e ao Ministro Roberto Amaral.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com a palavra o Senador Roberto Saturnino. S. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, escutei desta tribuna ainda hoje – e a isso se referiu o Senador Osmar Dias – que a economia brasileira está parada. Efetivamente está parada. E está parada porque foram tomadas decisões de natureza política, com a elevação da taxa de juros aos patamares estratosféricos em que se encontra, para frear a inflação e as importações, a fim de gerar saldos cambiais maiores. Foi uma política aplicada no primeiro semestre deliberadamente e que produziu os efeitos esperados. Não há nenhuma surpresa.

A partir do segundo semestre, Sr. Presidente, pelas indicações que se têm, pelas declarações dos responsáveis governamentais pela política econômica, mudam os ventos. É claro que mudam os ventos, mas os efeitos não aparecerão imediatamente, pois o processo econômico tem essa natureza. Custam a aparecer os efeitos, mas surgirão. O Brasil voltará a crescer e provavelmente ainda ao final deste segundo semestre.

O importante é observar que esse crescimento novo será de uma qualidade diferente da que estavam acostumados os brasileiros historicamente. Será um crescimento, primeiramente, autônomo, não dependente de variações ou julgamentos do mercado financeiro internacional a respeito da economia brasileira, e não dependerá das decisões espontâneas ou “livres” do mercado. Será um crescimento induzido por investimentos públicos, por ação estatal, por presença e decisão política do Estado brasileiro; e um crescimento autônomo, independente dos humores e dos julgamentos internacionais a respeito do Brasil.

Para isso, as medidas de contenção das importações e de estímulo às exportações foram tomadas. Nós tivemos, neste primeiro semestre, saldos comerciais que, há mais de 10 anos, o Brasil não conhecia. O Brasil já conheceu esses saldos, mas eles foram liquidados exatamente por uma política desastrosa ainda, mas muito louvada e sustentada pelo Governo passado, que foi o da âncora cambial, com a abertura indiscriminada da economia brasileira, que liquidou os saldos e criou déficits gigantescos que nos leva-

ram a essa situação de dependência, da qual só agora estamos começando a sair, porém com indícios muito auspiciosos de que essa saída é sólida e definitiva. Gerar um saldo comercial de US\$10 bilhões num semestre e fechar o semestre sem necessidade de um centavo de dólar de financiamento externo para saldar nossas contas é um feito que merece registro. É fruto de um sacrifício imposto ao consumo interno brasileiro. E estamos aqui exatamente para afirmar isto: foi deliberada a política de contenção da economia, por meio da elevação dos juros e da política fiscal rígida, para criar essa situação de autonomia.

Teremos crescimento induzido, não o crescimento esperado das decisões do mercado. Para isso a economia brasileira teria de ser generosa com o mercado para que este, então, resolvesse fazer investimentos produtivos no Brasil. Não é assim: os investimentos produtivos serão induzidos pelos investimentos públicos, em parceria com investimentos privados, é verdade, mas investimentos em infra-estrutura, investimentos impulsionadores da nossa economia.

Há uma segunda mudança de natureza da economia, que também não é fácil de ser compreendida por brasileiros que estiveram, há mais de 10 anos, submetidos a essa cantilena do pensamento único, segundo o qual aquela diretriz de política econômica era a única possível. A verdade é que não é. A segunda mudança de natureza da economia é a garantia da distribuição mais equitativa dos frutos do trabalho entre todos os brasileiros, isso é, a garantia da distribuição com crescimento.

Não quero referir-me só ao Programa Fome Zero, Sr. Presidente, ou ao Programa Primeiro Emprego. Creio que são programas importantes, mas desejo me referir a outras decisões que têm uma natureza mais estrutural: a de trazer à economia brasileira os seus excluídos. É preciso incluir uma grande parcela de brasileiros excluídos, microinvestidores e microconsumidores que estão à margem, sem qualquer possibilidade de participar da economia.

A Senadora Ideli Salvatti ressaltou bem que haverá um apoio mais decidido à agricultura familiar, à multiplicação dos instrumentos, dos institutos ligados ao microcrédito. Será dada a possibilidade de obtenção de crédito pelas pessoas sem praticamente nenhuma exigência, senão a apresentação da Carteira de Identidade. Enfim, a criação de microinvestimentos, estimulados por políticas governamentais estabelecidas para esse fim, vai multiplicar por mil – em uma estimativa que me ocorre pelos números que ouvi – o que se fazia em matéria de microcrédito neste País. Tudo isso vai associar à economia uma multi-

dão de 30 milhões de brasileiros que estavam excluídos, sem qualquer possibilidade de acesso a um banco, sem poderem entrar em um banco como pretendentes ao levantamento de uma pequena quantia.

Houve, então, a decisão de criar esse fundo de miniinvestidores, capitaneado pelo BNDES, isto é, de criar no mercado de capitais mesmo uma participação maior do cidadão que estava completamente excluído de qualquer tipo de participação de natureza econômica. Enfim, Sr. Presidente, são decisões que vão marcar uma nova qualidade da economia brasileira, mais acessível ao cidadão comum, que estava, como já disse, completamente excluído das regras de mercado.

A economia brasileira não será mais submetida à ditadura do mercado. Chega dessa subserviência de tudo fazer pelo mercado em matéria de concessão, de tudo conceder ao mercado, de as decisões mais fundamentais da nossa economia estarem à mercê do mercado, sem que o Governo tivesse nenhuma participação, porque era pecado mortal, de acordo com o chamado Consenso de Washington, que foi seguido pela política neoliberal. Tudo devia ser privatizado e passado ao mercado. Privatizações acabaram, e a ditadura do mercado acabou. Definitivamente, vamos ter crescimento induzido por investimentos do Estado, por decisão do Estado, da sociedade, por intermédio do Estado democrático, por políticas que vão sendo estabelecidas pelo Governo.

Nessa mesma lógica, Sr. Presidente, refiro-me agora a uma questão muito importante, que diz respeito ao setor de ciência e tecnologia, setor extremamente criativo de caminhos e rumos do processo de desenvolvimento de um país. Há alternativas e possibilidades de desenvolvimento científico e tecnológico que favoreçam, precipuamente, as grandes empresas, as corporações multinacionais e, paralelamente, as nacionais voltadas muito especialmente para a exportação, o que é, na realidade, um chamamento enorme, tendo em vista a necessidade de continuarmos produzindo saldos importantes na balança de pagamento.

Mas há um outro caminho, que é utilizar o desenvolvimento da ciência e tecnologia para, além de aumentar as exportações, enfrentar e resolver os problemas cruciais, básicos, fundamentais da vida da população brasileira, da população de um país. Até agora isso não foi feito, mas, de agora para frente, passará a ser feito, conforme declarações de representantes do Governo em geral e muito especialmente do Ministro de Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral.

Sr. Presidente, no meu pronunciamento, peço a transcrição na íntegra de um discurso muito importante feito pelo Ministro Roberto Amaral na reunião da Academia Brasileira de Ciências, em 04 de junho de 2003, por ocasião da posse do professor Celso Furtado naquela Academia. É um discurso importante e antológico, Sr. Presidente, razão por que peço a sua transcrição em Ata. É um discurso longo, e não daria tempo, de forma alguma, de lê-lo em sessão, mas leirei pequenos trechos em que o Ministro Roberto Amaral sugere a reflexão sobre a responsabilidade ética do pessoal que lida com ciência e tecnologia, dos cientistas e dos tecnólogos brasileiros diante do mundo e da realidade do País.

Diz o Ministro, textualmente:

Às vezes nos esquecemos de que, neste País de desigualdades, só estamos aqui – a minoria que somos – graças à grande massa que permanece lá fora.

Essa é a distinção entre incluídos e excluídos do processo.

Continua o Ministro:

São as grandes massas que estão financiando a universidade brasileira. Hoje os investimentos em educação, ciência e tecnologia são suportados pelo Poder Público em algo como 80%. E o Poder Público são os impostos pagos por aqueles que jamais entraram e entrarão em uma universidade e cujos filhos também jamais entrarão em uma universidade pública.

Trata-se dos impostos indiretos, que são pagos pela totalidade da população, que não são impostos progressivos e discriminados, que são indiscriminados e pagos por toda a massa de excluídos brasileiros para sustentar exatamente essas instituições a que o Ministro se refere.

Adiante, diz:

É a partir dessas reflexões que estamos pensando a ciência e a tecnologia da mudança. Queremos uma política de ciência e tecnologia a serviço do País.

O Ministro passa a expor cinco mudanças que norteiam a atual administração do Ministério. A primeira de todas é a mudança humanística, essencial, fundamental. Sobre ela, o Ministro diz:

Quero dizer que, para nós do Governo do Presidente Lula, a ciência e a tecnologia não são uma categoria per se, não se

auto-homologam, não se autolegitimam, mas se justificam, se legitimam quando podem responder a que vieram, a que e a quem servem, a que projeto de País, a que projeto de sociedade. Do nosso ponto de vista, ciência e tecnologia são o instrumento fundamental para a construção de uma nova sociedade, livre da concentração, da injustiça social e do autoritarismo e, evidentemente, da dependência externa.

Depois, o Sr. Ministro fala sobre a segunda mudança decorrente dessa visão ética e humanística, para que a tecnologia seja a transformação do projeto de exclusão num projeto de inclusão dessas enormes massas de brasileiros excluídos.

A terceira mudança é a desconcentração. Sabe-se que toda atividade de ciência e tecnologia hoje é extremamente concentrada no Centro-Sul, e a política do Governo é de desconcentrar. É importante ressaltar a diferença entre desconcentração e pulverização. Não se trata de pulverização, mas de desconcentração, isto é, de investimentos em pólos de criação de ciência e tecnologia que não se encontram no Centro-Sul, porém em locais onde haja uma agregação mínima de esforços, saber e experiências já realizadas.

O Ministro cita exemplos importantes: o Centro de Biotecnologia da Amazônia, em Manaus; o Instituto Internacional de Neurociências, em Natal; o Centro de Ciências Nucleares, em Recife, ampliado para exercer o papel de pólo de desenvolvimento científico de todo o Nordeste, em rede com as demais instituições da região; um Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada, Ceitec, que está sendo instalado em Porto Alegre, enquanto se discute com a Universidade do Ceará a possível instalação de um Centro de Farmacologia em Fortaleza, em rede com o Lika Laboratório de Imunopatologia Keizo Asami; e o Instituto Nacional de Pesquisas do Semi-Árido, que será instalado ainda neste ano.

É preciso descentralização, mas não pulverização. É necessário, sim, um redirecionamento de esforços e de investimentos para iniciativas que já estão sendo tomadas e que agregam grande quantidade de esforços e de concentração de ciência e tecnologia já instalada.

Concedo o aparte ao Senador Ney Suassuna, para, depois, concluir o meu pronunciamento.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senador Roberto Saturnino, V. Ex^a está abordando um tema realmente vital para o Brasil. Hoje, quem dispõe de ciência e tecnologia não abre mão, e quem não tem precisa conquistar. O Brasil tem feito muita força para melhorar a tecnologia dos seus carros, dos seus tecidos, da sua indústria de sapatos e farmacêutica, apesar das dificuldades. Ainda hoje falávamos com V. Ex^a da necessidade de passarmos a deter a tecnologia dos lançadores de satélites, pois, no mundo, tudo é monitorado por satélites, inclusive as comunicações. Quando o nosso poder nacional necessita de um satélite militar, não temos sequer um satélite brasileiro em condições, porque o que tínhamos vendemos para a Embratel, para os estrangeiros. Mesmo esse está com seu tempo vencido e deverá cair em poucos meses, mais tardar em um ano. Precisamos aprender não só a fazer os lançadores, mas também a colocar os nossos satélites em órbita, para fins de comunicação e visando segurança nacional. Esse é um item muito importante, mas não só ele nos preocupa. Temos uma indústria aeronáutica incrivelmente desenvolvida, mas incapaz de fabricar turbinas de aviões. Temos que comprá-las da **Rolls-Royce**, da **General Electric** ou da **Boeing**. A Ucrânia, embora pequena, é detentora dessas duas tecnologias de ponta e está disposta a celebrar uma parceria que permitirá a transferência dessa tecnologia para nosso País. Das seis parcerias, essa será a nossa última oportunidade. As outras cinco não foram concretizadas porque se esvaziaram ou cobraram muito caro. Para que V. Ex^a tenha uma idéia, somente para colocar dois satélites em órbita, em substituição ao da Embratel, que está vencendo, pediram quinhentos milhões; quando temos condições de, com cento e poucos milhões de dólares, ter esse satélite brasileiro e, ainda, a Base de Alcântara desenvolvendo uma indústria de apoio ao lançamento aeroespacial e, conseqüentemente, o desenvolvimento de uma área do Nordeste. Isso sem mencionar a biotecnologia da germinação no espaço, dentre as muitas áreas importantes da biotecnologia. V. Ex^a fala deste mundo, um mundo novo que, a cada dia, tem novos horizontes. Ai de nós se não seguirmos o que V. Ex^a acabou de pregar. Ai de nós se não levarmos a sério e não aproveitarmos o dinheiro dos fundos. As verbas destinadas aos oito fundos aprovados pelo Congresso são razoavelmente grandes, mas estão contingenciadas – o que, pela lei, não deveria ocorrer. Não consigo enten-

der como um País de futuro, em pleno século XXI, está descartando essas possibilidades! Por isso, estou solidário com V. Ex^a. Quem ouve este meu discurso não tem noção da importância da ciência e da tecnologia para um país moderno, mas nós, que aqui vemos os apertos diariamente, as dificuldades e a vulnerabilidade do nosso poder nacional, sabemos que esta é a única salvação. Parabéns! Solidarizo-me com o discurso de V. Ex^a.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Senador Ney Suassuna, sou solidário com todas as ações que V. Ex^a tem desenvolvido, pelas quais o parabênizo. Sei do seu empenho, da sua atuação dinâmica e eficiente no estabelecimento desse relacionamento do Brasil com a Ucrânia, para obtenção desta tecnologia, que é fundamental, essencial para nós, no estágio em que nos encontramos.

Concordo com V. Ex^a. Os recursos dos fundos de ciência e tecnologia não podem ser contingenciados e, na última LDO, aprovamos a preservação desses fundos, tendo em vista evitar qualquer possibilidade de contingenciamento. Enfim, acolho o aparte de V. Ex^a também com a manifestação da minha admiração por todo o esforço que tem despendido nesse sentido.

Concluo, Sr. Presidente, solicito à Mesa a transcrição do importante discurso do Ministro Roberto Amaral e ressalto aquilo que disse ao Ministro, isto é, que estamos agora, com a “mudança dos ventos”, iniciando um processo de crescimento que só vai manifestar-se concretamente daqui a uns quatro meses, pelo menos, mas que será um processo de crescimento qualitativo, com uma natureza diferente da que o Brasil até hoje conseguiu. Qual seja, um projeto com autonomia, com planejamento, com decisão política do Estado de promover e com uma redistribuição dos frutos do progresso com a inclusão de uma massa gigantesca de brasileiros que trabalham, mas que, até hoje, não usufruem dos frutos de um trabalho que deveria ser desfrutado por todos os brasileiros.

Reconheço que é difícil, para os brasileiros que ouviram a cantilena do pensamento único e acharam que só existia aquele caminho, compreender a mudança que está ocorrendo. E o duro sacrifício que foi imposto durante o primeiro semestre – que não foi compreendido inclusive por companheiros nossos do próprio PT – para gerar a semente da autonomia, da indução, por meio de investimento público e de in-

fra-estrutura, a semente do novo processo redistributivo dos frutos da economia nacional.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210 do
Regimento Interno.)*

**Posse dos novos membros da Academia
Brasileira de Ciências – ABC**

Roberto Amaral

Ministro da Ciência e Tecnologia

Rio de Janeiro, 04 de junho de 2003

Senhoras e senhores,

O imponderável existe – a ação das circunstâncias costurando acasos aparentes – mas nossa geração, em grande parte, quis fazer a própria hora. Estava ansiosa para fazer acontecer as mudanças. E é nessa condição, de participante da intervenção nos acontecimentos sociais – e pensávamos, naquela época que fazíamos ciência e preparávamos a revolução – que construímos esta história. Antigo militante do movimento social, encontro-me aqui, hoje, como Ministro de um longo processo de transformações, representando o Excelentíssimo Senhor Presidente da República neste ato em que a Academia Brasileira de Ciências, que reverencio desde sempre, recebe seus novos membros titulares. E não podendo dirigir-me a todos individualizadamente, permitam-me que, de logo, saúde a todos, saudando o maior pensador brasileiro vivo, nosso maior humanista, nosso sempre professor Celso Furtado, professor de Brasil, paradigma de minha geração, que em sua obra encontrou caminho, luz e norte.

Obrigado, professor Celso Furtado pelo que fez pela nossa geração, pelo Brasil, pela nova maneira de ver, pela de nossa formação que ultrapassou fronteiras e fez o mundo ver nosso país com nossos olhos.

Senhor Presidente Eduardo Krieger.

Permita-me dizer-lhe que me sinto em casa. Logo após convidado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para este honroso posto de Ministro de Estado do governo popular e democrático de mudanças, foi esta Academia a primeira instituição que procurei, para aconselhar-me, para pedir diálogo e colaboração. E em seus quadros fui recolher meus principais colaboradores. Nada menos de 10 dirigentes do MCT são membros titulares da Academia Brasileira de Ciências.

Minhas senhoras, meus senhores, senhores e senhoras acadêmicos.

Peço licença para que minhas primeiras palavras sejam referidas à saga que domina minha gestão à Frente do Ministério da Ciência e Tecnologia: a necessidade de promover mudanças e as dificuldades, de toda ordem, interpostas a qualquer processo de mudança. Falo do nosso enfrentamento de todos os momentos, do dia a dia, do cotidiano, na atividade política e na atividade administrativa. Liderar mudanças é combater o Estado conservador, é ferir privilégios, travestidos de direitos. E nunca se trata de direitos populares. São sempre interesses dos donos do poder, em sociedade perversamente autoritária, Estado apropriado pelos interesses de suas elites, expropriadoras do público, donatárias do poder econômico.

Permitam-me um necessário registro de dor.

Porque não podemos, os combatentes da democracia, deixar de registrar, por lamentável oportunidade, a perda com que fomos atingidos com o silêncio de um dos mais notáveis intérpretes, não sei se diria da civilização brasileira, da história brasileira ou da tragédia brasileira. Refiro-me a Raymundo Faoro.

Aos que, pelas circunstâncias do tempo, foram poupados dos anos que minha geração teve de viver, e sofrer, eu diria que aprendemos a admirar Raymundo Faoro como uma espécie de cavalheiro andante da liberdade, percorrendo este País como louco e desatinado como são todos os revolucionários, aqueles que acreditam na utopia e forcejam por realizá-la. Sua utopia, nos anos de trevas, era a luz da liberdade, a redemocratização, a reconstitucionalização. Mas o permanente de sua obra será a revelação, desde as entranhas, do processo de apropriação do Estado pelas elites de sempre, da perversidade da elite brasileira, dona do poder. E foi para mudar esse processo de dominação e apropriação patrimonialista que a cidadania brasileira elegeu um homem do povo, operário metalúrgico a quem as circunstâncias negaram o direito à vida universitária, após lhe haverem imposto a migração, como alternativa para a sobrevivência.

Obedecendo a todas as regras constitucionais, no mais estrito e rigoroso respeito às regras do jogo, estamos implantando o processo de mudanças. Difícilimo, porque neste País qualquer mudança, não falo sequer em reforma, a mais insignificante, a mais irrelevante, atinge privilégios. São privilégios enraizados, que dominam a estrutura burocrática, que monopolizam as instituições do País. Porque a única mudança permitida é aquela sugerida pelo príncipe de Lampedusa: a mudança necessária para que tudo fique como está.

A resistência sobrevive mesmo na área acadêmica.

Quantas vezes nos julgamos donos da verdade, intérpretes dos interesses do País e, portanto, titulares de direitos que não são partilhados com o conjunto da sociedade? Mas, em regra, nosso discurso não tem correspondência em nossa prática. Movendo essa malha há algo mais resistente que as próprias estruturas. Todo dia e sistematicamente temos que repetir que a mudança é necessária, que a mudança é possível. Mas há uma força que domina e leva, mesmo o quadro de esquerda, a pensar de forma conservadora. Em determinados momentos parece que há uma força superior à força da concepção filosófica. Eu me refiro ao apelo corporativo que encontra na estrutura burocrática do Estado aliado extraordinário.

Faço essas observações para ressaltar que precisamos de apoio. As transformações, as mudanças necessárias não serão alcançadas se dependerem pura e exclusivamente do entendimento político-institucional. Essas mudanças dependem do pronunciamento, do apoio, da clareza da sociedade civil, da responsabilidade histórica da Universidade.

Quero sugerir a reflexão sobre nossa responsabilidade ética, pessoal e coletiva, diante do mundo e do País.

Às vezes nos esquecemos de que, neste país de desigualdades, só estamos aqui – a minoria que somos – graças à grande massa que permanece lá fora. São as grandes massas que estão financiando a Universidade brasileira. Hoje, os investimentos em educação, ciência e tecnologia são suportados pelo poder público em algo como 80%. E o poder público são os impostos pagos por aqueles que jamais entraram e entrarão em uma universidade e cujos filhos também jamais entrarão em uma universidade pública. Como esquecer que o Estado leva de 14 a 15 anos para formar um doutor? Que um doutor custa ao poder público algo como 250 mil dólares? Será que, depois de receber esse ensino, público, obtendo o direito ao acesso a informações, frequentando mestrado e doutorado e pós-doutorado, nós nos lembramos ainda de que estão lá fora e lá permanecerão aqueles que financiaram nossa formação? É a partir dessas reflexões que pensamos a ciência e a tecnologia da mudança. Queremos uma política de C&T a serviço do País.

Aproveito esta ocasião exemplar, em que tenho o privilégio de dirigir-me à sociedade científica brasileira no que ela tem de mais representativo, para expor-lhes as cinco mudanças que norteiam a atual administração do MCT.

A primeira de todas é a mudança ético-humanística.

Quero dizer que, para nós do governo do presidente Lula, a ciência e a tecnologia não são uma categoria per se, não se auto homologam, não se auto legitimam,

mas se justificam, se legitimam quando podem responder a que vieram, a que e a quem servem, a que projeto de País, a que projeto de sociedade. Do nosso ponto de vista, C&T são o instrumento fundamental para a construção de uma nova sociedade, livre da concentração, da injustiça social e do autoritarismo. Sociedade na qual o orgulho de sermos os maiores exportadores de grãos do mundo não seja anulado pelo fato de o nosso Presidente ser obrigado a eleger como projeto síntese de seu governo, o combate à fome.

Poderíamos, nos perguntar: quantos de nós, na Academia, na Universidade, nos institutos, vêm pensando a fome como problema brasileiro? Quantos de nós já pararam para pensar qual é a contribuição de cada um (cientistas, professores, pesquisadores, pensadores, filósofos e instituições) para a questão da fome no País, estudando, pesquisando e construindo alternativas?

A segunda mudança, decorrente desta visão ética, humanística, da ciência e da tecnologia, é a transformação do projeto de exclusão no projeto de inclusão.

A exclusão neste País atingiu parâmetros tais que ninguém mais pode pensar que seja obra do acaso ou das circunstâncias. Ela deriva do projeto de sociedade de nossas elites, apartadas da história do povo, dos interesses da nação. Elites que podem viver muito bem, ainda que o País vá mal.

A exclusão percorre todos os aspectos da vida nacional: exclusão social e econômica, exclusão da renda, do emprego, da saúde, da cidadania. E agora começamos a construir a pior delas, a mais perversa, porque alimentadora de todas as demais: a exclusão da informação, matéria-prima do conhecimento, o mais importante fator de produção da economia do terceiro milênio.

A terceira mudança é a desconcentração.

“A desigualdade econômica, quando alcança certo ponto, se institucionaliza”.

Leio texto de junho de 1959, escrito por Celso Furtado. Acrescenta o mestre:

“Tal fato, que observamos nas sociedades humanas – a tendência das desigualdades a formar classes – também pode ocorrer entre as regiões do mesmo país. E quando um fenômeno dessa ordem obtém sanção institucional, uma reversão espontânea é praticamente impossível. Além disso, como os grupos economicamente mais poderosos são os que detêm o comando da política, a reversão mediante a atuação dos

órgãos políticos também se torna extremamente difícil.”

Conclui Celso Furtado:

“Se tal fenômeno vier a ocorrer no Brasil, país de grande extensão geográfica, a formação de grupos regionais antagônicos poderá ameaçar a maior conquista de nosso passado: a unidade nacional”.

A formulação desses juízos, lamentavelmente quase proféticos, estava referida às disparidades entre os níveis de desenvolvimento do Centro-Sul e do Nordeste brasileiros. Na época, os valores numéricos dessas disparidades indicavam que a participação do Nordeste na formação do produto bruto da nossa economia fôra de 30% em 1939, mas se reduzira a 11% nos vinte anos seguintes.

Passados mais de 40 anos, as desigualdades sociais e regionais brasileiras alteraram-se em alguns aspectos quanto à forma, mas até se aprofundaram quanto à essência.

É insustentável, para o futuro do pacto federativo, a manutenção da atual distância entre o desenvolvimento do Sudeste e o do resto do País, fosso que tenderá ao alargamento se permitirmos o aprofundamento do apartheid tecnológico. E este será o último dos apartheid, tornando impossível, no horizonte de nossas gerações, a recomposição do País. O desafio é, ao tempo em que devemos garantir a imprescindível continuidade do desenvolvimento dos atuais centros de excelência, promover o desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas.

A quarta mudança é pensar o Brasil de hoje.

Cabe-nos a árdua tarefa de, a um só tempo, promover o desenvolvimento científico e o desenvolvimento tecnológico, e ensinar a mais rápida introdução das inovações ao processo produtivo. Esta é tarefa de urgência. Porque aquele fosso antes denunciado, que está separando o Sudeste do restante do País, é a reprodução fractal do fosso que está separando nossos países do chamado primeiro mundo. Ou reunimos todas as nossas forças neste investimento – e nos cabe cobrar permanentemente a participação do empresariado privado e da Universidade de um modo geral – ou, nós que já perdemos a revolução comercial e a revolução industrial, estaremos assumindo, por desídia coletiva, o papel de eternos coadjuvantes, de eternos reprodutores, realizando a sina, a má sina, de país reflexo, com ciência reflexa, tecnologia dependente.

E a quinta mudança é realmente pensar o futuro.

Enquanto trabalhamos para assegurar o desenvolvimento do país, temos que pensar lá na frente, do contrário estaremos uma vez mais aceitando o papel de correntes de transmissão das linhas de pensamento, de pesquisa, de desenvolvimento científico e tecnológico ditadas pelo primeiro mundo.

Precisamos saber hoje, que profissional, que doutor, que mestre, de que professor precisaremos daqui a 14, 15 anos. Cumpre-nos pensar hoje o que será o genoma dos anos 20 anos, o que será a nanotecnologia dos anos 20, para começarmos a formar, hoje, aquele profissional capaz de responder a estes desafios. Precisamos começar a formar, a partir de agora, aquele profissional capaz de enfrentar os desafios do Estado, da sociedade que queremos daqui a 20 anos.

Mudar é possível.

Como instrumento de indução ao reequilíbrio inter-regional dos investimentos em C&T, a implantação dos novos centros de pesquisa dependentes de recursos da União, sempre considerando o prêmio à excelência, já obedece a critérios de desconcentração da Ciência e Tecnologia: o Centro de Biotecnologia da Amazônia em Manaus; o Instituto Internacional de Neurociências, em Natal; o Centro de Ciências Nucleares, em Recife, ampliado para exercer o papel de pólo de desenvolvimento científico do Nordeste, em rede com as demais instituições da Região..

Um Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada – CEITEC está sendo instalado em Porto Alegre, enquanto se discute com a Universidade Federal do Ceará a possível implantação de um Centro de Farmacologia em Fortaleza, em rede com o Lika (Laboratório de Imuno-patologia Keizo Asami), do Recife. O Instituto Nacional de Pesquisas do Semi-árido será instalado ainda este ano.

Para o Presidente Lula, ciência é recursos humanos, recursos humanos e mais recursos humanos. Estamos estruturando o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, habilitando-o a desempenhar seu grande papel de formulador, e, em muitos casos, também executor, das grandes diretrizes para a atividade científica em todas as áreas e em todos os ministérios. A definição das grandes linhas de ação do MCT, porém, resultará da ampla participação da comunidade científica. O Plano Plurianual para 2004 e 2007 vem recebendo contribuições as mais significativas. Agradeço o empenho com que esta Academia Brasileira de Ciências vem discutindo nossas propostas.

Mantemos intenso diálogo com os governadores dos Estados, com as secretarias estaduais de C&T e com as Fundações de Amparo à Pesquisa,

com o objetivo de atuarmos de forma cooperativa, induzindo os estados a participar de forma a mais efetiva do esforço de ampliação dos investimentos em C&T.

O mesmo movimento está sendo feito em relação a inumeráveis municípios. Vários programas e editais serão lançados nos próximos meses como resultado deste esforço de cooperação, envolvendo por parte do MCT recursos, para os próximos três anos, da ordem de R\$ 140 milhões e que exigirão um acréscimo de no mínimo 50 % por parte das FAPs.

O apoio à pesquisa básica em todas as áreas do conhecimento é prioridade do governo do Presidente Lula. E repetamos mil vezes: rejeitamos a disjuntiva, pesquisa básica versus pesquisa aplicada. Há ciência, e tão-só ciência. Neste sentido, podemos hoje afirmar que, com os recursos descontingenciados na semana passada, o CNPq executará, pela primeira vez em muitos anos, o seu orçamento integral, que será de cerca de R\$ 600 milhões. Ampliamos em cerca de 10 % todas as modalidades de bolsas do CNPq. Introduzimos novos programas.

Destaco inicialmente o retorno às taxas de bancada para os 6.400 bolsistas de doutorado do CNPq. Todos estes alunos estão recebendo, a partir deste mês, o equivalente a um terço de sua bolsa, para auxiliar no desenvolvimento do seu projeto de pesquisa. Este programa terá ainda o mérito de fazer com que desde cedo nossos pós-graduandos aprendam a administrar recursos, a tomar conhecimento do custos dos reagentes e as dificuldades em obtê-los.

Voltamos a contar com as taxas escolares, suspensas pelo CNPq em março de 2002, para os cursos de pós-graduação de boa qualidade mantidos por instituições privadas e que não cobram mensalidades de seus alunos de pós-graduação. Quero destacar ainda a introdução da bolsa prêmio, que concede recursos mensais de mil e trezentos reais para o auxílio à manutenção dos laboratórios onde trabalham os 1.040 pesquisadores de nível 1A do CNPq. Graças à compreensão que o governo tem tido com a área de C&T e a política que estamos executando, de priorizar todas as ações que levem a que os recursos cheguem aos grupos de pesquisa, estamos, neste momento, autorizando o CNPq a implementar, imediatamente, programa semelhante para os 870 pesquisadores de nível 1B.

Cabe ressaltar que apenas com estes programas o CNPq estará liberando para os grupos de pesquisa mais recursos dos que os previstos no edital universal. Prosseguiremos nesta política fazendo com que nos próximos anos todos os pesquisadores

e alunos de pós-graduação vinculados ao CNPq contem com recursos mínimos para manutenção de suas atividades básicas. O CNPq já saldou todas as dívidas do governo passado, inclusive antecipando as liberações referentes à última parcela do Programa de Núcleos de Excelência (PRONEX) de 2003.

Já autorizamos o CNPq, desta vez em cooperação com as Fundações de Amparo à Pesquisa dos estados, a lançar novo edital do PRONEX, assegurando recursos da ordem de R\$ 75 milhões que se somarão a outros R\$ 75 milhões a serem alocados pelas FAPs, nos próximos três anos. O CNPq já dispõe das condições para liberação imediata dos recursos do edital universal, aguardando apenas o resultado do seu julgamento pelos comitês assessores.

Não poderia deixar de mencionar o novo programa de Iniciação Científica Junior, que conta com 3.000 bolsas para permitir estágios nos melhores laboratórios de pesquisa para alunos do nível médio das nossas escolas públicas. É o incentivo ao despertar da vocação científica dos nossos jovens.

A FINEP vive uma reforma estrutural necessária para que possa voltar a desempenhar seu importante papel no apoio às instituições de pesquisa. Seu insubstituível papel de apoio ao desenvolvimento e à inovação tecnológica será reforçado.

Foi necessário priorizar sua recapitalização, uma vez que a encontramos afetada seriamente nos últimos 10 anos por operações desastrosas. Estamos negociando um aporte de R\$ 80 milhões, para capital de giro, proveniente do BNDES, e um empréstimo de R\$ 200 milhões a ser tomado ao Fundo de Assistência ao Trabalhador – FAT.

Nos últimos 5 meses procedemos à reavaliação dos fundos setoriais, cuja importância é reconhecida por todos. Constituímos Grupo de Trabalho, que contou com a participação dos gestores do MCT, de membros da comunidade acadêmica, inclusive da representação desta Academia, de representantes do setor empresarial e dos trabalhadores, que analisou o funcionamento dos fundos e apresentou importante relatório contendo uma série de sugestões, as quais, adotadas, tornarão os fundos setoriais mais efetivos no apoio à atividade científica e tecnológica e à inovação.

Enquanto essa comissão realizava seu trabalho, o MCT e a FINEP analisaram a situação financeira de cada fundo. É importante que todos saibam que, para o corrente ano, contamos com recursos de cerca de R\$ 660 milhões. No entanto, somente as dívidas que herdamos, boa parte resultante do não pagamento de projetos em 2002, é da ordem de R\$ 454 milhões.

Restam pois cerca de R\$ 206 milhões para novas aplicações no corrente ano.

Os comitês gestores já estão se reunindo, e tenho o prazer de comunicar que o comitê gestor do fundo de infra-estrutura, reunido no último dia 3, em Brasília, decidiu abrir uma série de editais para apoio à infra-estrutura para jovens doutores, para a manutenção de equipamentos de grande porte, para a ampliação do portal CAPES e do programa de educação à distância do MEC, entre outros, destinando recursos da ordem de R\$ 30 milhões para liberação integral ainda no corrente ano. Enquanto isto, a FINEP vem trabalhando intensamente no sentido de honrar as dívidas do passado. Recursos de cerca de cerca de 200 milhões foram empenhados nestes 5 meses do novo governo.

Permitam-me destacar nossa firme defesa do papel da Universidade, relevante e insubstituível, de zelar pelo avanço da ciência, sem compromissos imediatistas. Cabe aos centros de pesquisa e desenvolvimento das empresas a responsabilidade maior pela inovação tecnológica.

Estas afirmativas, no entanto, não impedem que determinados setores da universidade façam inovação tecnológica ou que os centros de desenvolvimento das empresas façam pesquisa fundamental. Criaremos mecanismos que permitam às empresas brasileiras se engajarem de forma mais intensa com a inovação tecnológica, criar seus centros de pesquisa e desenvolvimento e reforçar seus quadros com os doutores que estamos formando em número crescente.

A nova política do governo do Presidente Lula contempla uma determinação vigorosa no sentido de dessacralização da C&T, mediante a implantação de mecanismos de difusão de informação, para que, no futuro próximo, a cada mudança significativa do paradigma tecnológico, cada cidadão comum tome conhecimento da influência que essa mudança terá sobre sua vida.

Para fins de realização de um dos braços dessa política, já temos formulado – em parceria com os governos estaduais -, um projeto de capacitação laboratorial de escolas públicas de nível médio, para que a juventude não só ganhe intimidade com o instrumental tecnológico, quanto ofereça a massa de talentos em meio à qual serão identificadas as novas vocações para a pesquisa.

As perspectivas de desenvolvimento nacional a longo prazo exigem a presença do Brasil na nova fronteira universal – o espaço – aberta à humanidade na segunda metade do século passado. Deste modo,

a busca da autonomia do Brasil no setor espacial é objetivo nacional. O ciclo completo da tecnologia aeroespacial brasileira envolve o desenvolvimento de satélites, a fabricação de veículos lançadores, a manutenção e operação de bases de lançamento – a começar e destacadamente pela consolidação da Base de Alcântara, inclusive com prestação de serviços de lançamento em caráter comercial, respaldados em acordos de salvaguarda.

Não podemos deixar em segundo plano a área nuclear. Reafirmando nossas convicções do uso pacífico da área nuclear, incentivamos o domínio do ciclo do combustível, fundamental para nossa autonomia energética, bem como a produção de radionuclídeos tão importantes na medicina, na agricultura e na indústria.

Todas essas linhas de atuação contemplam, na verdade, metas bem menos ambiciosas do que aparentam ter, mas necessitam de mecanismos de financiamento adequados aos objetivos.

Entretanto, as restrições de financiamento talvez não sejam os obstáculos maiores às mudanças favorecedoras do desenvolvimento científico e tecnológico do País.

A resistência à mudança, interposta por alguns agentes da própria comunidade científica – acomodados ao statu quo e beneficiários do modelo de desenvolvimento excludente, sob o qual formaram seus valores – impõe aos gestores da política de C&T um desperdício de tempo e energia tão grande que chega a inviabilizar políticas públicas e prejudicar substancialmente a população cliente das ações de C&T, que necessita e poderia melhor beneficiar-se do desempenho fluente desses gestores.

Finalmente, senhoras e senhores acadêmicos, desejo registrar que a administração da Política Nacional de Ciência e Tecnologia espera desta Academia e das mulheres e dos homens que a integram, o apoio que puderem propiciar a esta espécie de cruzada nacional, que é fazer deste País, com apoio no seu patrimônio de conhecimento e na capacidade de realização do seu povo, uma sociedade soberana e justa. Abro-me ao diálogo com a Academia, e dela espero sugestões e a vigilância crítica.

Quero, em nome de sua excelência o senhor Presidente da República, e em meu próprio, e em nome de todos os meus colaboradores, parabenizar um a um os novos acadêmicos. O ingresso nesta Academia representa a colheita do maior troféu a que pode aspirar um cientista: o reconhecimento dos seus pares pela contribuição dada às diferentes áreas do conhecimento.

Presidente Eduardo Krieger, professor Celso Furtado e demais acadêmicos hoje empossados, minhas senhoras, meus senhores.

Encerrando, formulo mais um apelo, aquele que me é mais grato. Encerro apelando para que todos nos comprometamos em promover uma grande discussão em nosso País em torno da necessidade da mudança. A mudança necessária não decorrerá pura e simplesmente de ato de poder. Ela depende da construção de um projeto nacional, nossa mais dramática carência. Carência cuja persistência poderá ser fatal aos nossos sonhos de futuro. Clamo por um projeto de nação construído pela nação, resultante do debate de toda a sociedade, que nos guie para além da sociedade política, para além dos limites do Estado, para além dos limites dos mandatos, mas que nos governe a todos, nos oriente a todos, governantes, empresários, cientistas, trabalhadores, para que nós, o povo brasileiro, estejamos unidos, para além de nossas eventuais divergências políticas, partidárias e mesmo filosóficas, em torno de um projeto nacional que encerre nossos sonhos, que revele o que queremos, que sociedade queremos para a civilização brasileira, e, acima de tudo significa um pacto, nosso compromisso, pela realização do sonho.

Muito obrigado pela honra de me haverem ouvido.

Durante o discurso do Sr. Roberto Saturnino, o Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Antes, solicitou o nobre Senador José Agripino. Em seguida, V. Ex^a está inscrito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de usar este espaço de tempo dedicado à Liderança do meu Partido para manifestar uma imensa preocupação que, como brasileiro, hoje tenho diante de ações do Governo.

É evidente que tenho muita preocupação com a questão da segurança, haja vista a ocorrência da morte de seguranças do próprio filho do Presidente da República. Tenho preocupações com a questão social, o salário mínimo prometido pelo Presidente – prometeu dobrar em quatro anos, e aumentou em 1,85%. Tenho preocupação com a questão dos novos desempregados. A fila de garis no Rio de Janeiro é

uma manifestação clara de que o País está em recessão; o desemprego é uma questão muito aflitiva, a fila dos pretendentes ao cargo de gari na Comlurb, no Rio de Janeiro, é um emblema, um ícone desse fato. Mas a preocupação sobre a qual desejo falar é um fato que transborda a preocupação do plano nacional para o próprio plano internacional.

Eu imaginava, Sr. Presidente, que o Presidente Lula, pela sua origem, pela sua história e pelas suas relações com o Movimento dos Sem-Terra e com os sindicatos rurais do Brasil inteiro, eleito Presidente da República, solucionaria a questão da reforma agrária. Sempre tive dúvida com relação à ação de Governo de Sua Excelência, mas, quanto à solução definitiva da questão, sempre estive despreocupado. E por uma razão simples: o Presidente da República tem suas raízes no Movimento dos Sem-Terra, nos sindicatos rurais. Sua Excelência tem identidade e intimidade com as pessoas e com o problema.

Eu estava absolutamente consciente de que o Presidente Lula dispunha de todas as condições e, como declarara na campanha, estava determinado a resolver o problema da questão agrária. Sua Excelência tinha uma proposta madura de reforma agrária, e esse seria o primeiro grande gol do seu Governo.

Porém, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa é hoje a minha maior preocupação. Preocupo-me mais com essa situação do que com a segurança; com a questão social dos compromissos firmados e não cumpridos; com o trabalhador a quem o Presidente Lula prometeu um salário mínimo, mas não está cumprindo; com o servidor público a quem prometeu um reajuste de salário que não está dando; com o desemprego, que é um problema seriíssimo. No entanto, a questão dos sem-terra transborda os limites do País, porque a repercussão internacional é inevitável. Essa situação comprometerá a credibilidade do Governo no País e no exterior.

Ninguém esperava que o Presidente Lula assumisse a Presidência falando inglês, mas se esperava que Sua Excelência, no dia seguinte ao que assumiu o Governo, convidasse os movimentos de sem-terra para um pacto, a fim de solucionar definitivamente a questão da reforma agrária.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que se viu? Na semana que passou, viu-se a invasão de postos de pedágio por movimentos de sem-terra, para não falar da invasão de terras em todo o Brasil, de norte a sul, de leste a oeste, e da explícita perda de controle em relação à reforma agrária por parte do Governo. Preocupo-me com o assunto e estou cada

vez mais consciente de que precisa ser levado na devida conta.

Tenho informações – carentes de confirmação, pois não gozo da intimidade do Governo – de que o diálogo com os movimentos de sindicatos rurais, com o MST, estaria sendo deslocado da competência do Ministro Miguel Rossetto, homem que conheci e de quem guardo a melhor impressão, para o Secretário-Chefe da Casa Civil da Presidência, José Dirceu, que é a última instância antes da questão chegar ao Presidente. Se for verdade, estamos muito próximo da perda do controle.

E aqui vai a palavra de um oposicionista que faz oposição ao Governo, mas não é inimigo do Brasil: os fatos mostram que o Governo está começando a perder o controle da situação no que diz respeito à questão da reforma agrária. Urge que o Presidente, que gosta de reuniões, faça um encontro de emergência para tratar da questão, enquanto é tempo, porque movimentos explodem todo o dia em toda a parte. A invasão de terras está evoluindo para invasão de postos de pedágio.

Quero dizer ao Presidente que Sua Excelência pode contar, para solução deste problema, com a colaboração do Partido da Frente Liberal. Nós nos sentaremos à mesa, se chamados, para discutir, para sugerir e para apoiar as medidas que esperamos. O que não é possível é ocorrer o que está ocorrendo. O Governo não tem plano para a reforma agrária! Que eu conheça, não tem! E porque não tem está perdendo o controle. Se precisar da colaboração, da parceria, do apoio e da ajuda de um Partido de Oposição para estudar um problema com uma gravidade dessa natureza, pode contar com o Partido da Frente Liberal. Mas, que faça reunião, que se debruce sobre o problema, antes que seja tarde.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o Líder José Agripino Maia foi sintético, preciso e abrangente, ao mesmo tempo, ao falar das dúvidas e equívocos de um Governo, que, aos seis meses, já mostrou o seu perfil, mesmo quando – eu me refiro ao administrativo – não demonstrou perfil algum, até porque não começou a operar, não começou a trabalhar, não começou a fazer, não começou a produzir.

Mas é inquietante que já tenha surgido a primeira dúvida ética. Quero aqui, reforçando o discurso dos

Senadores Jefferson Péres e Osmar Dias, dizer que ontem eu já havia tomado a providência de requerer os convites para que as autoridades implicadas nessa denúncia venham ao Senado Federal e aqui possam, de maneira muito expressiva, dirimir quaisquer dúvidas que possam pairar sobre as cabeças dos brasileiros.

O MST é um descalabro, uma ameaça, a médio prazo, à balança comercial brasileira. Uma ameaça, portanto, aos resultados que não têm sido fracassados, mas também não lograram êxito, da política macroeconômica do Governo Lula.

Amanhã, discutirei economia, depois de amanhã novamente economia, mas hoje quero usar o tempo que me resta desta comunicação de Liderança para, aos seis meses do Governo Lula, revelar a minha inquietação e a minha tristeza diante dos rumos autoritários que começam a ser manifestados pelo Governo.

Primeiro, essa forma inquisitorial, até cruel, com que o Partido dos Trabalhadores trata os seus dissidentes, cobrando deles fidelidade a uma postura assumida pelos maiores do Governo há menos de um ano. Não se trata de uma decisão de Congresso, não se trata de nada antigo, trata-se da leviandade seguinte: “eu mudei, você trata de mudar o meu lado, senão é expulso do meu convívio”. Isso se espalha para outros segmentos da vida nacional, a partir de algo que defino como sendo o caráter autoritário de um Governo que é autoritário.

Ontem, a Governadora do Distrito Federal em exercício, Vice-Governadora que é, Maria de Lourdes Abadia, comparece, em lugar do Governador Joaquim Roriz à reunião dos Governadores. Depois, ao Palácio do Planalto, para uma solenidade presidida pelo Presidente Lula.

Lá havia, pelo o que as fotos mostram, dezenas de pessoas literalmente fantasiadas de estrelas, com roupas partidárias. E, até aí, a Constituição garante que cada um se vista, desde que se vista, pior seria a nudez. Desde que se vista, a Constituição garante que cada um ande com a roupa que melhor lhe convier.

Mas vaiaram a Governadora Maria de Lourdes Abadia ontem! Atitude covarde, porque ela não podia reagir. Algo antidemocrático, porque ela estava ali como representante oriunda das urnas, representante de um povo. Atitude que revela a vontade enorme que certas figuras desse governo teriam de sentir que não poderia haver quem a eles fizesse oposição. Vaiaram a Vice-Governadora, criando um constrangimento enorme!

É preciso que o Presidente Lula faça uma reflexão e parta para uma inflexão, para uma mudança de atitude. Porque não podemos viver submetidos, ao que me parece, a uma certa ética religiosa exacerbada, aquela do tipo: “Eu sou o bem; o meu adversário é o mal!”. Fundamentalista, do tipo: “Eu faço tudo o que precisar ser feito!”. E tudo aquilo que fizer haverá de encontrar justificativa ética, porque, supostamente, “eu, do Governo, eu, do PT, estou acima do bem e do mal, sou melhor do que as demais pessoas!”. E o resultado é que estamos vendo essa crise a ponto de, hoje, dizermos que eles, que falam de maneira tão apressada e, às vezes tão doidivanas, sobre essa tal herança maldita que teriam recebido do governo passado, receberam foi uma herança bendita: oito anos de consolidação da democracia neste País! A fase mais conseqüente de liberdade democrática que já se viu neste País e mais duradoura começa a ser ameaçada seja pelo MST, que desafia a autoridade presidencial e a ordem em que está estabelecida e assentada a economia brasileira, a começar pela agricultura, a parte mais dinâmica da economia, passando pelas manifestações que demonstram intolerância e desrespeito.

O próprio Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem dado mau exemplo, ao se dirigir ao candidato derrotado no Distrito Federal, Geraldo Magela, e dizer-lhe que será governador brevemente. Mas há uma decisão da Justiça que poderá cassar ou manter o mandato do Governador Joaquim Roriz. A Justiça agirá soberanamente, e o Presidente precisa aprender isso de uma vez por todas. Se a Justiça entender que deve cassar o mandato do Governador Joaquim Roriz, cassará. Se entender que deve manter, manterá. O Presidente da República não tem nada a ver com isso, não tem direito algum de meter a colher no episódio, não tem a menor possibilidade de imaginar que é – segundo a Presidente do Instituto Teotônio Vilela, a Deputada Yeda Crusius – uma versão neomoderna da Santíssima Trindade. Ao invés de Pai, Filho e Espírito Santo, Sua Excelência sendo o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário ao mesmo tempo. Manifestação autoritária devemos matar no nascedouro. Não podemos nos calar diante de manifestações autoritárias. Manifestação autoritária é para ser derrotada, como fizemos com a ditadura militar, com a cooperação de Luiz Inácio Lula da Silva, inclusive.

Há uma frase de Bertolt Brecht que diz que quando os cidadãos se transformam em cordeiros, os governantes, necessariamente, se transformam em lobos. Conheci o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva quando era um cidadão que não admitia que o fizes-

sem de cordeiro. Bravo líder sindical, bravo resistente contra o regime de força, democrata que se afirmava na luta e no sofrimento. Não posso, de maneira alguma admitir, até por homenagem a Lula e ao seu passado, se ele não permitiu que a ditadura militar fizesse dele um cordeiro, não permitirei que ele sofra a outra parte da deformação, que ele, imaginando que somos uma nação de cordeiros, se transforme em lobo da opressão, da tirania, do pensamento único, da ditadura, do desrespeito à liberdade democrática que construímos com tanto afinho, com tanto risco neste País.

Discordar é mais que normal; combater um governo é o fato mais necessário para termos uma democracia sólida. O que não é possível é alguém imaginar que seu Governo paira acima do bem e do mal, principalmente quando sabemos que o Brasil vivencia um dos governos mais inoperantes da sua história, um governo que vive de bons resultados macroeconômicos que meramente repuseram o Brasil no terreno da normalidade que a candidatura de Lula e seu favoritismo haviam abalado a partir de maio, junho do ano de 2002.

De resto, estamos vendo os equívocos na forma de lidar com as agências. Iniciei meu mandato dizendo que, lidando mal do jeito que estão com as agências, iriam afugentar capitais do País. Pois estão mesmo afugentando capitais do País. Empresas estão fechando, empresas estão indo embora, o desemprego está ocorrendo também por isso. E o Brasil este ano talvez não receba R\$10 bilhões de investimentos estrangeiros diretos.

O MST desafia a autoridade do Presidente, e o Presidente permite que militantes seus afirmem sua vocação autoritária para cima da vice-Governadora do Distrito Federal, Maria Abadia, mulher sensível, desarmada, delicada.

Gostaria de mais energia em relação ao desafio à construção que o MST faz e gostaria de mais compreensão para com o pensamento dos outros. Digo isso como alguém que não admitiu que sua voz fosse calada em nenhum momento, seja na política regional, seja na política nacional, seja quando enfrentei a ditadura militar. Portanto, não preciso de autorização de ninguém para fazer oposição no âmbito que eu quiser; quando eu quiser que ela seja quente, será quente, quando eu quiser que ela seja morna, será morna, quando eu quiser que ela seja gelada, será gelada; o dia que eu não quiser fazer, não faço, o dia que eu quiser, faço duas vezes. Simplesmente, essa escalada autoritária, essa vaia ao adversário no Palácio do Planalto, além de ser falta de educação, significa, sem dúvida alguma, a idéia de que no coração de

alguns pulsa a vontade de sufocar liberdades, pulsa a vontade de impor o pensamento e pulsa a vontade de transformar em cordeiros uma nação que passaria a ser governada por lobos. Esta Nação já mostrou, até pela coragem do Presidente Lula num passado recente que não é uma nação de cordeiros e, portanto, ela vai proibir S. Ex^a e seus acordes, de tentarem, eles próprios, fazerem o papel do lobo a ameaçar as liberdades fundamentais do cidadão, a começar por esta de a governadora ser respeitada, de podermos fazer, de maneira bem livre e sem constrangimentos físicos ou psicológicos impostos de maneira ilegal, a Oposição que temos que fazer a um governo que abre, nos próximos meses, tendo cumprido seis meses de inércia, de mediocridade, de inoperância, seis meses de quase não fazer.

Até diria, encerrando, que discutir o macroeconômico não custa muito à honestidade intelectual que havei de preservar, e o governo é aprovado aí. Discutir o microeconômico diria que é fácil também porque os erros são tão graves em relação à política para as agências, à política para julgar o instrumento regulador que por aí se começa a desenhar um certo desastre para a economia brasileira. Discutir o governo em si é difícil porque não tem governo para se discutir. É preciso que o Governo comece a governar, para que possamos até fazer críticas mais sólidas.

Por agora, digo que o Governo não opera o social, não opera o Programa Fome Zero; o Governo viaja, o Presidente sorri, abraça, beija, e seus militantes vão e ameaçam as pessoas que são contra o Governo. Essa dicotomia um dia será esclarecida, e que seja esclarecida pelo passado do Presidente Lula, não pelo futuro obscuro de uma nação de cordeiros governada por lobos. Sua Excelência precisa voltar a ser o amante da liberdade que sempre foi. Afirmaremos o tempo inteiro que não somos uma nação de cordeiros e, portanto, ai do lobo que imaginar que poderá fazer mal ao reinado da liberdade neste País. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança, se possível.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acabo de ouvir o Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, no seu legítimo papel de Líder da Oposição. S. Ex^a reclama de atitudes, em relação à vaia, que não são do Presidente, mas de pessoas que realmente agiram

mal. S. Ex^a também está na posição legítima de defender a Vice-Governadora. O Líder Arthur Virgílio diz que o Presidente tratou de governador futuro. Isso pode ser má interpretação da imprensa. Recuso-me a acreditar que o Presidente Lula, um democrata que lutou contra a opressão, que tem sido, todos sabem, um indivíduo que nos tem sensibilizado pela persuasão, pela determinação da busca do diálogo, tenha proferido tais palavras.

Sabemos que a eleição foi lícita e acaba de haver um julgamento no Supremo Tribunal Federal em que houve ganho de causa. São 30 ações, 24 das quais já foram vencidas, e hoje mais uma – essa que chegou ao Supremo – também foi vencida. Portanto, não culparia o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Partidários mais exacerbados não se conformam com a derrota e buscam toldar, inclusive, o ambiente de convivência que existe hoje entre o PMDB e o PT em termos nacionais. Por essa razão, tenho certeza de está havendo um mal-entendido em relação à imprensa que, provavelmente, citou alguma frase, como acontece no dia-a-dia em relação a nós.

Outro dia li uma notícia na qual afirmavam que eu teria dito que, como Deus, tínhamos trabalhado sete dias e descansado no oitavo. Ora, às vezes tentam nos fazer de simplórios.

Creio que é legítima a posição do Senador Arthur Virgílio. No entanto, como alguém que está apoiando o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sei que deve ser um erro de abordagem.

Em relação ao Governador do Distrito Federal nós, do PMDB, o estamos apoiando. Hoje assinamos uma lista de apoio porque a democracia há de ser preservada. Se existe algo para ser discutido que o seja na Justiça, que é o fórum próprio para isso. O que for decidido pela Justiça nós acataremos, claro, quando chegar à última instância.

Entendemos que o Senador Arthur Virgílio está em seu legítimo papel de Líder da Oposição. Entretanto, cremos que a segunda posição – colocando frases da boca do Presidente – é um equívoco, um mal-entendido da imprensa.

Era o que eu gostaria de dizer como Vice-Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com a palavra a Senadora Iris de Araújo.

A SRA IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho tratar, hoje, nesta tribuna, da recorrente questão dos desequilíbrios regionais e de como o incentivo ao agrone-

gócio pode representar uma solução consistente para a superação de tais desequilíbrios.

Entra ano, sai ano e os problemas econômicos e sociais brasileiros continuam os mesmos.

O setor público, sufocado por imensa dívida, não mais demonstra capacidade financeira para investir. O orçamento público, que foi, por décadas, o principal motor do desenvolvimento, deixou de sê-lo. Por sua vez, continuamos vulneráveis nas contas externas, e qualquer pequeno surto de crescimento, cada vez mais difícil de se obter, ameaça provocar crise no balanço de pagamentos. Da mesma forma, prosseguimos sem qualquer política orgânica para induzir o desenvolvimento nas regiões mais pobres e atrasadas, e as desigualdades regionais permanecem imensas.

Esse é um dos pontos centrais da crise brasileira e um verdadeiro desafio a ser vencido nessa nova etapa da vida nacional. As disparidades entre as regiões brasileiras criam um sistema dramático de relações sociais e econômicas. Os centros mais desenvolvidos, localizados no Sul-Sudeste, funcionaram, ao longo da história recente, como centro de atração de brasileiros famintos à procura de oportunidades. As consequências desse processo estão sendo literalmente explosivas. Elas contribuíram para formatar as metrópoles com suas graves e terríveis injustiças, que geram a fome, o desemprego, a violência, a criminalidade e a injustiça social.

Assim, o subinvestimento público e a ausência de políticas de desenvolvimento do interior brasileiro fazem com que persista o conhecido quadro de êxodo rural, de inchaço das grandes cidades, realimentando o círculo vicioso da miséria e da pobreza, tanto no meio rural quanto no meio urbano.

Sr. Presidente, falta realmente uma estratégia para impulsionar o desenvolvimento das regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos. Essa realidade torna-se ainda mais grave à medida que continua, pelo menos temporariamente, fechada a tradicional saída representada por investimentos públicos em grandes obras de infra-estrutura, como estradas, hidrelétricas e açudes. Diante dessa realidade de contenção quase absoluta dos recursos públicos em função da crise sem precedentes na economia, os Governadores vinham lançando mão de um dos poucos instrumentos eficazes para atrair investimentos privados para seus Estados: a concessão de incentivos fiscais.

A proposta de reforma tributária enviada pelo Poder Executivo à apreciação do Congresso Nacional tem como uma de suas metas justamente acabar com

a pouca margem de ação a que os Estados poderiam recorrer mediante a chamada guerra fiscal. Significa que, efetivamente, os métodos que vinham sendo utilizados para atração de empreendimentos industriais ficam tremendamente prejudicados, o que representa menos investimentos no interior brasileiro e, portanto, menos empregos e menos oportunidades.

Em face dessa realidade, Senador Ney Suassuna – a quem concederei com o maior prazer um aparte –, quero manifestar a angústia própria daqueles que habitam o interior brasileiro e hoje se encontram praticamente de mãos atadas diante da ausência de políticas realmente eficazes que nos conduzam à necessária e inadiável descentralização do crescimento econômico, justamente para impedir que continue a prosperar esse cenário de injustiças e desigualdades.

Por gentileza, Senador Ney Suassuna, eu gostaria de ouvi-lo.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senadora, V. Ex^a aborda um problema que traz no bojo tanta irracionalidade que às vezes ficamos sem entendê-lo. Se não, vejamos: uma empresa que esteja operando em um Estado como Rio de Janeiro ou São Paulo, por exemplo, por ser antiga, não pode se beneficiar de nenhuma isenção tributária. Se ela é nova, negocia e consegue, porque a mesma arma usada pelos Estados do Nordeste, do Centro-Oeste e do Norte – dar isenção –, é usada pelos Estados do Sul. Por estar numa área urbana muito valorizada, o terreno dessa empresa representa um grande capital, mas, mesmo assim, ela enfrenta dificuldades porque não tem capital de giro.

Além de não obter isenção e não dispor de capital de giro, ela ainda convive com sindicatos extremamente atuantes, os quais cobram todas as benesses possíveis. Essa empresa sai de lá e vai para um Estado do Centro-Oeste, onde recebe isenção tributária e não sofre pressão do sindicato. Então ela se capitaliza. Como consegue isso? Ela vende aquela área urbana valorizada por um valor suficientemente alto para fazer capital de giro. Aí está a incongruência maior: após dez anos – normalmente esse é o prazo de isenção conseguido em outro Estado –, se aquela empresa retornar ao Estado de origem, conseguirá isenção, porque é uma empresa nova que está chegando. São coisas que não conseguimos entender. A verdade é que se o Governo tivesse um crédito fácil e um incentivo maior, se nós do Nordeste e do Centro-Oeste pudéssemos e soubéssemos usar mais o BNDES – isso passou a ser uma prerrogativa do Sudeste –, não haveria a migração de empresas, que passam dez anos num lugar e mudam para outro. Isso

em parte é bom porque qualifica essa nova mão-de-obra e capitaliza essas empresas como acabei de dizer, mas cria a situação injusta de a empresa estar “com a mala nas costas”, mudando de Estado para Estado. O ruim é que não conseguimos verbas em outro canto, e o empresariado fica entre a cruz e a espada. O que pode fazer para conseguir capital de giro? V. Ex^a pode ver, apenas nessa pequena descrição – eu poderia aumentar o quadro, mostrando que existem muitas outras incongruências, nessa pequena mudança de um Estado para outro, que há muita injustiça, mas também muitas benesses podem ocorrer, como, por exemplo, a venda do imóvel. Isso permite a muitas empresas se capitalizarem, a se modernizarem e, então, concorrerem no mercado externo e trazerem divisas para o Brasil, uma vez que, com máquinas novas e modernas, o custo diminui, permitindo a concorrência com o exterior. Parabéns pelo discurso. Eu me solidarizo com V. Ex.^a.

A SRA IRIS ARAÚJO (PMDB – GO) – Nobre Senador Ney Suassuna, V. Ex^a continua, como sempre, engrandecendo não só os discursos que pronuncio, mas também os de outros Senadores. Tenho observado a presença de V. Ex^a neste plenário. V. Ex^a faz observações muito próprias no momento em que proferimos o discurso, mostrando que tem muito conhecimento. Por isso, peço à Mesa que seja incorporado ao meu pronunciamento o aparte de V. Ex.^a.

Sr^{as} e Srs. Senadores, é nesse contexto que se realça ainda mais a solução para os problemas de desenvolvimento regional, representada pelo agronegócio, que, neste plenário, tem sido tão debatido ou explicado, de forma muito positiva. Já compreendida a agricultura, a pecuária e a transformação industrial que sofrem os produtos naturais dessas duas atividades primárias.

O agronegócio, há anos – eu ouço isso há bastante tempo, desde que Íris Rezende era Ministro da Agricultura –, é uma ilha de prosperidade contínua e sustentada no meio do mar de incertezas e de soluções de crescimento dos demais setores da economia nacional. Tal pujança do agronegócio – em expansão ano após ano, faz muito tempo, como eu acabei de dizer – demonstra que cada real aplicado no campo tem o potencial comprovado de se multiplicar e trazer resultados. Isso representa muito, em um momento em que o setor público tem muito pouco para investir e precisa, portanto, fazer render ao máximo os escassos reais de que dispõe, depois de pagas despesas como transferências constitucionais, pagamento de pessoal e pagamento do serviço da dívida pública.

Hoje, após tantos percalços vividos pela economia brasileira, afetada por seguidas crises internacionais na última década, o agronegócio segue seu caminho de sucesso. A agropecuária responde por mais de 7% do PIB nacional. Por sua vez, o agronegócio contribui com mais de 40% das exportações brasileiras, o que é um número eloqüente. Analisando somente as estatísticas dos dois últimos anos, verificamos que o saldo comercial do agronegócio tem ficado em torno de US\$20 bilhões. Como o saldo comercial dos demais setores da economia tem sido negativo, não fosse pelo superávit do agronegócio, teríamos tido déficit na balança comercial, em 2001 e 2002.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o investimento público direcionado para o interior brasileiro tem o poder de atacar todos os principais problemas nacionais, a começar pela fome e pela miséria, que nos preocupam imensamente a todos.

É da terra que vem o alimento que garante a vida. A terra é a mãe de todas as mães e devemos valorizá-la imensamente! Inadmissível não compreender determinadas essências de uma nação. Qualquer governante realmente voltado para a promoção da justiça social deve, primeiramente, atacar de maneira implacável o cenário das desigualdades. No caso brasileiro, elas residem basicamente nas gritantes disparidades regionais que superlotam as cidades do Sul-Sudeste. Este fenômeno urbano gera a violência cotidiana que se espalha como um rastilho de pólvora lá fora, vendendo a imagem de um Brasil cuja única lei que impera é a das armas dos bandidos.

Chega, Sr. Presidente! Está na hora de se promover uma positiva e decisiva volta às origens, volta ao interior, volta ao campo. Para isso, o Governo precisa dar a direção e as devidas motivações representadas por incentivos que, sem dúvida, vão multiplicar-se tremendamente.

Em primeiro lugar, o investimento no campo tem alto impacto de crescimento, como já está sobejamente demonstrado. Repito que, em época de poucos recursos públicos disponíveis para investimento, há necessidade de direcioná-los para as atividades com maior efeito multiplicador em termos de renda e de emprego. O imenso potencial ainda não explorado do setor agropecuário traz retorno garantido, como tem ocorrido continuamente nos últimos anos.

Em segundo lugar, pela força exportadora do campo, o investimento público direcionado para o agronegócio é importante também para diminuir a vulnerabilidade externa de nossa economia, Senador Leonel Pavan, vulnerabilidade que é entrave à capacidade de a economia brasileira crescer. Investimento

no agronegócio gera divisas, aumentando muito o saldo positivo da balança comercial.

E, em terceiro lugar, o mais importante: o investimento público direcionado ao agronegócio é direcionado também naturalmente para o interior brasileiro, para as regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos. Na total ausência de políticas públicas desenvolvimentistas voltadas à superação dos desequilíbrios regionais, tal investimento representaria um revigoramento, uma injeção de ânimo nas regiões mais atrasadas. Como consequência, o homem do campo teria estímulo para permanecer em seu lugar de origem, e as grandes cidades brasileiras, inchadas e desfiguradas pela miséria e pela violência, teriam menos um problema com que lidar, que é a migração do meio rural.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não vejo, no horizonte, solução mais óbvia, mais eficiente, mais rápida para os gravíssimos problemas econômicos e sociais por que passamos no momento!

O Brasil quer crescer? Invista-se no campo!

O Brasil quer fortalecer a Balança de Pagamentos? Invista-se no campo!

O Brasil quer proporcionar desenvolvimento mais equilibrado entre suas regiões e fixar o homem rural em sua comunidade de origem? Invista-se no campo!

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Ouço com muito prazer o aparte de V. Ex^a, que sempre abrihanta os meus pronunciamentos.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Cumprimento a nobre Senadora por esta brilhante explanação, principalmente por sua preocupação com o êxodo rural devido à falta de investimento no homem do campo. Hoje mesmo fiz um pronunciamento para que os Governos Estaduais e o Federal olhassem com maior atenção a agricultura familiar, que mais gera empregos, mais produz e, no entanto, tem as menores áreas de terra. Hoje, infelizmente por falta de investimento, nobre Senadora Iris, por falta de infraestrutura no campo, por falta de incentivo, por falta de lazer e de incentivo à cultura, os filhos dos homens do campo estão procurando as capitais e os centros urbanos, na esperança de encontrar emprego. Por falta de universidades e, às vezes, de escolas com ensinamentos fundamentais e médio, por falta de saúde, habitação, incentivo, eles procuram os centros urbanos, iludidos pelo canto da sereia, na expectativa de encontrar emprego e ter uma vida fácil. Porém, como não têm uma

profissão definida, não são carpinteiros, pedreiros, costureiras, ou seja, não têm o conhecimento do **métier** das regiões urbanas – eles conhecem apenas a questão agrícola –, muitos ficam desempregados, sem casa e, às vezes, ingressam na marginalidade, criando um enorme problema social para o País. Em Santa Catarina, nobre Senadora, o Governador Luiz Henrique, do PMDB, Partido de V. Ex^a – que apoiei –, criou o projeto de descentralização. Existem 29 subgovernadorias naquele Estado, a fim de que a comunidade fique mais próxima do Governo, para que se invista mais em turismo, educação, saúde, habitação, agricultura, cultura, lazer e para que o jovem tenha vontade e esperança de trabalhar na sua região, na sua cidade. Santa Catarina está implantando esse projeto, a exemplo do que já ocorre em países da Europa, como Holanda, Alemanha, Itália e outros. V. Ex^a se preocupa com uma questão que abordei hoje em meu pronunciamento e que, ontem, alguns Senadores também descreveram. A nobre Senadora usa o microfone sempre preocupada com a área social, com a mulher, com a criança, com o agricultor. V. Ex^a é a Senadora dos desassistidos do nosso Brasil, das camadas sociais mais prejudicadas. Os pronunciamentos que faz são fantásticos e mantêm abertos os olhos do Governo, para que trate com maior abrangência os problemas sociais. Por isso, quero cumprimentá-la. O Brasil sairá da crise no dia em que olharmos para os homens do campo, para a família do campo. Toda a população brasileira terá comida na mesa no dia em que o Governo começar a investir não nos latifundiários, nos grandes empresários do campo, mas no homem do campo e na sua família, no agricultor, naquele que trabalha 24 horas por dia, durante os 30 dias do mês. O agricultor precisa de incentivo, e não de um empréstimo de R\$400,00 ou R\$600,00, porque esse valor não paga sequer uma parcela de uma tobata. Ele precisa de incentivo, de educação e de saúde para que seu filho dê continuidade ao que iniciaram seus avós e seus pais há muitos anos. Senadora Iris de Araújo, parabéns! V. Ex^a pelo pronunciamento que faz. Requisitarei cópia para encaminhar às famílias agrícolas, a fim de que conheçam o pensamento de uma Senadora de Goiás que se preocupa com todo o Brasil. Parabéns!

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Agradeço, nobre Senador Leonel Pavan, o aparte. Com muito prazer, enviarei a S. Ex^a cópia do meu pronunciamento, desde que, em seu conteúdo, seja incorporado o pronunciamento de V. Ex^a, que muito contribui, pelo seu conhecimento, para meu discurso. A Mesa está me avisando que devo terminar. Certa-

mente, Senador, eu concordo quando V. Ex^a aponta o êxodo rural como uma das causas da marginalidade e da violência em nosso País. Pessoas deixam sua comunidade no campo à procura de uma ilusão na cidade grande, ilusão essa que muitas vezes a televisão, inconscientemente, em seu afã de levar o lazer, oferece. Essas pessoas, em sua inseqüência, sem saber exatamente o que vão encontrar, dirigem-se para a cidade e acabam por ter grandes dificuldades em se adaptarem ao sistema urbano.

Assim, estamos criando talvez uma fábrica de marginais. Por isso temos procurado detectar o problema na origem, para combater com eficiência não só os efeitos, mas também as causas. E uma das causas é a que V. Ex^a acabou de apontar. Por isso, faço este pronunciamento. Concluo agora.

O interior brasileiro tem sido responsável pelas boas notícias, bem raras, sobre a economia brasileira. Por que negligenciá-lo? Por que preteri-lo no momento em que se definem os investimentos públicos, em favor da indústria dos Estados mais ricos?

Tenho certeza de que, caso mude essa mentalidade urbana e pretensamente industrialista – digo pretensamente em razão do alto grau de tecnologia que hoje está inserido no agronegócio – assistiremos a uma verdadeira revolução no desenvolvimento e prosperidade do País!

É essa a mudança e a autêntica revolução que o povo brasileiro tanto espera.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Iris de Araújo, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Com a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa, por vinte minutos.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, público que nos assiste, hoje quase todos os jornais trazem matéria sobre as decisões tomadas ontem, como as relativas aos Estados exportadores, que o Governo Lula vinha, há semanas, discutindo.

Os jornais divulgaram manchetes como: “Lula aceita compensar Estados exportadores”, “Lula deixa Governadores satisfeitos”, “Presidente garante a criação de um fundo para compensar perdas de arrecadação de ICMS dos Estados exportadores”.

Esse assunto, com certeza, já foi muito discutido e debatido pelo Congresso Nacional, pela sociedade, pelos diversos Governos, por empresários e por todos aqueles que têm interesse em que este País dê certo.

E esse não é um problema criado neste Governo, mas um problema que herdamos. O Governo Lula tem demonstrado, e ontem, na reunião dos Governadores, manifestou sua posição firme de que tem uma proposta de solução. O Pará é um dos Estados que mais sofreu com essa perda. Para se ter uma idéia, desde a aprovação da Lei Kandir, o Estado do Pará deixou de arrecadar cerca de R\$500 milhões de reais de ICMS.

Há cerca de 15 dias, eu trouxe a este Plenário duas propostas, entre as quais uma proposta de emenda constitucional que apresentei nesta Casa, juntamente com uma sugestão de emenda à reforma tributária. Entreguei as duas ao Relator da Reforma Tributária, Deputado Federal Virgílio Guimarães. Eu também as entreguei a técnicos do Ministério da Fazenda. Na verdade, a proposta de emenda constitucional resultou de um trabalho feito a partir de discussões desenvolvidas em vários setores da sociedade: setores técnicos, setores produtivos, juristas, especialistas na área. A minha alegria foi ver que o Governo Lula aproveitou praticamente tudo o que apresentamos na nossa proposta de emenda constitucional.

O fundo que existia e que, por vontade do Governo anterior teria terminado em 2000, acabou sendo prorrogado até 2002. E o atual Governo garantiu que o fundo será prorrogado até o ano de 2006.

O fundo não resolvia todos os problemas. O Governo e outros setores da sociedade se debruçaram sobre o assunto e nós trouxemos a proposta concreta de criar um fundo de compensação diferente dos moldes vigentes: um fundo que pode ressarcir os Estados apenas pelo volume exportado. De acordo com a nossa proposta, metade seria pelo volume, e metade pelo saldo positivo na balança comercial. Ou seja, beneficia principalmente os Estados que exportam mais do que importam.

Coincidentemente, o Governo apresenta a mesma proposta. Foi divulgada uma tabela pela imprensa contendo as novas regras. Há outra coincidência. O fundo por nós proposto é composto de dois impostos: o Imposto sobre o Produto Industrializado e o Imposto de Importação. Também a proposta do Governo retira recursos desses dois impostos. Portanto, Senador Mão Santa, eu me sinto particularmente contemplada e feliz por ter contribuído com a Reforma Tributária, mesmo que

ela esteja tramitando na Câmara dos Deputados, pois a nossa idéia foi absorvida e apresentada pelo próprio Governo como uma solução.

Apresentamos uma outra idéia ao Relator da Reforma Tributária. Além de contribuir especialmente com os Estados eminentemente exportadores mais do que importadores, além de diversificar recursos retirando-os também do Imposto de Importação, apresentamos um modo de pôr fim a um problema que vem como uma bola de neve e chega como uma bomba relógio contra cada Estado exportador. E é exatamente isso que o Governo está exigindo. Ele cria o Fundo, mas exige que os Estados compensem as empresas exportadoras. Hoje na prática isso pouco acontece. Muitos Estados ficam com os créditos das empresas nas Secretarias das Fazendas e, com isso, não há a desoneração.

A nossa proposta é de securitizar, de transformar esses créditos em títulos públicos, para que possam servir para pagamentos de tributos. Assim, a União pode compensar, descontando isso de cada Estado de acordo com o recolhimento de ICMS. Isso também constitui uma forma de desarmar a bomba relógio.

Portanto, quero elogiar o nosso Governo e todos aqueles que contribuíram para a proposta de emenda constitucional que fizemos e para a proposta de securitização de transformar em títulos públicos esses créditos de ICMS, que entregamos ao Relator e aos técnicos do Ministério da Fazenda.

Outro ponto que consideramos importante. Esse fundo não deve ser eterno, mas temporário. Com certeza, o Governo já colocou isso de forma muito clara. Esse fundo só tem razão de existir enquanto a cobrança do ICMS for feita na origem. A partir do momento em que ela for feita no destino, no consumo, perde sua razão de existir, porque, com certeza, os Estados exportadores não precisam mais desse fundo.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero dizer que hoje é um motivo de alegria para nós, por termos tido, pelo Governo Lula, solução concreta para um problema de tantos anos de Governo Fernando Henrique. Apresentei uma proposta que foi fruto de discussão por várias pessoas, por setores da sociedade, e fico feliz por ver que a nossa proposta foi, enfim, acatada e que o Governo aproveitou todas as nossas idéias, principalmente com relação a como se constituir o fundo.

O Governo não determinou se é 50%, por exemplo, segundo o volume de exportação e 50% segundo o saldo da balança comercial, o saldo positivo, ou seja, metade para aqueles Estados que exportam

mais do que importam. Ele diz que isso será determinado por lei complementar, que será por nós definida. E eu já estou aqui apresentando uma proposta que é para discussão do Congresso. É uma proposta de emenda constitucional que, com certeza, será alvo de debates. Espero que possamos fazer o melhor, já que, sem dúvida, os Estados exportadores contribuem para a balança comercial brasileira e, portanto, para o País inteiro, para diminuir o risco Brasil. Com isso, estamos contribuindo não só para aqueles Estados, mas principalmente para o País. Como disse o Relator da reforma tributária, Deputado Virgílio Guimarães, quando apresentamos a proposta, "o Pará já contribuiu muito com o Brasil; está no momento também de o Brasil contribuir com o Estado do Pará". Era esse o registro positivo que eu gostaria de fazer.

Eu também pediria licença para fazer um registro muito importante do que ocorreu desde o meio da semana passada, sendo concluído na noite de sábado. Subi à tribuna na sexta-feira e pronunciei-me para o Brasil inteiro, fazendo um apelo à Companhia Vale do Rio Doce, ao Ministério da Justiça, para que se resolvesse, de forma pacífica, o impasse criado entre a comunidade indígena dos Parakategê, dos índios Gavião, e a Companhia Vale do Rio Doce. Os índios ocuparam a ferrovia e interromperam o tráfego para reivindicar o cumprimento de um compromisso assumido. A ata da reunião em que foi assumido esse compromisso encontra-se aqui conosco. A Companhia assumiu, por meio de seu representante, o compromisso, desde o dia 13 de agosto do ano passado, de reformar trinta casas da aldeia. Esse compromisso não havia sido cumprido até a semana passada, mais de dez meses depois de ter sido firmado não só diante da comunidade indígena, mas também dos representantes da Funai e do Ministério Público Federal.

Preocupada com essa situação de conflito, estive no Município de Marabá. Cheguei na sexta-feira à noite e participei de todo o processo de negociação. A comunidade indígena, de forma espontânea, retirou-se da ferrovia, aceitando negociar, como o fez a Companhia Vale do Rio Doce. Se chegássemos a bom termo, tudo bem; caso contrário – e essa era minha preocupação –, a comunidade afirmou que voltaria a ocupar a ferrovia.

É lógico que não podemos deixar de dizer que ocupar uma ferrovia é um ato legal. No entanto, não se pode dizer que a ação dos indígenas pode comparar-se a um ato criminoso. Quem está simplesmente reivindicando um compromisso assumido, inclusive perante o Ministério Público Federal, não tem nenhuma intenção criminosa, mas quer apenas chamar a

atenção, na tentativa de que essa solução chegue a melhor termo.

Queria dizer a todos que, graças a Deus e também ao esforço – necessário registrar – do Procurador da República Dr. Sidney Madruga, incansável em conduzir os entendimentos da melhor forma possível, as negociações, que duraram horas, dias, obtiveram êxito. Chegamos, ao final, a um termo de compromisso e assunção de responsabilidades em que a Companhia do Vale do Rio Doce assume o compromisso de, a partir do dia 15 de agosto, construir 15 novas casas e reformar as 32 existentes nessa comunidade indígena, comunidade que sofre hoje de uma grave doença, a tuberculose. Além disso, a Companhia Vale do Rio Doce assumiu o compromisso de repassar a essa comunidade uma parcela no valor de R\$250.000,00 e mais duas parcelas de R\$200.000,00, referentes aos meses de julho, agosto e setembro, até que a Comissão Multidisciplinar, formada a partir de um termo de referência criado pela Funai, possa estabelecer o valor correto que deve ser repassado para essa comunidade indígena.

É preciso que saibamos entender a realidade em que vivem os índios, os verdadeiros donos dessa terra. Aqui está a ata em que a Companhia Vale do Rio Doce, no dia 13 de agosto, compromete-se a construir as casas, o que não fez.

Chegamos a um final feliz, mas acompanharemos o cumprimento desse termo de compromisso. Estranhamente, a Companhia Vale do Rio Doce colocou uma nota na imprensa dizendo que seria um termo de entendimento. Eu estava lá e assinei o termo, que está aqui para todos verem. Trata-se de um termo de compromisso e assunção de obrigações, celebrado perante a Procuradoria da República em Marabá, no Estado do Pará, entre a Companhia Vale do Rio Doce e a comunidade indígena Parakategê. O termo de compromisso vem assinado pelo Procurador Dr. Sidney Madruga e por mim, Senadora Ana Júlia Carepa. Assinam ainda representantes da Funai nacional, da Funai em Marabá, da Companhia Vale do Rio Doce e da comunidade indígena.

Estamos todos de parabéns. Mas eu gostaria de fazer uma sugestão: que a Companhia Vale do Rio Doce se prepare melhor, inclusive com a contratação de pessoas que possam tratar com a comunidade indígena, com pessoas com a qual a Companhia tenha relacionamento, porque percebemos uma fragilidade na relação da Companhia com a sociedade civil, principalmente no Estado do Pará. É necessário que a Companhia respeite melhor a sociedade do Estado do Pará e não passe a imaginar que apenas com notas ela irá restabelecer esse respeito. Isso não é ver-

dadeiro, até porque parte dessas notas não corresponde à verdade.

Parabenizo o Procurador da República, parabenizo a postura pacífica dos índios, parabenizo a Funai (Fundação Nacional do Índio) e parabenizo, sim, ao final, a Companhia Vale do Rio Doce, porque aceitou negociar e também cedeu, em alguns momentos difíceis a que chegamos nessa negociação. Mas, como Senadora, irei acompanhar para que não ocorram mais situações como essa e para que possamos, ao final e ao cabo, respeitar aqueles que não pediram para a ferrovia passar nas suas terras. Nós é que fomos lá; nós é que levamos a eles, inclusive, outra realidade. Portanto, Senadores, é necessário que respeitemos aqueles que aqui estavam quando chegamos, como merecem.

Com certeza é também o momento de uma nova relação, que acredito que estamos tendo, até por conta do novo Governo. Chegaremos até mesmo a um projeto de desenvolvimento sustentável nessa comunidade indígena.

Como V. Exas podem ver, hoje é um dia feliz para nós, por termos conseguido perceber que o Governo assumiu a nossa proposta na Reforma Tributária e por termos chegado ao final de uma negociação muito tensa entre a comunidade indígena e a Companhia Vale do Rio Doce em paz e tranquilidade. Hoje, com certeza, é um dia de comemoração não só para nós, do Estado do Pará, mas para todos os brasileiros.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Concedo a palavra ao Exmº Sr. Senador Paulo Octávio por 20 minutos.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – É com muita honra que assomo a tribuna, no momento em que o ilustre Senador Augusto Botelho, representante de Roraima, preside esta primeira sessão não-deliberativa de julho de 2003.

Antes de mais nada, eu gostaria de registrar o meu descontentamento com o fato ocorrido ontem, no Palácio do Planalto. Sr. Presidente, acredito na democracia. Acredito que o Brasil avançou muito e que vivemos num País em que as instituições estão fortes e são respeitadas.

Na última sexta-feira, em pronunciamento infeliz, o Presidente da República manifestou o desejo de ver governando Brasília o candidato derrotado na eleição do ano passado. Isso motivou que o Governador eleito de Brasília, muito acertadamente, não estivesse presente na reunião com todos os Governadores,

promovida no Palácio pelo Presidente da República. Foi designada a Exm^a Sr^a Vice-Governadora, uma mulher de fibra, democrata, que pautou a sua vida lutando pelos mais necessitados e pelo social. Uma digna representante da mulher brasileira e do povo de Brasília.

E, para a nossa surpresa, a nossa Governadora, representando o povo da nossa cidade, representando dois milhões de brasileiros, dois milhões de brasilienses, foi vaiada no Palácio do Planalto, que tem de ser uma referência para o País. Aquele é um palácio onde todos os brasileiros, de todos os Partidos e ideologias, devem ser respeitados.

Moro em Brasília há quarenta e dois anos. Cheguei aqui menino, acompanhei o governo de vários Presidentes. Já estive no Palácio centenas de vezes; já assisti a todo tipo de cerimônia, mas nunca ouvi falar que um representante do povo brasileiro tivesse sido vaiado dentro do Palácio do Planalto.

É triste para Brasília, é triste para a democracia, é triste para as instituições. Preocupa-me muito o que ocorreu ontem. O respeito e a educação devem pautar as cerimônias oficiais.

Quero aqui registrar o pesar da população de Brasília, que foi ofendida, ontem, numa cerimônia oficial. Deixo os meus cumprimentos a Maria de Lourdes Abadia, pessoa que respeito e admiro, e que é a Vice-Governadora desta cidade. S. Ex^a não merecia receber o que ocorreu ontem.

Sei que o Presidente, em um gesto carinhoso, abraçou-a e procurou resgatar a formalidade da cerimônia, mas o estrago foi feito. Cabe ao Palácio do Planalto impedir que manifestações dessa natureza voltem a ocorrer numa Casa que representa a República Brasileira, o Poder Público e o Presidente da República. Isso é muito sério. E entendo que fatos como esse não devem ocorrer mais no nosso País.

Mas, Sr. Presidente, vim aqui hoje falar sobre o turismo. O turismo, como o segmento econômico que mais gera empregos e que mais se desenvolverá no mundo, conforme dados da Organização Mundial de Turismo, exige dos cidadãos conscientes do assunto um verdadeiro “mutirão” no sentido exatamente de criar uma mentalidade de turismo em todos os brasileiros.

Precisamos realmente “fazer a cabeça” não somente dos profissionais que operam no setor – e são listadas 52 atividades profissionais envolvidas com o turismo –, desde o motorista de táxi, o garçom, os setores de transportes, alimentação, lazer e entretenimento, até as autoridades municipais, estaduais e federais, num trabalho de convencimento da sociedade

brasileira, para que considere o turismo um dos mais importantes alavancadores da nossa economia.

O saudoso Senador Mário Covas cunhou uma frase que traduz a vocação do Brasil para o turismo: “Há cinco séculos, o Brasil descobriu sua vocação: o turismo”. É evidente que o Brasil foi descoberto para o turismo, mas ainda não se descobriu para o turismo, que precisa ser urgentemente resgatado como o nosso segmento econômico mais importante.

É chegada a hora de o Brasil aproveitar-se da situação mundial do turismo, que se encontra em grande mutação, em função dos atentados terroristas, principalmente os de 11 de setembro de 2001, em Nova Iorque, e os mais recentes, como os da casa noturna de Bali e o do teatro de Moscou.

O empresário Antônio Ermírio de Moraes, muito sabiamente, chama-nos a atenção, em artigo publicado no **Jornal do Brasil**, sobre o fato de que está havendo um redirecionamento do turismo mundial, com o decréscimo do turismo nos países vítimas da violência e de atentados terroristas e o acréscimo significativo do número de turistas nos países menos afetados pelo perigo da guerra e do terrorismo, como é o caso da China, que tem tido um crescimento do turismo em torno de 13% ao ano.

Sabemos que o turismo tem registrado crescimento recorde nos últimos anos, superando, apesar da crise, a indústria automobilística do Japão, a agricultura nos Estados Unidos e os bancos na Suíça, respondendo por 10% do PIB mundial.

Apesar dos efeitos negativos dos atentados terroristas, 2002 pode ser considerado um dos melhores anos para o tráfego internacional de turistas. É que, pela primeira vez na história, foi ultrapassada a marca de 700 milhões de chegadas, mas com o registro da mudança do eixo: a América perdeu a hegemonia mundial do turismo, passando a Ásia e o pacífico para o primeiro e segundo patamares.

E sabemos mais que o turismo tem uma característica ímpar: ao contrário das indústrias de ponta, de alta tecnologia, o turismo é sempre fonte geradora de empregos, responsável pela absorção de 1 em cada 9 trabalhadores do planeta. O turismo é um forte elemento de indução de economias em desenvolvimento, como fonte geradora de empregos. O setor costuma listar 52 atividades e segmentos diferentes da economia, como já mencionei anteriormente.

Ocupando do 29º lugar no **ranking** da OMT, Organização Mundial de Turismo, como destino turístico mundial, o Brasil reúne as condições em potencial de se qualificar mais em termos de turismo.

Mas, enquanto a China registrou em 2000 um total de 75 milhões de turistas, apresentamos o pífio resultado de 5 milhões. É uma grande diferença, e tal fato exige de todos os envolvidos no setor um esforço redobrado para quebrar as barreiras, os preconceitos, o desconhecimento que o estrangeiro tem do nosso País.

É longo o caminho a ser percorrido. Precisamos agir em várias frentes, desde o treinamento de recursos humanos, área em que nos encontramos muito atrasados, passando por infra-estrutura de transportes, de estradas, de rede hoteleira, de restaurantes etc.

Por isso, damos um voto de confiança no novo Plano Nacional de Turismo, que tem como metas tornar o turismo o maior item de exportação do Brasil, com o ingresso de R\$8 bilhões até o ano de 2006, gerando 1,2 milhões de empregos diretos, que corresponde a mais de um décimo dos 10 milhões de postos de trabalho que o Presidente Lula anunciou como meta de seu Governo.

Outra meta do Plano é o aumento de 40 milhões para 60 milhões do número de chegadas aéreas internas, incrementando o turismo interno. Os destinos turísticos mais tradicionais do Brasil, como as lindas praias quentes do Nordeste, o Pantanal de Mato Grosso, a Amazônia, as Cataratas de Iguaçu, as belezas históricas de Minas, da Bahia e do Rio de Janeiro, todos esses destinos devem ser promovidos para atrair não só os estrangeiros como também os brasileiros. Sem falar de Brasília, que, por sua arquitetura e urbanismo ímpares, símbolo da criatividade e do arrojo do povo brasileiro, deve ser reverenciada pelos brasileiros, como os norte-americanos reverenciam Washington.

É necessário que o Governo desburocratize e agilize a aplicação dos financiamentos públicos destinados ao turismo, que o Presidente Lula anunciou terem sido disponibilizados em R\$1,8 bilhão. E que a segurança seja reforçada, ao mesmo tempo em que se combate o desemprego, grande indutor da criminalidade.

Só um verdadeiro mutirão nacional que una todos os segmentos empresariais e profissionais envolvidos com o turismo, um resgate da nossa auto-estima, tal qual ocorreu com a construção de Brasília, em que o "jeitinho brasileiro" não signifique quebra-galhos, não resulte em coisas malfeitas ou improvisadas, mas numa forma criativa de o povo brasileiro receber bem o turista, ser profissional, ser treinado, oferecer conforto, lazer, entretenimento, diversões, **shows** e alegrias. A intervenção do homem aqui funciona não como contraponto, mas como um complemento natural, uma harmonia do homem com essa

natureza esplendorosa, essa natureza sem desertos, sem tufões, sem vulcões, sem cataclismas nem quaisquer outros tipos de fenômenos prejudiciais ao ser humano.

O Brasil é uma dádiva divina em termos de natureza e de povo. Precisamos mostrar isso aos brasileiros e ao mundo. Recentemente, um grupo de Senadores membros da Subcomissão de Turismo, ligada à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, visitou a Estância Ecológica Sesc Pantanal, acompanhado dos Deputados Federais Ronaldo Vasconcelos, Presidente da Subcomissão de Turismo da Câmara, e Alex Canziani, Presidente da Frente Parlamentar de Turismo. Esteve também conosco o ilustre Senador Mão Santa, presente neste momento, representando o povo piauiense. Fomos a convite da Confederação Nacional do Comércio, entidade que congrega o setor de comércio, serviços e turismo empresarial no Brasil e que gerencia as entidades Sesc e Senac.

O Hotel Sesc Porto Cerrado, entre os Municípios de Poconé e Barão de Melgaço, está situado numa das regiões mais privilegiadas pelas belezas naturais do pantanal norte e foi concebido com todos os cuidados ambientais. O hotel está apto a operar nos períodos de seca e cheia, como parte de uma infra-estrutura de lazer e hospedagem da Estância Ecológica Sesc Pantanal, que ocupa uma área de aproximadamente 110 mil hectares, maior, portanto, que alguns países do mundo.

Ali, os comerciantes e seus dependentes desfrutam, a preços extremamente baixos, de todo um espaço de conforto, em meio a uma estrutura que reflete o sonho dos educadores ambientais na busca de uma consciência ecológica.

Podemos afirmar que conhecemos um hotel ecologicamente correto, onde tudo é pensado em termos de respeito e convívio harmônico com a natureza, com opções de passeios ecológicos, caminhadas rústicas, passeios de charrete, de bicicleta, de bonde, a cavalo e em barcos.

A Estância Ecológica Sesc Pantanal está, portanto, perfeitamente adequada à educação ambiental e à pesquisa científica, contempla a preservação e o uso sustentável de riquíssimos recursos naturais associados a programas recreativos, educativos e acadêmicos para públicos diversificados, inclusive turistas nacionais e estrangeiros. Por isso, é uma área legalmente considerada Reserva Particular do Patrimônio Natural, RPPN.

Tivemos oportunidade de conhecer turistas até de países que não imaginávamos, como a Eslovênia, recém-vinda de uma guerra civil.

Em meio à rica fauna, à flora, às águas dos rios Cuiabá e São Lourenço, conhecemos um Brasil que tem muito a oferecer ao mundo em termos de ecoturismo.

O mundo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, está ávido por ecoturismo, por conhecer naturezas preservadas, como a do Pantanal. E o Brasil é um dos poucos países do mundo que tem muito, tem tudo a oferecer nessa área. E a Estância Ecológica Sesc Pantanal, com cinco unidades operativas integradas por contingências geográficas e sociais, tem o Pantanal como seu vetor pedagógico. O Pantanal que verte e converte os homens a uma nova visão do mundo, por sediar uma das mais fantásticas âncoras da vida animal e vegetal do planeta; pela riqueza e beleza de sua biodiversidade; por ser ele, naturalmente, um revolvedor de mentes, que predispõe o ser humano a mudanças; por facilitar ao homem a compreensão do mundo fora dos espaços acadêmicos e urbanos, ali onde o homem é parte intrínseca da natureza.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paulo Octávio, conceda-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Com o maior prazer, concedo o aparte ao ilustre membro da Subcomissão de Turismo, que participou conosco dessa aventura de conhecer o Sesc Pantanal, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paulo Octávio, testemunho o apreço que V. Ex^a consegue hoje em Brasília e no Brasil. V. Ex^a é um político de perspectivas invejáveis, em Brasília e no Brasil. Em primeiro lugar, cumprimento-o pela coragem, porque o grande erro do PT é confundir democracia com anarquia. Nunca dantes, em 502 anos, foi relatada uma vaia a uma autoridade pública no Palácio da Presidência da República. Em segundo lugar, o Piauí já ensinou esta justiça: essa cassação é golpe. No Piauí, o povo cassou os cassadores. Nossos cumprimentos também por ter levantado essa importante bandeira de riqueza, de recurso, de emprego, pois a grande desgraça deste País é o desemprego. O Brasil aparecia como vice-campeão do desemprego, mas creio que agora passou a campeão. Estive em Cuiabá, a convite de V. Ex^a, e, com a minha Adalgiza, fui à praça na manhã seguinte, depois da missa, e vi uma multidão numa fila. Havia uns cabeleireiros do Sesc pintando e penteando cabelos. Aproximei-me com Adalgiza, e perguntamos se a fila era para pintar o cabelo. E responderam que eram todos aprendizes. Cinco mil cuiabanos estavam se candidatando a um emprego oferecido pelo Sine local. Então, o turismo dá o emprego e mais, como dizia São Francisco: “onde hou-

ver tristeza, que eu leve a alegria”, traz a alegria e a felicidade que todos merecemos. Quero lhe dizer que ainda quero votar em V. Ex^a para Presidente do Brasil. Meus cumprimentos.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Senador Mão Santa, V. Ex^a me comove e privilegia com seu aparte.

Quero dizer que é um privilégio para todos nós. Para mim, para o Senador Augusto Botelho, que preside esta sessão, para o Senador Hélio Costa e para todos os presentes, é uma satisfação conviver com a sabedoria que V. Ex^a soube conquistar na sua vida pública, no seu constante contato com a população mais carente, na sua vida como médico. A convivência com V. Ex^a, Senador, nos deixa, em todos momentos, prazerosos.

Nós, Membros da Subcomissão de Turismo, tivemos o privilégio – o Senador Leonel Pavan não pôde participar – de desfrutar da convivência com V. Ex^a e sua esposa, D. Adalgiza, por alguns dias no Pantanal, quando pudemos colher tantas informações importantes da história política não só brasileira, mas mundial. V. Ex^a nos passou tantos conhecimentos que quero registrar a gratidão de ter tido a oportunidade de tê-lo tido como companheiro nessa viagem.

Esperamos e aceitaremos, sim, o seu convite para visitar o Piauí. Lá quero estar ao lado do Senador Leonel Pavan, como Membro da Comissão de Turismo, visitando o seu Estado. Será um privilégio viver o Piauí ao seu lado, Senador!

O Sr. Hélio Costa (PDDB – MG) – Senador Paulo Octávio!

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Ouço V. Ex^a, Senador Hélio Costa!

O Sr. Hélio Costa (PDDB – MG) – Gostaria, rapidamente, de cumprimentar V. Ex^a pela defesa, sempre tão bonita, da cidade de Brasília. Brasília, foi criada por um mineiro, o nosso querido Juscelino, e permanentemente defendida por V. Ex^a. Também desejo lembrar que o Senador Paulo Octávio é um mineiro da nossa belíssima cidade de Lavras, lá na região das vertentes de Minas Gerais.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Onde V. Ex^a é tão bem votado, Senador Hélio Costa.

O Sr. Hélio Costa (PDDB – MG) – Sempre, muito lembrado pelo queridíssimo povo de Lavras. Então, ficamos muito orgulhosos do trabalho que V. Ex^a vem realizando, defendendo permanentemente a nossa querida Capital e, sobretudo, desta lembrança sempre presente: Brasília e Juscelino.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Senador Hélio Costa, muito obrigado pelo aparte.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Fazendo soar a campainha) – Consulto o Plenário sobre a prorrogação da sessão por 10 minutos, para que o orador conclua sua oração e o Senador Garibaldi possa falar. (Pausa)

Não havendo objeção do Plenário, está prorrogada a sessão por 10 minutos.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sr. Presidente, não precisarei de mais do que três minutos para encerrar o meu pronunciamento.

Vimos, Sr. Presidente, que graças a uma nova mentalidade, muitos animais, antes ameaçados de extinção, estão superpovoando aquele espaço, como é o caso, inclusive, dos jacarés. Nunca vi uma população tão grande de jacarés como nessa viagem ao Pantanal. A quantidade de jacarés existente impressionou a todos e provocou, em quantos assistem àquele espetáculo do mundo animal, a perguntar se não é hora de os técnicos liberarem uma caçada controlada aos jacarés, de forma assistida e racional, para evitar uma superpopulação que, segundo os entendidos, pode prejudicar a população de peixes, vítimas predatórias dos jacarés.

As duas Subcomissões de Turismo do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e a Frente Parlamentar de Turismo assinaram um protocolo com a Confederação Nacional do Comércio visando o estabelecimento de uma parceria no sentido de unirmos esforços para o desenvolvimento do turismo nacional.

Ali em Porto Cercado, fizemos um planejamento estratégico para a atuação das Subcomissões de Turismo. Diversas ações já estão resultando em função dessa parceria. Dentro de alguns dias, iniciaremos um programa de TV de 30 minutos, quinzenal, a ser exibido por emissoras de todo o País.

Pretendemos reunir os governadores e secretários de turismo dos Estados em torno da conscientização da necessidade de aumentarmos os investimentos em turismo pelos Estados e no Orçamento da União. Para isso, os parlamentares ligados ao turismo vão manter um encontro com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a fim de levar a nossa preocupação com a necessidade de alocação de mais recursos para o turismo. Certamente o Senador Hélio Costa vai nos acompanhar nesse encontro.

Vamos rever toda a legislação em tramitação nas duas Casas do Congresso Nacional sobre turismo, para estabelecermos prioridades e procurarmos agilizar as mais urgentes, como as mudanças na le-

gislação trabalhista relativa à contratação de trabalho temporário para o turismo.

Queremos, pois, cumprimentar o Presidente da CNC – Confederação Nacional do Comércio, Dr. Antônio de Oliveira Santos, pela lucidez em priorizar o turismo no âmbito de atuação daquela entidade que, através do Sesc, praticando o turismo social, e o Senac, treinando e qualificando mão-de-obra especializada para o turismo, dá sua contribuição para o desenvolvimento do turismo nacional.

O Sesc tem 3.348 pontos de atendimento localizados em todos os Estados do Brasil, oferecendo atividades e serviços dedicados ao bem-estar social dos comerciários. São centros de atividades, pousadas, clínicas médicas, bibliotecas, locais para esporte, teatro, restaurantes, cinemas, salas de aula e outros milhares de pólos irradiadores da melhoria do padrão de vida dos profissionais do comércio e seus familiares, atendendo a mais de dois milhões de brasileiros.

Não poderia terminar, Senador Garibaldi, sem ouvir o nosso ilustre Vice-Presidente da Subcomissão de Turismo, Senador Leonel Pavan.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Tentarei falar resumidamente sobre o turismo, da importância da Subcomissão de Turismo para o Brasil e, principalmente, sobre o trabalho que V. Ex^a vem desenvolvendo na Subcomissão. Aqui, ao meu lado, tenho o Deputado Federal Gervásio Silva, conhecedor do potencial catarinense, do que o Estado pode oferecer na área rural, agrícola, no litoral, nos centros históricos, na cultura, na região serrana, no meio oeste. Sei que terei, Senador, na Subcomissão, oportunidade de explicar melhor o nosso Estado, do que devemos fazer para incrementar ainda mais o turismo no Brasil. Aproveito a oportunidade para cumprimentá-lo e justificar a minha ausência na viagem ao Pantanal. Tive compromisso inadiável em meu Estado. Com os tucanos do Planalto Central indo a Santa Catarina, com filiação de deputados, prefeitos e vereadores do PSDB, não pude me fazer presente. Mas tenho certeza de que a experiência lá obtida será muito útil para o turismo do Brasil, principalmente, para a nossa Subcomissão. Também quero endossar as palavras do nosso querido amigo, Senador Mão Santa, sobre a questão do PT e, principalmente, sobre o trabalho de V. Ex^a no Senado Federal. Certamente, Brasília e o Brasil vão se orgulhar de tudo que Paulo Octávio está fazendo em benefício da nossa Nação. Parabéns.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Muito obrigado, Senador Leonel Pavan. V. Ex^a, o indutor da Subcomissão de Turismo, através de requerimento a CAE, sempre prestou um grande trabalho ao turismo

brasileiro. Conheci sua cidade, Senador, quando V. Exª era prefeito, lutando pelo desenvolvimento de Camboriú. Tenho certeza de que para todos nós, Senadores e Senadoras, a contribuição do trabalho de V. Exª e do Deputado Gervásio será sempre bem-vinda, porque sabemos que os que melhor conhecem turismo são os prefeitos e ex-prefeitos de cidades como Camboriú, que vive do turismo, uma cidade em que o País deve se espelhar.

Faltou, sim, a presença de V. Exª nessa viagem ao Pantanal, mas, certamente, já que os tucanos saíram do Pantanal e voaram para Santa Catarina, no Piauí, estaremos juntos, Senador Pavan, na reunião que será promovida pelo nosso ilustre Senador Mão Santa.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero registrar que o Senac, que atua em todo o Brasil e tem levado a qualificação profissional, já preparou mais de 36 milhões de profissionais para o setor de comércio de bens e serviços, contribuindo para a valorização do trabalhador e para o desenvolvimento do País. São cursos de aprendizagem, de qualificação básica, no nível técnico, no nível tecnológico, e até de pós-graduação, atingindo os mais diferentes setores, beneficiando o turismo como um todo.

Estamos, pois, fazendo o nosso dever de casa e procurando dar a nossa contribuição para o desenvolvimento do turismo nacional. Nele acreditamos e por ele trabalhamos.

Muito obrigado pela tolerância, pela paciência e por V. Exª estar presidindo esta sessão memorável na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – O tempo que resta da prorrogação desta sessão será utilizado pelo Senador Garibaldi Alves Filho.

S. Exª dispõe de 5 minutos, Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, evidentemente, meu discurso está prejudicado. Não estou fazendo uma queixa, mas um registro, porque não posso dedicar-me a uma análise de 180 dias de Governo de Luiz Inácio Lula da Silva em apenas 5 minutos. Certamente, cometeria uma injustiça, porque a pressa é inimiga da perfeição.

O que venho dizer hoje – e espero, na próxima quinta-feira, ter oportunidade de desenvolver melhor o meu raciocínio – é que o Governo precisa ter cuidado com relação às declarações de seus próprios auxiliares e de Parlamentares da sua base.

Em algumas ocasiões, diz-se que o Governo está saindo da UTI. Quem sai da UTI – e isso foi dito por um jornalista – não vai dançar samba logo depois. Em outras, diz-se que estamos vivendo um espetáculo ou que nos preparemos para viver o espetáculo do crescimento. É evidente que todos nós esperamos que o espetáculo do crescimento realmente aconteça, Sr. Presidente. No entanto, não será em um passe de mágica, do dia para a noite.

Este País é marcado por contradições em sua história, em sua vida política, em sua vida econômica e social. Não terá um governo o condão de modificar as coisas de repente, daí por que cautela não fará mal a ninguém.

Está falando aqui, Sr. Presidente, um representante da base do Governo. Hoje, como o Senador Mão Santa, pertenço à base governista pelo fato de o PMDB ter vindo ao seu encontro. Mas o que estou pedindo ao Governo é cautela, para que possamos dosar esse espetáculo de crescimento; cautela, cuidado com as declarações, para que não gastemos com facilidade esse capital político de que dispõe o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Gostaria de me alongar, mas não é possível. Hoje, por incrível que pareça, estou numa tribuna, mas não é tempo de falar; é tempo de calar. Mas há algumas questões que comentarei.

Os indicadores econômicos indicam uma tendência declinante das exportações; por outro lado, se amanhã acontecer o pior não será por falta de aviso. Estão devagar, quase parando, os novos investimentos em geração de energia elétrica. São desafios que o Governo vai enfrentar – não com palavras e declarações – com decisões corajosas, audazes, decisões que venham devolver ao Governo a unidade que lhe é pertinente.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o cenário atual recomenda certa cautela. Todos estamos empenhados em que o País dê certo e possa ser o País do futuro. Ainda ontem, ouvi isso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao lançar o Programa do Primeiro Emprego. Sua Excelência disse que estamos plantando hoje para colher no futuro. Precisamos construir esse futuro, mas em bases sólidas.

Agora mesmo estávamos empenhados – o Senador Mão Santa estava comigo – numa batalha inglória, aprovando o reajuste de 1% dado ao funcionalismo. Fui o Relator, assumi e dei um parecer favorável porque, na verdade, o Governo apenas cumpriu a disposição constitucional que diz que o aumento deve ser anual.

Sr. Presidente, V. Exª foi tão gentil, não lhe quero causar constrangimento. Já estou sendo advertido pelos sinais vermelhos...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Garibaldi Alves Filho, V. Exª me permite um aparte, com a aquiescência do ilustre Presidente, por um minuto?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Pois não, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Garibaldi Alves Filho, estou ouvindo seu pronunciamento atentamente, mas entendo que o PMDB não deve se comportar como base. A base do Governo é o PT. Somos aliados – e não vamos confundir aliado com subserviente ou escravo. A história grandiosa do PMDB, que fez renascer a democracia, as experiências vitoriosas em muitos Estados que governamos, prefeituras, ministérios e o exemplo de Ulysses Guimarães, de Teotônio Vilela e de Tancredo Neves fazem com que o nosso Partido, nessa conjuntura, passe a ser, como disse Cristo, a luz, o caminho e a verdade. E um quadro vale por dez mil palavras. Neste momento, o Presidente da República está na Casa, lançando um livro. Que Sua Excelência se inspire e faça a mudança. O técnico tem que mudar o time que não está andando, que não está fazendo gol. E a primeira mudança, na experiência de V. Exª, que governou tão bem o Rio Grande do Norte, é melhorar a equipe do Governo, que está parada.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Senador Mão Santa, como sempre, é muito bondoso, principalmente com relação a mim. Tenho uma dívida de gratidão muito grande com S. Exª.

Claro que aprovaremos essas reformas, não tenho dúvida. Talvez tenhamos que modificá-las porque não podemos aceitar tudo que vem da parte do Governo, mas as reformas, como um conjunto de propostas que visam trazer maior equilíbrio à Previdência Social, e contemplar a situação tributária do País com a situação de equilíbrio e de justiça fiscal, haveremos de fazer a nossa parte. Estou fazendo a minha, Sr. Presidente; estou aqui como Parlamentar dizendo que precisamos colaborar com o Governo, mas pedindo uma certa cautela, uma certa prudência porque, na verdade, precisamos chegar a bom termo e este País espera muito de nós.

Sr. Presidente, lamento ter feito um discurso tão mal-arrumado, mas não quero, de maneira alguma, ferir nosso Regimento e trazer constrangimento para V. Exª.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Leonel Pavan.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 513, DE 2003

Requeiro, nos termos do art. 224 da Constituição Federal, combinado com os arts. 2º e 3º da Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991, que o Projeto de Decreto Legislativo 223, de 2003, que “Aprova ato que outorga concessão à Fundação Comunidade Cristã, para executar serviço de radiodifusão na cidade de Goiânia, Estado de Goiás”, seja submetido à apreciação do Conselho de Comunicação Social.

Justificação

A presente consulta prende-se à necessidade de esclarecimentos por parte do Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso Nacional, para instruir a supracitada matéria em razão do aditamento, fato superveniente ao Aviso nº 196/2003/MC, datado do dia 20 de do mês de maio último, encaminhado pelo Excelentíssimo Senhor Ministro das Comunicações, Miro Teixeira, tendo em vista que no dia 2 do mês em curso, o Ministério Público Federal, por intermédio da Procuradoria da União do Estado de Goiás, propôs Ação Civil Pública em face da União e da Fundação Ministério Comunidade Cristã.

Sala da Sessões, 1º de julho de 2003. – **Fátima Cleide.**

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Com referência ao requerimento que acaba de ser lido, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

A Lei nº 8.389, de 1991, que instituiu o Conselho de Comunicação Social, em seu art. 2º, determina que a solicitação de estudos, pareceres e recomendações seja encaminhada ao Conselho pelo Congresso Nacional.

O Regimento Interno do Conselho de Comunicação Social, previsto no art. 3º da mesma Lei e aprovado pela Mesa do Senado Federal, estabelece, também em seu art. 20, que os estudos, pareceres, recomendações e outras solicitações devem ser encaminhados ao Conselho pelo Congresso Nacional.

As quatro solicitações de parecer do Conselho recebidas, até hoje, pela Presidência do Senado, vieram de Comissões técnicas competentes para o exame da matéria, no caso, da Comissão de Educação; e, por uma interpretação sistemática (inciso VII do art.

71 da Constituição Federal), a Presidência as acolheu e encaminhou ao Conselho.

O requerimento que acaba de ser lido constitui o primeiro caso em que um Senador, individualmente, requer que o Conselho se pronuncie sobre proposição em tramitação no Senado Federal. Verifica-se, de início, que a matéria objeto do requerimento inclui-se entre aquelas previstas para manifestação do Conselho de Comunicação Social, conforme art. 2º, alínea I, da Lei nº 8.389, de 1991.

Contudo, faz-se necessário que o requerimento seja submetido ao Plenário, em observância às disposições legais e regimentais antes mencionadas, que prevêem o encaminhamento de matéria ao Conselho pelo Congresso Nacional (art. 44 da Constituição Federal).

Nessas condições, a Presidência recebe o requerimento e determina a sua inclusão em Ordem do Dia oportunamente, para deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Leonel Pavan.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 514, DE 2003

Solicita informações ao Sr. Ministro da Casa Civil sobre a investigação do Ministério Público no caso do jogo clandestino.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro da Casa Civil sobre o esquema que dá sustentação política à máfia do jogo clandestino, conforme reportagem publicada na revista **ISTOÉ**, nº 1761, de 2-7-03:

1) Qual a situação atual das apurações de suposta participação no esquema de desvio de recursos de verbas publicitárias da Loterj, envolvendo o senhor Waldomiro Diniz, Subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil?

2) Qual a participação do senhor Waldomiro Diniz na renovação de contrato entre a Caixa Econômica Federal e a empresa Gtech do Brasil?

Justificação

A revista **Istoé** de 2 de julho de 2003, publicou matéria sob o título: “Rede da Fortuna – Ministério Público aperta investigação sobre máquinas caça-níqueis e chega a políticos ligados o jogo

clandestino”, segundo a qual existe um esquema milionário que dá sustentação política ao braço da máfia do jogo clandestino e que envolveria assessor do Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

As informações que ora requeiro são de fundamental importância ao cumprimento das atribuições constitucionais.

Sala das Sessões, 1º de julho de 2003 – Senador **Arthur Virgílio**.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 515, DE 2003

Solicita informações ao Sr. Ministro da Fazenda sobre a investigação do Ministério Público no caso do jogo clandestino.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro da Fazenda sobre o esquema que dá sustentação política à máfia do jogo clandestino, conforme reportagem publicada na revista **Istoé**, nº 1761, de 2-7-03:

1) Qual a participação do senhor Waldomiro Diniz na renovação de contrato entre a Caixa Econômica Federal e a empresa Gtech do Brasil?

2) Cópia de inteiro teor do contrato citado acima e da sua respectiva renovação.

Justificação

A revista **IstoÉ** de 2 de julho 2003, publicou matéria sobre o título:

“Rede da Fortuna – Ministério Público aperta investigação sobre máquinas caça-níqueis e chega a políticos ligados o jogo clandestino”, segundo a qual existe um esquema milionário que dá sustentação política ao braço da máfia do jogo clandestino e que envolveria assessor do Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

As informações que ora requeiro são de fundamental importância ao cumprimento das atribuições constitucionais.

Sala das Sessões, 1º de julho de 2003 – Senador **Arthur Virgílio**.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 516, DE 2003

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, Requeiro que a Mesa solicite as seguintes informações, por escrito, ao ministro-chefe da Casa Civil:

1. As liberações de recursos do Ministério dos Transportes dependem de prévia autorização do ministro-chefe da Casa Civil?

2. Qual a força do seu pedido para que ele fosse atendido?

3. Quais os compromissos assumidos pela Casa-Civil com os governadores de Pernambuco e Amapá que, de tão relevantes, motivaram a quebra do princípio cronológico para pagamento do governo com as empreiteiras?

4. Qual a influência exercida por Vossa Excelência para que a Construtora Queiroz Galvão fosse diretamente beneficiada no processo de liberação de recursos?

5. Qual o valor total que foi liberado e qual o montante destinado à Construtora Queiroz Galvão?

6. O diretor do DNIT foi recentemente sabatinado e aprovado pelo Senado. Ao exonerar o diretor no último dia 11, por supostos vínculos excessivos com o setor da construção civil, o ministro dos Transportes afirmou que a falha na indicação foi da Casa Civil. Vossa Excelência confirma a afirmação do ministro?

Justificação

Em matéria publicada na Revista **ISTOÉ** nº 1761, de 2 de julho de 2003, é relatado um procedimento não convencional na Administração Pública para o processo de pagamentos de dívidas do governo no Ministério dos Transportes.

É evidente que esses pagamentos obedecem a uma ordem cronológica que deve ser respeitada. Ao informar que houve quebra dessa ordem por determinação do dirigente superior da instituição, e que resultou na demissão de um diretor do DNIT, recentemente sabatinado e aprovado pelo Senado da República, entendo que o ministro deva prestar os devidos esclarecimentos ao Congresso Nacional conforme estabelece a Constituição.

Sala das Sessões, 1º de julho de 2003 – Senador **Arthur Virgílio Neto**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Leonel Pavan.

São lidos os seguintes

OF. GLPMDB Nº 310/2003

Brasília, 1º de julho de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos Senadores do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, na Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 122, de 25-6-2003, que “dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social - PIPS, e dá outras providências”, ficando a mesma assim constituída:

Titulares

Senador Romero Jucá Senador João Alberto Souza
Senador José Maranhão Senador Luiz Otávio
Senador Papaléo Paes Senador Alberto Silva

Suplentes

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. - **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 311/2003

Brasília, 1º de julho de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos Senadores do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, na Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 123, de 26-6-2003, que “define normas de regulação para o setor farmacêutico, cria a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED, altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências”, ficando a mesma assim constituída:

Titulares

Senador Papaléo Paes
Senador João Alberto Souza
Senador Juvêncio da Fonseca

Suplentes

Senador Mão Santa
Senador Romero Jucá
Senador José Maranhão

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB Nº 312/2003

Brasília, 1º de julho de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos Senadores do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, na Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 121, de 25-6-2003, que “dispõe sobre a criação de subsidiárias integrais do Banco do Brasil S.A., para atuação no segmento de microfinanças e consórcios”, ficando a mesma assim constituída:

Titulares

Senador Garibaldi Alves Filho
Senador Gilberto Mestrinho
Senador Ney Suassuna

Suplentes

Senador Amir Lando
Senador Íris de Araújo
Senador Ramez Tebet

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Seção feitas as substituições solicitadas.

Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Jefferson Péres, Eduardo Siqueira Campos, Romero Jucá, Arthur Virgílio, Antero Paes de Barros, a Senadora Lúcia Vânia e o Senador Papaléo Paes enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta breve comunicação, gostaria de lembrar que, há mais de um ano, esta Casa votou e remeteu à Câmara dos Deputados um conjunto de projetos que configuram a reforma possível dos sistemas eleitoral e político-partidário. Naquela Casa, uma comissão especial aprecia essas proposições, que introduzem o financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais, acabam com as coligações partidárias em eleições proporcionais, adotam a representação proporcional com lista partidária fechada e esten-

dem o tempo mínimo de filiação partidária para que um militante se apresente como candidato a eleição.

Repito: trata-se da reforma possível, certamente muito aquém dos sonhos de vários políticos, juristas e cientistas políticos, que, há anos, advogam, por exemplo, a adoção do voto distrital. Diante das dificuldades de se traçarem e delimitarem distritos em um país de dimensões continentais como o Brasil. Mesmo assim, estou convicto de que as proposições que aqui votamos significam um avanço na luta pelo aperfeiçoamento das nossas instituições representativas.

O financiamento público, no mínimo, proporcionará alguma chance de competição a lideranças sociais reconhecidamente ativas e expressivas, porém desprovidas de recursos financeiros para fazer frente às enormes despesas exigidas por esta nossa era de palanques eletrônicos. Essa dificuldade acaba de ser, mais uma vez, enfrentada pela minha legenda, o PDT, no Distrito Federal. Sem as dezenas de milhares de reais necessárias para produzir uma mensagem televisiva dentro de padrões mínimos de qualidade técnica, os companheiros pedetistas do DF optaram por levar ao ar o mesmo comercial gravado e já apresentado no início deste ano.

O fim das coligações proporcionais acaba com uma prática eleitoreira desmoralizante e, no limite, perigosa para a governabilidade. Legendas sem a menor identidade programática entre si forjam coalizões às vésperas de um pleito apenas para desfazê-las ainda durante a contagem dos votos. O candidato a deputado federal, deputado estadual ou vereador que, quase sempre, se elege puxado pela onda de apoio popular à chapa majoritária vitoriosa, mal toma posse, já começa a fazer oposição ao novo executivo federal, estadual ou municipal. O parlamentar que defende essa lassidão de costumes políticos não tem o menor direito de reclamar do baixo conceito que a população atribui à classe política e ao poder legislativo.

Lista fechada e fidelidade partidária se complementam no esforço de racionalização e moralização do sistema político. Na realidade, a noção de que o candidato é dono absoluto do próprio mandato é uma miragem que obscurece o fato de que a quase totalidade dos deputados que conquistam cadeiras na Câmara chega lá graças aos votos acumulados pelas respectivas legendas.

Com a lista fechada, os candidatos terão um forte incentivo para abandonar o personalismo fratricida que envenena a vida partidária brasileira e passar a colaborar para o fortalecimento da sua agremiação em cada pleito. Com a fidelidade, indu-

zida pela exigência de prazo mais longo de filiação, poupa-se a opinião pública do indigno espetáculo de troca-troca de partido e adesismo fisiológico, invariavelmente denunciado pela mídia um ano antes de cada eleição, ou tão logo um novo partido ou coalizão empalma o poder executivo. Fidelidade partidária é bom para a oposição, ameaçada pela sangria dos seus quadros, e é ótimo para a imagem do governo, que, assim, vê-se obrigado a abandonar táticas pouco transparentes e nada éticas como o rolo compressor nas votações do seu interesse e o aliciamento de políticos opositores sem convicção em troca de cargos e outros favores da máquina pública.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, considero que mais de uma década de debates, na academia, nas fundações partidárias de estudos políticos, na imprensa e, claro, nas duas casas do Congresso Nacional, produziu suficiente massa crítica de reflexões e propostas para que a Câmara dos Deputados tome afinal uma decisão e vote o conjunto de projetos da reforma política possível e necessária para o país. Lembro que esta não é a primeira comissão instaurada para este fim pelos Senhores Deputados. Longe de mim transmitir a impressão de estar sugerindo uma interdição do seu direito ao debate. Julgo apenas que o inimigo do bom é ótimo e que a miragem da reforma ideal não deveria impedir o parlamento de produzir, aqui e agora, os avanços que já se encontram ao nosso alcance.

Era o que tinha a comunicar, Sr. presidente.

Muito obrigado!

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao findar o mês de junho, comemoramos duas datas especialmente significativas para os trabalhadores do Brasil e, mais efetivamente, para aqueles de minha região. Trata-se do dia do Pescador, que se celebra no dia 29, e do dia do Caminhoneiro, que se celebra no dia 30, respectivamente. De um lado, o pescador de água doce de nossos caudalosos rios, que transforma seu ofício no ganha-pão honrado, digno de quem respeita a natureza e segue com equilíbrio o ciclo da cadeia ecológica; de outro, o caminhoneiro das estradas do Brasil Central, que percorre com coragem milhares de quilômetros, em busca do destino seguro para as indispensáveis mercadorias circulantes em nossa sociedade.

A cada um desses trabalhadores, minhas mais sinceras congratulações. Se me permitem, a cada

qual reservo agora algumas poucas, mas sinceras, palavras.

Não é novidade para ninguém que o dia de São Pedro, o apóstolo de Jesus, rende uma justa homenagem a todos os pescadores, a quem historicamente delegamos a missão, simbólica ou não, de prover alguns bens essenciais de nossa sobrevivência. Por isso, longe de ser confundido com aquele profissional que apenas se esmera em contar “causos”, o pescador ocupa lugar de destaque na história da humanidade, representando aquele trabalhador que intrepidamente avança sobre as águas para a conquista de sustento para si e para os seus.

Nessa perspectiva, apesar da abundância das águas, o pescador que vive de sua própria produção depende, fundamentalmente, da pesca ecologicamente equilibrada. No entanto, a pesca esportiva de pessoas sem licença e sem consciência ambiental lastimavelmente tem funcionado contra isso. Para além do volume de pescado em quantidade superior à permitida, tais depredadores contribuem, ainda que indiretamente, para a poluição das águas, comprometendo a vida dos peixes e a dos pescadores. Maiores e melhores sistemas de controle e vigilância deveriam ser acionados para garantir a sobrevivência tanto dos peixes quanto dos pescadores “artesanais”.

Em todo caso, longe do que parece, o bom pescador não pode prescindir da aquisição de uma boa técnica de pescaria. A isca certa, a adequada escolha dos equipamentos, a habilidade no arremesso do anzol, os tipos de nós usados, os melhores locais e horários, enfim, tudo que diz respeito ao domínio da arte da pesca tem que ser devidamente apreendido pelo pescador, como modo ideal de exercer seu ofício com a máxima eficiência. Não trago em mente, de fato, a figura do pescador empresarial, mas, ao contrário, a do pescador artesanal, por quem os meios de produção ainda são inteiramente controlados. A propósito, vale a pena registrar, aqui, que, em 1996, a pesca extrativa continental no Brasil chegou a produzir mais de duzentas mil toneladas, conforme dados divulgados pelo IBGE.

Nesse contexto, não nos causa espanto ouvir do Presidente Lula declarações rasgadas em favor da pesca como alavanca do turismo brasileiro. Por isso, concordo com o Presidente quando se indigna ao saber que o Brasil, com oito mil quilômetros de costa marítima, produz menos pescado que o Peru! Bom, o País espera que a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca represente, para os brasileiros, muito mais

que uma mera reação a uma indignação repentina de nossas autoridades. Na verdade, a expectativa repousa na adoção de políticas que apóiem concretamente o exercício da profissão. Desse modo, é salutar o anúncio de um projeto de alfabetização direcionada aos pescadores.

Sr. Presidente, quanto ao dia do caminhoneiro, a saudação se dirige àqueles que arriscam a vida em nossas estradas, em troca da vigilância que exercem sobre as mercadorias que transportam. Todavia, em que pese a aura heróica e prazerosa que parece rondar os caminhoneiros, trata-se de motoristas profissionais, que enfrentam cotidianamente condições precárias de trabalho. Como se sabe, más condições de sinalização e do pavimento nas rodovias, insegurança generalizada e problemas na saúde do caminhoneiro constituem pontos cruciais na deterioração do exercício da profissão.

No entanto, graças a iniciativas pontuais de algumas concessionárias que atuam nas rodovias brasileiras, centrais de atendimento estão sendo instaladas ao longo das estradas, oferecendo gratuitamente exames clínicos e laboratoriais aos caminhoneiros. Ao lado disso, orientação para prevenir doenças e dicas sobre como lidar com o estresse compõem algumas das atividades positivas das mesmas centrais. Exames periódicos de saúde, como glicose, colesterol, pressão arterial e massa corporal, testes de visão, avaliação física e de flexibilidade, tudo deve ser rigorosamente seguido pelo caminhoneiro, desde que o Estado e as concessionárias concordem em proporcionar as condições mínimas ao atendimento de tais precauções.

Com efeito, o Ministério da Saúde, há alguns anos, vem tentando acompanhar, não com total êxito, o desempenho da saúde do caminhoneiro. Pelo menos desde 1998, campanhas institucionais têm sido lançadas nacionalmente, com o intuito de alertar os profissionais da estrada sobre os perigos das doenças sexualmente transmissíveis, sobre o problema do “sono e direção”, do álcool, da pressão alta, diabetes e outras. Sem dúvida, tais campanhas de prevenção funcionam como esforço coletivo no sentido de prevenir os caminhoneiros de tantos males, minimizando os riscos aos quais suas vidas estão necessariamente sujeitas trafegando nas estradas brasileiras.

No caso brasileiro, pesquisa recente revela que, de cada mil caminhoneiros, apenas três são

mulheres, evidenciando a permanência de um sexismo extremamente exagerado e extemporâneo no exercício dessa profissão. Ao contrário de outros países, o Brasil ainda concentra número muito elevado de homens na profissão. Por outro lado, a mesma pesquisa mostra, ainda, que 55% dos motoristas têm caminhões próprios, enquanto apenas 36% dos veículos pertencem a empresas. E tal autonomia de trabalho vai explicar, lá no fundo, o último dado que a pesquisa traz. Antes de tudo, aponta que o caminhoneiro é um homem solitário, pois 81% dos entrevistados afirmam que viajam predominantemente sozinhos.

E nem tudo são flores mesmo. Segundo o Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos do Estado de São Paulo, atualmente o caminhoneiro depara com dificuldades até para comer, já que há mais caminhão na praça do que frete. Mais que isso, denuncia que a combinação de fatores tais como frota envelhecida, estradas mal conservadas, policiamento falho, motoristas mal pagos e despreparados resulta em desfechos altamente aflitivos para os profissionais das estradas.

No mesmo diapasão, o Movimento União Brasil Caminhoneiro tem, nos últimos anos, reclamado da redução progressiva da carga transportada, o que se traduz, na linguagem econômica, em oferta maior de caminhão que de procura. Como se não bastasse, o valor do frete anda congelado por pelo menos quatro anos, embora o preço do diesel e do pedágio tenham incisivamente aumentado. Não por acaso, o caminhoneiro tem freqüentemente recorrido a pneus recauchutados e a peças de desmanches como alternativas para manutenção dos veículos.

Sr. Presidente, em qualquer país sério, a data não deveria ser marco de reclamações, mas, sim, de comemorações. Pudera o Brasil enfileirar-se entre aqueles! Não é o caso, ainda. No fundo, devemos todos exigir do Governo melhores condições de trabalho aos caminhoneiros, bem como melhores condições ambientais aos pescadores brasileiros, de sorte a proporcionar-lhes autêntico sentimento de orgulho pelo ofício honrosamente exercido, por toda a água e por todo vasto território nacionalmente constituído.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no mês de setembro de 2004, a Grécia

será sede de mais uma edição dos *Jogos Paraolímpicos*. Nosso País, por intermédio do Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB), estará presente em Atenas, garantindo a participação de atletas nacionais em diversas modalidades, o que certamente merecerá a atenção, o apoio e a torcida de todos nós.

Os *Jogos Paraolímpicos* contam com uma história de mais de meio século, que nos remete ao interior da Inglaterra, onde, em 1948, Sir Ludwig Guttmann organizou uma competição esportiva envolvendo os veteranos da Segunda Guerra Mundial portadores de deficiência física. Quatro anos mais tarde, competidores da Holanda passaram a integrar os jogos e o movimento internacional, atualmente conhecido como *Jogos Paraolímpicos*, teve efetivamente início. Contudo, as competições nos moldes olímpicos propriamente ditos foram organizadas pela primeira vez em 1960, na cidade de Roma.

Hoje, os *Jogos Paraolímpicos* transformaram-se em uma das mais importantes referências esportivas do planeta, tendo experimentado, ao longo dos anos, uma evolução excepcional, evidenciada na participação de 122 países nos Jogos de Sidney, na Austrália, em 2000, nos quais competiram quase quatro mil atletas.

Menciono todos esses dados e informações, Sr. Presidente, tendo em vista o grande comprometimento do Comitê Paraolímpico Brasileiro na preparação de nossos atletas para os *Jogos* do próximo ano. Ainda há poucas semanas, recebi em meu Gabinete o mais recente exemplar da publicação *Brasil Paraolímpico*, que atinge o seu sétimo ano de circulação e nos apresenta de maneira detalhada as estratégias adotadas para as competições, bem como consolida um abrangente e minucioso relato das disputas preparatórias realizadas em diversos países, de todos os continentes, com a participação dos atletas paraolímpicos brasileiros.

Importante ressaltar que toda a ação do nosso Comitê Paraolímpico está fundada no continuado trabalho em equipe, que assegura aos atletas, técnicos e treinadores a segurança e o suporte adequados em suas atividades preparatórias cotidianas. O CPB busca o constante aprimoramento dos atletas, com um programa de avaliação que atinge todas as modalidades, além de consolidar inúmeros projetos de capacitação de recursos humanos. Fora isso, o CPB tem investido no desenvolvimento de atividades ainda incipientes ou não implementadas no Brasil, como halte-

rofilismo, ciclismo, voleibol sentado, dança em cadeira de rodas e equitação.

Sr^{as} e Srs. Senadores, sem dúvida temos enormes desafios a serem enfrentados por nossas equipes paraolímpicas, tanto nos campeonatos internacionais marcados ainda para o segundo semestre deste ano, em competições no Canadá, Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra, Bélgica, República Checa e Argentina, quanto nos *Jogos Paraolímpicos* do próximo ano.

É a determinação, a persistência, a coragem e a qualificação de nossos atletas que nos dão a certeza de que o Brasil, uma vez mais, marcará presença positiva nos *Jogos* de Atenas. Bem preparados e motivados, nossos atletas irão à Grécia com vontade de conquistar as cobiçadas medalhas de ouro, prata e bronze, dando-nos, dessa forma, um eloquente e motivador testemunho da possibilidade concreta de superação das limitações que a vida eventualmente impõe.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os primeiros seis meses do Governo Lula teriam tudo para uma comemoração positiva. Isso se os resultados desses 180 dias não fossem negativos. Lula, infelizmente, ainda não conseguiu alavancar nem mesmo a parte social, anunciada como carro-chefe, puxado pelo chamado programa Fome Zero.

O que a Nação assiste, por enquanto, é apenas inanição em entremeio com querelas entre Ministros e muita “bateção” de cabeça, cada um querendo comprar brigas e questões a qualquer preço, menos em nome da realização de alguma coisa positiva para a Nação.

Nesse mês de junho, houve muito anúncio de programas novos, como o do microcrédito e o do primeiro emprego. Como o Fome Zero, tudo ainda está no papel, com previsão de efetivo funcionamento só daqui a seis ou mais meses.

Enquanto isso, ampliam-se as queixas e as angústias das camadas mais pobres da Nação e, já agora, também da classe média, esta atingida duramente pelas incertezas, pelos volteios e pela falta de ação prática do Governo Lula. As taxas de desemprego crescem assustadoramente, enquanto no meio rural as invasões dos chamados sem-terra atingem níveis alarmantes.

A revista **Veja**, em sua última edição, faz um levantamento completo da situação no campo, com o título "Rosseto todo feliz nos palácios... e os sem-terra botam para quebrar." Aonde vamos chegar, ninguém sabe, muito menos o Governo. A única coisa que se sabe é que não se vai chegar a um desfecho feliz.

Também em junho, foi a vez de a Igreja ir ao Palácio, para, em audiência com Lula, pedir ação urgente para a fome das parcelas cada vez mais numerosas de brasileiros excluídos.

Todos os esforços do atual Governo concentram-se nas duas propostas de reformas já em exame no Congresso Nacional. Só que, por conta disso, nada mais se faz e muita idéia boa é descartada, a pretexto de colidir com as duas decantadas reformas.

Não é preciso ir muito longe. Na última quinta-feira, neste mesmo plenário, o PT jogou ao léu uma muito boa idéia que o Senador Osmar Dias insistiu em ver aprovada, pelo que dela resultaria em favor da redução do custo de vida, principalmente para as categorias mais humildes, mas não só para elas.

Estava em jogo o preço do pão, o alimento nosso de cada dia, cada dia mais caro.

Estava na pauta de votação o projeto de lei, de autoria do Senador paranaense, que propõe a redução, de 12% em alguns Estados, de 17% em outros, para 4% em todos os Estados.

Como alegação para que a matéria fosse adiada, apontou-se um vício de inconstitucionalidade, contra o que o Senador sulista ponderou: "Mas como inconstitucional, se o Senado aprovou, em oportunidade anterior, a redução para 4% da alíquota para o queresone de aviação?"

A defesa feita por Osmar Dias é perfeita: Quando se fala em Programa Fome Zero, cobrar uma alíquota menor na transferência do trigo, de um Estado para outro, é proporcionar a redução do preço de um produto que está na mesa de todo cidadão em todas as refeições, no café da manhã, no almoço e no jantar.

Afinal, o Presidente Lula não tem insistido que sua meta é fazer com que todo brasileiro faça três refeições por dia?

E mais: o que o projeto refugado pelo PT pretende não é reduzir alíquotas de bebidas nem de cigarro. É do pão. O pão nosso de cada dia.

Mais ainda, a aprovação do projeto do Senador Osmar significaria dar uma oportunidade para o trigo brasileiro, em vez de privilegiar o trigo argentino. A preferência pelo trigo importado significa gerar emprego no exterior, em detrimento das lavouras brasileiras.

Aí está, em palavras claras, uma das causas do marasmo que se observa no Governo Lula.

O PT deveria ter mais sensibilidade para perceber que não é necessário esperar pela reforma tributária para só então acolher o projeto do trigo. A fome é assunto urgente. Mas a urgência, lamentavelmente, parece passar bem longe das linhas de ação do Governo petista.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna, neste momento, para fazer um comentário sobre a economia do país, com base no editorial do jornal **Folha de S.Paulo**, de 22 de junho do corrente ano.

O texto, que solicito seja inserido nos Anais do Senado pela sua atualidade, mostra a necessidade do sistema financeiro nacional oferecer crédito a taxas compatíveis a empresas e consumidores para dinamizar o crescimento econômico, já que, nos primeiros seis meses do governo Lula, o financiamento do investimento e do crescimento ainda não se mostraram presentes.

Há ainda, Sr. Presidente, um segundo assunto sobre o qual desejo tratar.

Trata-se da matéria intitulada "PT não pode ter o diálogo", publicada no jornal **Gazeta Mercantil**, edição de 23 de junho do corrente, para denunciar o aprofundamento do comportamento autoritário do Governo Lula.

A matéria, que também solicito seja inserida nos Anais do Senado, trata do afastamento de deputado do PT da Comissão Especial da Câmara dos Deputados que analisa a reforma da Previdência, com o objetivo de evitar o debate sobre a reforma.

São as seguintes as matérias que passo a ler, para que fiquem integrando este pronunciamento:

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL ★ ★ ★

EDITORIAIS

E-mail: editoriais@uol.com.br

O PAPEL DOS BANCOS

A DIMINUTA redução da taxa básica de juros anunciada pelo Banco Central em nada mudou o quadro econômico. Talvez a decisão tenha propiciado algum alívio político para o governo e atuado para tornar as expectativas um pouco menos sombrias — 0,5% menos sombrias, poder-se-ia dizer, com alguma ironia, em coerência com a nova taxa.

O fundamental, porém, permanece intocado: a economia vai mal, o BC continua emitindo sinais de excessivo conservadorismo, a taxa básica real (descontada a inflação) segue em alta e os valores praticados no “balcão” aos tomadores de empréstimos estão nos mesmos níveis, elevadíssimos, em que se encontravam antes da reunião do Copom.

Nesse contexto, continua em pauta o tema dos “spreads”, ou seja, da diferença entre as taxas pelas quais os bancos captam e aquelas que cobram nas linhas de crédito. Também aqui, essencialmente, nada mudou. A margem líquida dos bancos brasileiros está em patamares de 35%, contra 4,1% nos Estados Unidos.

Da parte das instituições financeiras, os argumentos que justificam os altos “spreads” permanecem: os riscos da inadimplência e das falências, a cunha fiscal e o aperto causado pelo nível dos depósitos compulsórios.

Dois importantes estudos, recentemente divulgados, tratam da questão. Num deles, produzido pela área de assuntos internacionais do Tesouro Americano, constata-se que no Brasil o “crédito permanece proibitivamente caro para a maioria das pequenas e médias empresas e mesmo para as grandes companhias”. Uma das conclusões é que a “intermediação financeira doméstica não

tem desempenhado o papel que deveria no financiamento do investimento e do crescimento”.

Na mesma direção vai o segundo documento, este do Fundo Monetário Internacional, divulgado pela Folha na quarta-feira: “A imagem que emerge do Brasil” — diz o texto do Fundo — “é de um sistema financeiro onde o papel tradicional do banco como intermediário de poupanças, coletando depósitos para estender o crédito, não predomina”. O motivo é conhecido. As instituições financeiras encontram oportunidades mais seguras e rentáveis para obter ganhos no mercado: “Investem em títulos como forma principal de negócio”, observa o texto.

Segundo o documento, embora os bancos brasileiros tenham um percentual de ativos totais em relação ao PIB muito próximo do norte-americano (72,1% contra 77,3%), a fatia destinada ao crédito é proporcionalmente muito menor. Enquanto nos Estados Unidos ela equivale a 45,3% do PIB, no Brasil é de apenas 24,8%.

O estudo do FMI vai além e toca num tema tabu: afirma que existem evidências “empíricas” de que “os bancos brasileiros se comportam de forma oligopolista”.

É indispensável que a economia brasileira conte com um sistema financeiro saudável e robusto. Isso está tão fora de questão quanto a necessidade de que esse sistema venha a desempenhar, de forma competitiva, o papel que, enfaticamente, a economia e o país precisam: o de oferecer crédito a taxas compatíveis a empresas e consumidores para dinamizar o crescimento econômico.

“PT não pode temer o diálogo”

O deputado Ivan Valente (PT-SP) classificou como “violenta” a decisão pelo seu afastamento, posteriormente amenizado — será suplente —, da Comissão Especial da Câmara que analisa a reforma da Previdência. O parlamentar alega que faltou transparência na mudança da composição da comissão e aproveitou para reforçar suas críticas à proposta de reforma que, segundo ele, não resolve o problema do desequilíbrio nas contas da Previdência, penaliza os servidores e agrada o mercado financeiro.

Diante da postura do governo em evitar o debate fora das instâncias partidárias por temer que a oposição use os petistas questionadores como escudo para diminuir seu desgaste político e propagandear rachas dentro da base governista, Valente argu-

menta que o PT não pode temer o debate político.

“Talvez estejam com medo do debate que vamos fazer. Porque a posição do PT ainda não está fechada no diretório nacional, que só se reúne em 14 de julho. Até onde eu puder, vou fazer o debate. Depois que a questão estiver fechada, é outra coisa”, afirmou. Ao afirmar que a PEC 40 poderia ser modificada durante os debates e com a apresentação de emendas, ele disse não ter declarado que não votaria com o governo. Mas ponderou que sua posição é questão de foro íntimo.

O parlamentar considera que aprovar o texto da reforma que foi enviado ao Congresso é ruim para o PT. “A bancada do PT foi muito pouco consultada. A reforma que veio foi discutida entre ministros e governadores e quando chegou na Câmara houve

surpresas, como a cobrança dos inativos, que não estava nas premissas do governo”, criticou.

Tanto quanto o teor, também a decisão do Poder Executivo em apressar a votação da proposta de reforma da Previdência incomoda Valente. Em sua avaliação, a opção do governo em acelerar a tramitação da reforma compromete a qualidade do debate e do consenso.

“Acho que há uma visão de andar rápido que atropela o debate aberto e o consenso possível. Espero que a gente não erre (na gestão do País), como erraram outros partidos. Governar é difícil, exige critérios. Certamente o governo precisa viabilizar suas propostas. Quando o faz da forma articulada, mais democrática e abrindo as propostas, há condições de acertar com mais rigor”, concluiu.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, venho neste momento a esta tribuna para, novamente, destacar matérias que tratam da ocupação de terras pelo MST, desta vez nos Estados do Rio Grande do Sul e Paraná.

As matérias – de extrema atualidade, pelo que entendo que sua inserção nos Anais do Senado é oportuna – foram publicadas no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 20 de junho do corrente e ressaltam, mais uma vez, a necessidade de que seja toma-

da uma providência por parte do governo Lula para evitar a situação de tensão permanente que permeia a questão agrária no Brasil.

Os textos, que passo a ler, para que fiquem integrando este pronunciamento, são os seguintes:

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SR^a SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

RADIOBRAS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A.
Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica
Presidência da República

JORNAL **O ESTADO DE S. PAULO** DIA 20 MES/ANO Junho/2003 EDITORIA **NACIONAL** CABERNO **A**

QUESTÃO AGRÁRIA

Desapropriação instala clima de guerra no RS

ELDER DOLARI

PORTO ALEGRE - Há um clima de guerra contra o Movimento dos Sem-Terra (MST) em São Gabriel, município da fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, onde o governo federal tenta desapropriar 13,2 mil hectares de cinco fazendas do agropesquarista Alfredo Southall. Enquanto os fazendeiros preparam estratégias para cercar a marcha de 800 acampados, que pretendem chegar à cidade no final do mês, o comércio e as vitrines e anúncios fazem circular panfletos que incitam a população a exterminar os sem-terra.

Indignado com um dos panfletos distribuído na semana, que pede aos gabriellenses que entreguem comida contaminada com veneno de rato aos sem-terra ou que pulverizem os acampamentos com gasolina para depois queimá-los, Germano Rigotto (PMDB) exigiu que a Secretaria de Justiça e Segurança identifique e puna os responsáveis pelo texto. O delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Jefferson Miola, solicitou à Polícia Federal e à Procuradoria-Geral da República no Estado que acompanhem o caso.

Apesar da situação tensa, os sem-terra asseguram que não desistem de ir a São Gabriel, embora ressalvem a intenção de não invadir terras ao final da marcha. "Vamos mostrar à sociedade a necessidade da reforma agrária", explica um dos coordenadores do movimento no Estado, Miguel Stédile.

Prevenidos, os fazendeiros monitoram cada passo da carava e prometem cercá-los, sem impedir deslocamento por vias públicas, quando chegarem a São Gabriel. "Se estão tentando amedrontar o movimento e impedir que a reforma agrária aconteça, não vão conseguir", rebate o deputado estadual Dionísio Marcon (PT), vinculado ao MST.

Nota - Ao perceberem a gravidade da situação, o prefeito Rossano Dotto Gonçalves (PDT) e o presidente do Sindicato Rural, José Francisco Costa, também pediram em nota conjunta, nesta quinta-feira, a localização do autor dos panfletos. Acreditam que, com isso, poderão se livrar de qualquer suspeita e, talvez, mais, encontrar alguma surpresa.

Costa chegou a dizer a uma rádio local que desconfia de armação dos sem-terra.

O grupo de 800 sem-terra marcha até São Gabriel desde o dia 10, a partir de Pantano Grande, na Região Carbonífera. Eles vão percorrer, caminhando, 206 quilômetros.

MST amplia área invadida e PR promete ação policial

CURITIBA - O governo do Paraná anunciou que o pedido de reintegração de posse da Fazenda Laranjeiras, em Rio Bonito do Iguaçu, na região sul do Paraná, será cumprido tão logo a Polícia Militar se organize para a execução da tarefa. A fazenda, de 550 alqueires, foi invadida na manhã de quarta-feira por cerca de mil integrantes do Movimento dos Sem-Terra. A área ocupada pelos invasores, que inicialmente estava restrita a 58 alqueires, ampliou-se ontem.

O governo paranaense comprometeu-se a cumprir a reintegração de posse em nota divulgada na noite de antontem. Entre os 13 proprietários da fazenda está o prefeito do município, Senar Augusto Bortol, do PMDB, mesmo partido do governador Roberto Requião. O prefeito diz que a invasão tem cunho político, em razão de ter vencido, nas últimas eleições, o candidato apoiado pelo MST. O movimento tem no município o maior as-

sentamento da América Latina, com 1.641 famílias. Por receber ameaças, os proprietários já tinham conseguido, em fevereiro, um interdito proibitório, e agora estão com o mandado de reintegração em mãos.

O MST alega que a propriedade é bem maior que o divulgado pelo prefeito e que apenas um terço seria área produtiva. Eles também argumentam que não há documentação e que estaria totalmente dentro da faixa de fronteira. Ontem pela manhã, em entrevista à Rádio CBN Curitiba, o vice-governador Orlando Pessuti (PMDB) voltou a pedir uma trégua ao MST "para dar tempo de equacionar o problema". Ele também fez um apelo para que os fazendeiros não tomassem nenhuma atitude de enfrentamento. Segundo ele, o governo estadual tem feito vários contatos com o governo federal com o objetivo de ter áreas liberadas para a reforma agrária. (Evandro Fadel)

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) anunciou, na última sexta-feira, após criterioso exame de amostras, que o lote 30400068, do medicamento Celobar, suspeito de ter causado a morte dolorosa de 22 pessoas no Brasil e de ter contaminado gravemente cerca de 60 pessoas que também tomaram o contraste, estava alterado em sua composição e não podia ter sido colocado no mercado pelo fabricante, o Laboratório Enila, sediado no Rio de Janeiro.

Produzido no último dia 16 de abril e usado para destacar determinados órgãos em exames radiológicos, o referido lote sob suspeita acusou elevada presença, em torno de 14%, de sais de bário tóxicos, entre eles o carbonato, substância utilizada para a fabricação de veneno contra ratos. De acordo com os especialistas laboratoriais, para a droga apresentar total segurança ao consumo, o correto seria que na sua composição estivesse presente apenas o sulfato de bário.

Na opinião da Fiocruz, o resultado do exame indica que o uso excessivo do carbonato não foi acidental, pois o índice aceitável para a hipótese de contaminação residual seria de 1% a 2%, no máximo.

Por outro lado, de acordo com as exigências da farmacopéia americana, que são inclusive seguidas no Brasil, qualquer medicamento que apresente contaminação superior a 0,001%, não pode ser vendido.

Apenas para termos um conhecimento superficial sobre os efeitos danosos desses componentes químicos no organismo humano, no caso de adulteração da fórmula ou ingestão de doses acima das medidas recomendadas, as consequências são devastadoras, como veremos a seguir.

No caso do sulfato de bário, por exemplo, dos males o menor. Suas moléculas são grandes e por isso não são absorvidas pelo intestino. A substância é ingerida em forma líquida, preenche os órgãos do aparelho digestivo e permite que as imagens do raio-X sejam mais precisas. A dosagem é medida de acordo com o peso do paciente. Normalmente, o recomendado é a ingestão de 200 ml a 375 ml, o que corresponde mais ou menos a um copo comum de contraste diluído em soro glicosado. Algumas horas após o exame, o sulfato de bário é totalmente eliminado do organismo junto com as fezes. Acima dessas medidas, logicamente, as consequências são imprevisíveis.

Já no caso do carbonato de bário, as reações orgânicas são bem diferentes. É importante destacar que o carbonato de bário é tóxico no organismo humano, porque se mistura ao ácido clorídrico do estômago, que ajuda a fazer a digestão dos alimentos. Aliás, a mistura dos dois origina o cloreto de bário, que é uma substância altamente nociva e letal. Apenas para termos uma idéia de sua força mortal, depo-

is de cerca de três horas da ingestão, aparecem os primeiros sintomas de envenenamento. Os sinais são: excesso de salivação, vômitos constantes, cólicas, diarreia, convulsão, tremores, arritmia cardíaca, aumento da pressão arterial, hemorragias internas do intestino e do fígado, paralisia muscular e, por fim, morte dolorosa depois de muita dor e agonia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a tragédia provocada pela adulteração na fabricação criminosa do contraste Celobar me faz lembrar outros crimes ignominiosos que, infelizmente, não podemos esquecer e que ceifaram a vida de centenas de pessoas.

Quem não se lembra, por exemplo, do caso da Talidomida, medicamento indicado para conter enjoos de mulheres grávidas? Pois bem, no início dos anos 60, ele acabou provocando o nascimento de mais de dez mil crianças deformadas no mundo. No entanto, ainda hoje, continua sendo largamente utilizado no tratamento de cânceres, Aids e hanseníase.

Quem não se lembra do famoso caso Microvlar? O medicamento, distribuído às farmácias em 1998, era, na verdade, um lote de placebo para testes do anticoncepcional, um lote de farinha que não servia para nada e que provocou gravidez indesejada em dezenas de mulheres?

Quem não se lembra do descaso na fabricação do remédio Androcur, indicado para o tratamento de portadores de câncer de próstata? Em 1997, o lote 351 foi colocado no mercado sem o princípio ativo e provocou a morte de vários portadores da doença.

Para fechar, por enquanto, o ciclo do desrespeito à vida e à saúde das pessoas, que sempre se repete em nosso País, vale registrar que, em plena investigação sobre o rumoroso caso Celobar, cujas conclusões ainda não são definitivas, eis que surge um novo escândalo, mais uma vez, no Rio de Janeiro.

Dois colírios fabricados pelos laboratórios Lenssurgical Oftalmologia e Oftvision, situados no Rio de Janeiro, estão na mira da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), suspeitos de terem causado cegueira em pelo menos 13 pacientes de catarata, até agora. Segundo o noticiário, as vítimas entraram nas salas de cirurgia com a expectativa de, em cerca de uma hora, voltarem para casa com a visão perfeita. Lamentavelmente, 48 horas se passaram e 13 pacientes estavam cegos. Segundo as primeiras opiniões dos especialistas, os prováveis causadores dessa mais nova tragédia são os produtos chamados Methyl Lens Hypac 2%, do laboratório Lenssurgical Oftalmologia, e o Oftvisc, do laboratório Oftvision. Os dois medicamentos contêm metilcelulose, uma substância viscosa usada para proteger os olhos das pessoas após cirurgia. A suspeita é que os colírios estão contaminados por bactérias. Diante dessa lamentável ocorrência, a Anvisa já advertiu que, caso seja constata-

da a presença desses organismos nos medicamentos citados, os hospitais também serão responsabilizados.

Eminentes Senadoras e Senadores, certamente, esses dois escândalos vergonhosos já fazem parte das preocupações do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva; do Ministro da Saúde, Doutor Humberto Costa; e do Presidente da Anvisa, Doutor Cláudio Maierovitch. Aliás, no fim da semana passada, o Ministro da Saúde pediu ao Presidente da Anvisa pressa na elaboração de um relatório detalhado sobre a situação dos laboratórios envolvidos na fabricação desses dois colírios. Segundo fontes do Ministério da Saúde e da própria Anvisa, até o fim desta semana, o Ministro Humberto Costa deverá pronunciar-se sobre o assunto.

Com respeito às investigações sobre o caso Celobar, justiça seja feita, tanto o Ministro Humberto Costa como o Presidente da Anvisa estão totalmente empenhados em apurar as responsabilidades até as últimas consequências, doa a quem doer.

Nesse sentido, o Ministro Humberto Costa foi enfático e afirmou que o registro do laboratório Enila, fabricante do contraste Celobar, poderá ser cancelado, caso fique realmente comprovada a substituição irregular dos componentes da fórmula do medicamento.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apesar da indignação das famílias que perderam os seus entes queridos por causa de um descaso dos mais absurdos, e da nossa revolta como cidadãos, devemos continuar acreditando em um Brasil mais justo, mais digno e mais solidário, e na fiscalização exercida pela Anvisa sobre esses laboratórios mercenários. Infelizmente, sabemos que o Estado, diante das forças mais obscuras e venais que atuam no mercado, não tem condições de eliminar em 100% essas tristes ocorrências. Entretanto, o poder público e as autoridades constituídas têm a seu favor os mecanismos legais e a obrigação de apurar até as últimas consequências as responsabilidades desses atos criminosos e, se comprovados, punir os culpados de forma exemplar.

Na realidade, é isso que a sociedade e as famílias enlutadas esperam dos seus governantes, da justiça, da polícia, enfim, das instituições. Se isso não for feito, como diz o velho ditado, mais dia menos dia, correremos o risco de ver a ordem transformar-se no império da anarquia e da impunidade.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

ORDEM D O DIA (Às 15:30 horas)

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2003 **(Em regime de urgência, nos termos** **do § 1º do art. 64 da Constituição)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2003 (9º 1.083/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a revisão geral e anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias federais, de que trata a Lei nº 10.331, de 18 de dezembro de 2001, referente ao ano de 2003, tendo

Pareceres (aguardando leitura),
Relator: Senador Garibaldi Alves Filho:

– da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável ao Projeto e contrário às Emendas nºs 1 e 2; e

– da Comissão de Assuntos Econômicos, 1º Pronunciamento (sobre o Projeto): favorável; 2º Pronunciamento (sobre Emendas nºs 1 e 2): pela rejeição.

2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 2002 **(Em regime de urgência, nos termos** **do § 1º do art. 64 da Constituição)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2003 (nº 1.084/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a instituição de vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos civis da Administração Federal direta, autárquica e fundacional, tendo

Pareceres (aguardando leitura),
Relator: Senador Geraldo Mesquita Júnior:

– da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável ao Projeto e contrário às Emendas nºs 1 e 2; e

– da Comissão de Assuntos Econômicos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 1 e 2): pela rejeição

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Pedindo a bênção de Deus para o povo desta minha terra querida, do meu Brasil, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 56 minutos.)

AGENDA DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

1º-7-2003
terça-feira

10h30 – Senhor Edmond Alphandery, ex-Ministro da Fazenda da França e Presidente do Conselho Fiscal da CNP Assurances, acompanhado do Senhor Bernard Delas, Presidente da CNP Internacional

Presidência do Senado Federal

11h – Senhor Goran Svilanovic, Ministro das Relações Exteriores da Sérvia e Montenegro

Presidência do Senado Federal

11h30 – Sessão Solene do Congresso Nacional para Instalação da Primeira Sessão Extraordinária da 52ª Legislatura

Plenário da Câmara dos Deputados

12h – Senhor Ali Ahani, Vice-Ministro das Relações Exteriores da República Islâmica do Irã

Presidência do Senado Federal

15h – Abertura do debate “Reforma Política: Perspectivas e Propostas”

Auditório do Espaço Cultural da Câmara dos Deputados

17h30 – Coquetel de lançamento do livro Reforma Política e Cidadania

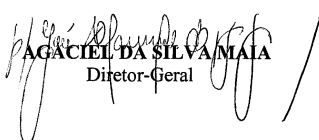
Salão Negro do Congresso Nacional

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 4134 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011826/03-7,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 3787, de 2003, publicado no Boletim de Pessoal do Senado Federal n.º 2762, de 30/05/2003, que nomeou **SELMA FREITAS DA COSTA** para o cargo, em comissão, de Assessor Técnico no Gabinete do Senador Mão Santa.

Senado Federal, em 30 de junho de 2003.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 4135 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011861/03-7,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JEANE SOUZA CHAVES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar - AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício na Terceira -Secretaria.

Senado Federal, em 30 de junho de 2003.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4136 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011827/03-3**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MAYKON NUNES GAMA** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico - ATEC, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Mão Santa.

Senado Federal, em 30 de junho de 2003.

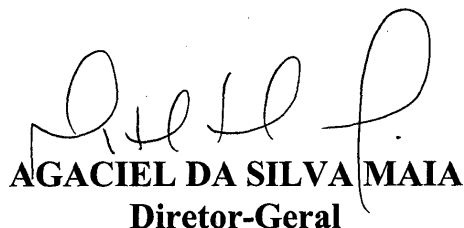


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 4137 , DE 2003**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe competem, de acordo com o artigo 320 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução do Senado Federal nº 009, de 29.01.97, e tendo em vista o que consta do Processo PD-000954/03-9, resolve aposentar, voluntariamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, o servidor **PEDRO RICARDO MELO**, Técnico de Informática Legislativa, Nível II, Padrão 27, do Quadro Efetivo Permanente da Secretaria Especial de Informática - SEI, nos termos dos incisos I, e II, alíneas "a" e "b" do item I do § 1º, do artigo 8º da Emenda Constitucional, combinado com o art. 186, inciso III, alínea "c", da Lei 8.112/90, com as vantagens das Resoluções 59/91, 74/94, 05/95, 55/98 e 07/02 do Senado Federal, observado o disposto no artigo 37, inciso XI da Constituição Federal.

Senado Federal, em 01 de julho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4138 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011970/03-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSE ANTONIO ALVES DA MOTA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar - AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Parlamentar da Minoria.

Senado Federal, em 19 de julho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4139 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011971/03-7,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **DEBORAH MAROJA RIBEIRO DE MORAIS** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar - SPAR, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Parlamentar da Minoria.

Senado Federal, em 19 de julho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4140 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011969/03-2**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **BRUNO DE SOUZA CARVALHO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar - AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Parlamentar da Minoria.

Senado Federal, em 1º de julho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4141 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011661/03-8**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ROBERTO LUIZ TORRE MAIA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Ney Suassuna.

Senado Federal, em 1º de julho de 2003.



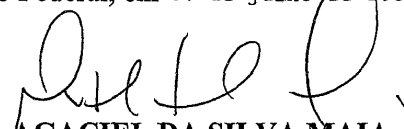
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4142, DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011544/03-1,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **AUGUSTO CEZAR MORENO PESSOA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Jonas Pinheiro.

Senado Federal, em 01 de julho de 2003.




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 4143 de 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, estabelecidas pela Resolução-SF nº 9, de 1997, tendo em vista o que consta do Processo nº 001340/03-4, resolve **APOSENTAR**, voluntariamente, com proventos integrais ao tempo de contribuição, **JOÃO JOSÉ DOS SANTOS**, matrícula 1414, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, Classe Especial, Padrão 30, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, nos termos do art. 8º, incisos I, II e III, alíneas "a" e "b", da Emenda Constitucional nº 20 de 1998, combinado com o art. 186, inciso III, alínea "a", da Lei nº 8.112 de 1990, com as vantagens das Resoluções-SF nºs. 59/91, 51/93, 74/94 e 07/2002.

Senado Federal, em 1º de julho de 2003



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

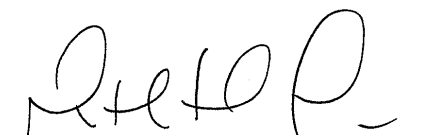
ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 4144 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 09 de 1996, artigos 3º, inciso II, e 4º, e nº 15 de 1997, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor **AFFONSO CELSO DE HOLANDA JÚNIOR**, Analista de Informática Legislativa, matrícula 287, para Gestor Titular, e, como substituta a servidora **MARIA COELI BARBOSA**, Analista de Informática Legislativa, matrícula 153, do Contrato nº. 28/2003, constante do processo da SEI nº 371/03-3, celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA - SEI e a POWER MARKETING, PROMOÇÕES E PUBLICIDADE LTDA.**

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretor-Geral, 1º de julho de 2003.



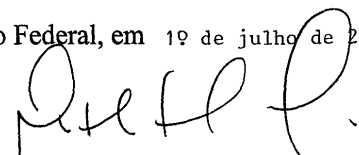
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 4145 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012124/03-6,

R E S O L V E exonerar **CARLA PIMENTEL PINHEIRO LIMONGI**, matrícula n.º 33462, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete da Liderança do PSDB e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 1º de julho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4146 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012125/03-2,

R E S O L V E exonerar **WALDO ALMEIDA DE SOUZA JÚNIOR**, matrícula n.º 33513, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete da Liderança do PSDB e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 1º de julho de 2003.



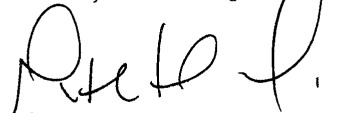
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4147 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012113/03-4,

R E S O L V E exonerar **MARIA LEONOR LUZ CARPES**, matrícula n.º 34397, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete da Quarta-Secretaria e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Sérgio Zambiasi.

Senado Federal, em 1º de julho de 2003.



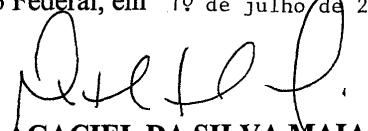
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4148 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012110/03-5,

R E S O L V E exonerar **PAULO ROBERTO SANT'ANNA**, matrícula n.º 34345, do cargo de Assessor Técnico do Gabinete da Quarta-Secretaria e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 19 de julho de 2003.



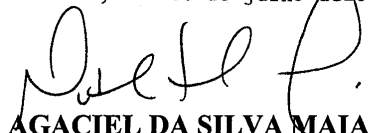
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4149 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012069/03-5,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **PAULO ALEXANDRE SILVA ARAUJO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar - AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Marco Maciel.

Senado Federal, em 19 de julho de 2003.



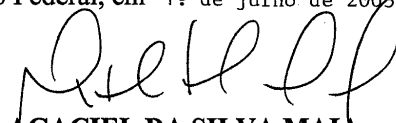
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4150 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012112/03-8,

R E S O L V E exonerar **JOÃO LUIS GRANDO**, matrícula n.º 33232, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Sérgio Zambiasi e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Quarta-Secretaria.

Senado Federal, em 1º de julho de 2003.



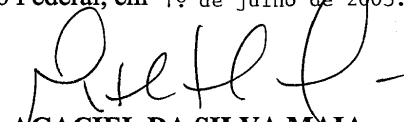
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4151 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012100/03-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SEVERINO INACIO DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar - AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Almeida Lima.

Senado Federal, em 1º de julho de 2003.



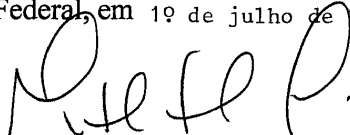
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4152 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012077/03-8,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **DJALMA BEZERRA MELLO**, matrícula n.º 31010, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete do Senador Luiz Otávio, a partir de 30 de junho de 2003.

Senado Federal, em 1º de julho de 2003.



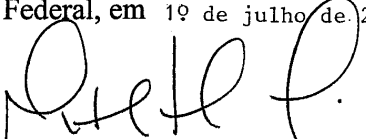
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4153 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012078/03-4,

R E S O L V E exonerar **CARMELITA MARIA VALÉRIO DE HOLANDA**, matrícula n.º 33154, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Luiz Otávio e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 1º de julho de 2003.



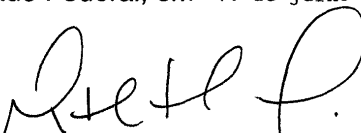
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4154 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 009608/03-6,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 3773, de 2003, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2761, de 29/05/2003, que nomeou **CÉLIA FRANÇA CAVALCANTE** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Geraldo Mesquita Júnior, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 19 de julho de 2003.




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4155 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012074/03-9,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CÉLIA FRANÇA CAVALCANTE** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Senado Federal, em 19 de julho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 4156 , DE 2003

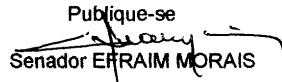
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012038/03-2,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARLI SANDRA HENS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Amir Lando.

Senado Federal, em 1º de julho de 2003.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ASSOCIAÇÃO INTERPARLAMENTAR DE TURISMO
Grupo Brasileiro

Publique-se

Senador EFRAIM MORAIS


EDITAL DE CONVOCAÇÃO

De acordo com o art. 16 do Regimento Interno do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo, fica convocada, à exceção dos meses de recesso parlamentar, reunião ordinária da Comissão Executiva do Grupo, para a última quarta-feira de cada mês, na sala 2705 do Anexo I da Câmara dos Deputados, às 9.00 horas em primeira convocação e às 9.30 horas, com qualquer número, em segunda convocação.

Brasília, 26 de junho de 2003.


Senador EFRAIM MORAIS
Presidente

ASSOCIAÇÃO INTERPARLAMENTAR DE TURISMO
Grupo Brasileiro

Publique-se

Senador EFRAIM MORAIS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

De acordo com o art. 16 do Regimento Interno do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo, fica convocada reunião extraordinária de sua Comissão Executiva, para as 9.00 horas do dia 03 de julho de 2003, na sala 2705 do Anexo I da Câmara dos Deputados, para tratar de convite recebido do governo alemão, além de outros assuntos de interesse do Grupo.

Não havendo número em primeira convocação, fica, desde já, convocada, com qualquer número, nova reunião para as 9.30 horas do mesmo dia e no mesmo local.

Brasília, 01 de julho de 2003.


Senador EFRAIM MORAIS

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

BAHIA		PFL -	Heráclito Fortes
PFL -	Rodolpho Tourinho	PMDB -	Mão Santa
PFL -	Antonio Carlos Magalhães	RIO GRANDE DO NORTE	
PFL -	César Borges	PTB -	Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		PMDB -	Garibaldi Alves Filho
PT -	Roberto Saturnino	PFL -	José Agripino
PL -	Marcelo Crivella	SANTA CATARINA	
PMDB -	Sérgio Cabral	PFL -	Jorge Bornhausen
MARANHÃO		PT -	Ideli Salvatti
PMDB -	João Alberto Souza	PSDB -	Leonel Pavan
PFL -	Edison Lobão	ALAGOAS	
PFL -	Roseana Sarney	PT -	Heloísa Helena
PARÁ		PMDB -	Renan Calheiros
PMDB -	Luiz Otávio	PSDB -	Teotônio Vilela Filho
PT -	Ana Júlia Carepa	SERGIPE	
PTB -	Duciomar Costa	PFL -	Renildo Santana
PERNAMBUCO		PDT -	Almeida Lima
PFL -	José Jorge	PSB -	Antonio Carlos Valadares
PFL -	Marco Maciel	AMAZONAS	
PSDB -	Sérgio Guerra	PMDB -	Gilberto Mestrinho
SÃO PAULO		PSDB -	Arthur Virgílio
PT -	Eduardo Suplicy	PDT -	Jefferson Peres
PT -	Aloizio Mercadante	PARANÁ	
PFL -	Romeu Tuma	PSDB -	Alvaro Dias
MINAS GERAIS		PT -	Flávio Arns
PL -	Aelton Freitas	PDT -	Osmar Dias
PSDB -	Eduardo Azeredo	ACRE	
PMDB -	Hélio Costa	PT -	Tião Viana
GOIÁS		PSB -	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB -	Íris de Araújo	PT -	Sibá Machado
PFL -	Demóstenes Torres	MATO GROSSO DO SUL	
PSDB -	Lúcia Vânia	PMDB -	Juvêncio da Fonseca
MATO GROSSO		PT -	Delcídio Amaral
PSDB -	Antero Paes de Barros	PMDB -	Ramez Tebet
PFL -	Jonas Pinheiro	DISTRITO FEDERAL	
PT -	Serys Slhessarenko	PMDB -	Valmir Amaral
RIO GRANDE DO SUL		PT -	Eurípedes Camargo
PMDB -	Pedro Simon	PFL -	Paulo Octávio
PT -	Paulo Paim	TOCANTINS	
PTB -	Sérgio Zambiasi	PSDB -	Eduardo Siqueira Campos
CEARÁ		PFL -	João Ribeiro
PSDB -	Reginaldo Duarte	PFL -	Leomar Quintanilha
PPS -	Patrícia Saboya Gomes	AMAPÁ	
PSDB -	Tasso Jereissati	PMDB -	José Sarney
PARAÍBA		PSB -	João Capiberibe
PMDB -	Ney Suassuna	PMDB -	Papaléo Paes
PFL -	Efraim Morais	RONDÔNIA	
PMDB -	José Maranhão	PMDB -	Amir Lando
ESPÍRITO SANTO		PT -	Fátima Cleide
PPS -	João Batista Motta	PMDB -	Valdir Raupp
PMDB -	Gerson Camata	RORAIMA	
PL -	Magno Malta	PPS -	Mozarildo Cavalcanti
PIAUI		PDT -	Augusto Botelho
PMDB -	Alberto Silva	PMDB -	Romero Jucá

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)

Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Íris de Araújo
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Moraes	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. (vago)
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. João Batista Motta

Atualizada em 15.05.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL –DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB – SC)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1. João Batista Motta (PPS)*
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Lúcia Vânia

*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 15.05.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT – PA)
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL – BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. (vago)
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Moraes
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR
A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS**
TEMPORÁRIA
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
João Capiberibe	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Juvêncio da Fonseca	2. Hélio Costa
Íris de Araújo	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Leomar Quintanilha	4. Efraim Morais
Renildo Santana	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
Teotônio Vilela Filho	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Álvaro Dias	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 15.05.2003

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.
Fátima Cleide	2.
PMDB	
Amir Lando	1.
Juvêncio da Fonseca	2.
PFL	
Roseana Sarney	1.
PSDB	
Lúcia Vânia	1.
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1.

Atualizada em 13.05.2003

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)
Vice-Presidente: Senadora Íris de Araújo (PMDB-GO)
Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1.
Aelton Freitas	2.
PMDB	
Sérgio Cabral	1.
Íris de Araújo	2.
PFL	
Leomar Quintanilha	1.
PSDB	
Antero Paes de Barros	1.
PPS	
Álvaro Dias	1.

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS**(7 titulares e 7 suplentes)****Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)****Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)****Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1.
Eurípedes Camargo	2.
PMDB	
Ney Suassuna	1.
Garibaldi Alves Filho	2.
PFL	
Jonas Pinheiro	1.
PSDB	
Eduardo Azeredo	1.
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1.

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE**(7 titulares e 7 suplentes)****Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)****Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)****Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Vago	1.
Vago	2.
PMDB	
Mão Santa	1.
Papaléo Paes*	2.
PFL	
Renildo Santana	1.
PSDB	
Reginaldo Duarte	1.
PDT	
Augusto Botelho	1.

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 13.05.2003

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Fernando Bezerra
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
(vago)	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. Romero Jucá*
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Juvêncio da Fonseca	4. João Alberto Souza
Papaléo Paes	5. Íris de Araújo
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Renildo Santana
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Teotônio Vilela Filho
(vago)	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Peres	1. Almeida Lima
PPS	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilou-se do PSDB, passando a integrar a bancada do PMDB em 14.05.2003..

Atualizada em 15.05.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO

**(7 titulares e 7suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7suplentes)**

Presidente: Senador Tasso Jereissati

Vice-Presidente: Pedro Simon

Relator Geral: Senador Demóstenes Torres

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Moraes
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Arthur Virgílio Neto
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 21.05.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. Papaléo Paes*
Duciomar Costa	5. Sibá Machado
Aelton Freitas	6. Marcelo Crivella
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Íris de Araújo	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Juvêncio da Fonseca
Gerson Camata	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Valmir Amaral
José Maranhão	6. Amir Lando
(vago)	7. (vago)
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Leomar Quintanilha	4. Marco Maciel
Renildo Santana	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. Teotônio Vilela Filho
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres
Almeida Lima	2. Álvaro Dias
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Observação: Conforme acordo de líderes anunciado na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos de 19.2.2003, o PMDB ocupará somente 6 cadeiras na Comissão de Educação.

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 13.05.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113498 Fax: 3113121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)
Vice-Presidente: Senadora Íris de Araújo (PMDB-GO)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca
Íris de Araújo	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 07.05.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ideli Salvati	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Moraes	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Leomar Quintanilha	
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
João Batista Motta	

Atualizada em 22.05.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: (aguardando eleição)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1..Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
Marcelo Crivella	5. (vago)
PMDB	
Renan Calheiros	1. Gerson Camata
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Moraes	2. Jonas Pinheiro
Leomar Quintanilha	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Peres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. João Batista Motta

Atualizada em 22.05.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	4. Juvêncio da Fonseca
Hélio Costa	5. (vago)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Renildo Santana
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Álvaro Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)
Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	2. Fátima Cleide
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Geraldo Mesquita Júnior	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Leomar Quintanilha
Paulo Octavio	4. Renildo Santana
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
Teotônio Vilela Filho	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

Atualizada em 22.05.2003

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JUVÊNCIO DA FONSECA ²

Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Juvêncio da Fonseca	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Renildo Santana ⁴	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(Vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
(Vago) ⁷			1. Augusto Botelho (PDT)	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra (PTB)	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4164	1. Marcelo Crivella (PL)	RJ	5077
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 08.05.2003)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo**, constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleitos em 18.03.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleitos na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria**, constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-4552

sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação (a ser realizada)

PROCURADORES

Senadores	UF	Ramal
PMDB		
PFL		
PT		
PSDB		
PDT/PTB/PSB/PL/PPS		

Atualizada em 17 de fevereiro de 2003

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-3265

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação geral: 03.12.2001

2ª Designação geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko⁴
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior⁴

PMDB	UF	RAMAL
Senadora Íris de Araújo ¹	GO	3148
PFL ⁶		
Senadora Roseana Sarney ¹	MA	3070
PT ⁵		
Senadora Serys Slhessarenko ¹	MT	2291
PSDB ⁶		
Senadora Lúcia Vânia ¹	GO	2038
PDT		
Senador Augusto Botelho ³	RR	2041
PTB ⁵		
Senador Papaléo Paes ¹⁻⁵	AP	3253
PSB ⁵		
Senador Geraldo Mesquita Júnior ²	AC	1078
PL ⁵		
Senador Magno Malta ¹	ES	4164
PPS		
Senadora Patrícia Saboya Gomes ¹	CE	2301

Atualizada em 7.5.2003

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

² Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

³ Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

⁴ Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

⁵ Partido pertencente ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

⁶ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁷ Na Sessão do SF de 7.5.2003, o Senador **Papaléo Paes** comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMPOSIÇÃO

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	CARLOS ROBERTO BERLINCK
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em maio de 2003

Nota:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552

sscop@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Senador ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPPLY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB – PL) ⁽²⁾	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. MARCELO CRIVELLA (PL/RJ)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL ⁽³⁾	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB ⁽³⁾	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
OSMAR DIAS (PDT/PR)	JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PPS ⁽⁴⁾	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PPS/ES)

Notas:

⁽¹⁾ Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.

⁽²⁾ O **Bloco de Apoio ao Governo** foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

⁽³⁾ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

⁽⁴⁾ vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ) ⁽²⁾	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
WELINTON FAGUNDES (PL/MT)	1. NEUCIMAR FRAGA (PL/ES)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. EDSON EZEQUIEL (PSB/RJ)
PPS ⁽¹⁾	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Nota:

⁽¹⁾ Vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

⁽²⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Feu Rosa até 25.06.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/24 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador EDUARDO SUPPLY ¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado NELSON PELLEGRINO (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> <i>(aguardando definição)</i>
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) ³
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputada ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPPLY (PT ² -SP)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

Notas:

¹ Conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

² Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

³ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

Comissão Representativa do Congresso Nacional
 Composição: 17 Deputados e 8 Senadores
 Presidente: Senador José Sarney
 Vice-Presidente: Deputado
 Secretário:
 Mandato: de 1º a 31 de julho de 2003

SENADORES	
Titulares	Suplentes
MINORIA (PFL/PSDB)	
Romeu Tuma-SP	1. Paulo Octávio-DF
Lúcia Vânia-GO	2. Leonel Pavan -SC
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PTB/PL)	
Eurípedes Camargo-DF	1. Eduardo Suplicy-SP
Ideli Salvatti-SC	2. Marcelo Crivella-RJ
PMDB	
José Sarney-AP	1. Romero Jucá-RR
Renan Calheiros-AL	2. Luiz Otávio-PA
PDT	
Jefferson Peres-AM	1. Almeida Lima-SE
PPS(*)	
Mozarildo Calvanti-RR	1. Patrícia Saboya Gomes-CE
DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
PT	
Carlito Merz-SC	1. Neyde Aparecida-GO
Maninha-DF	2. Rubens Otoni-GO
Wasny de Rouse-DF	3. Virgílio Guimarães-MG
PFL	
Fernando de Fabinho-BA	1. Gervásio Silva-SC
José Roberto Arruda-DF	2. Paes Landim-PI
José Thomaz Nonô-AL	3. Paulo Bauer-SC
PMDB	
Paulo Lima-SP	1. Carlos Sampaio-SP
Pedro Novais-MA	2. Eduardo Paes-RJ
PSDB	
Átila Lira-PI	1. Carlos Sampaio-SP
Júlio Redecker-RS	2. Eduardo Paes-RJ
PP	
Márcio Reinaldo Moreira-MG	1. Roberto Balestra-GO
PTB	
Roberto Jefferson-RJ	1. José Carlos Martinez-PR
PL	
Bispo Rodrigues-RJ	1. Sandro Mabel-GO
PSB	
Eduardo Campos-PE	1. Gonzaga Patriota-PE
PPS	
Júlio Delgado-MG	1. Colbert Martins-BA
PDT	
Severiano Alves-BA	1. VAGO
PC do B	
Vanessa Graziotin-AM	1. Renildo Calheiros-PE

(*) Resolução nº 2, de 2000-CN



EDIÇÃO DE HOJE: 114 PÁGINAS